

VICTOR TARIFA LOPES

**A REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-MUNDIAL DE LONGA
E MÉDIA DURAÇÕES.**

Dissertação de Mestrado submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio
Vieira.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tarifa Lopes, Victor

A reprimarização das exportações brasileiras em uma perspectiva histórico-mundial de longa e média durações / Victor Tarifa Lopes ; orientador, Pedro Antônio Vieira, 2017.

182 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Comércio exterior brasileiro. 3. Reprimarização das exportações. 4. Economia política dos sistemas-mundo. I. Vieira, Pedro Antônio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Victor Tarifa Lopes

**A REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-MUNDIAL DE LONGA
E MÉDIA DURAÇÕES.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Relações Internacionais”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Local, 29 de setembro de 2017.

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Pedro Antônio Vieira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa
Catarina (Videoconferência)

Prof. Fernando Seabra, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Hermes Moreira Junior, Dr.
Universidade Federal da Grande
Dourados

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Em memória de minha mãe, Eliana
Tarifa.

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa dissertação de mestrado significa, para mim, não apenas uma fase acadêmica e de amadurecimento intelectual, mas também a superação de um dos momentos mais críticos de minha vida. A perda precoce de minha mãe, Eliana Tarifa, me impactou profundamente, mas sua garra e força até o fim me inspiraram para que concluísse esse desafio. Por tanto, agradeço e dedico a ela essa minha conquista, que sempre me apoiou em minhas escolhas de maneira incomensurável.

O suporte e apoio de minha família e amigos, ainda que boa parte à distância, também foram imprescindíveis para que eu pudesse ter sucesso nessa jornada. De minha família, agradeço em especial minha irmã Marina Tarifa Lopes, minha avó Hélia Berni Tarifa e meu tio Edson Tarifa, os quais são partes essenciais da minha formação humana. Estendo meu carinho às tias Nita e Maria, e também à minha madrinha Zezé e meu padrinho Tarcísio. Agradeço igualmente ao meu pai, Sergio Dias Lopes.

Agradeço à Nicole Figueiredo, minha companheira para todos os momentos, pela dedicação em ler e tecer comentários sobre meu trabalho e por se manter junto a mim por mais difíceis que fossem as circunstâncias.

Aos meus amigos e amigas que formei ao longo da vida também agradeço pela alegria e suporte nos bons e maus momentos. Com eles, o desafio de concluir o mestrado tornou-se mais leve e possível. Aos amigos de Tupã, agradeço em especial o José Júlio pela ajuda em momentos que necessitei, e a todos os amigos de infância que, apesar do tempo e distância, mantenho a amizade. Aos amigos douradenses, agradeço principalmente o Mauro Sérgio Figueira pela amizade e discussões acadêmicas em tempos de graduação e mestrado, e aos amigos da bossa nova. Aos amigos de Florianópolis, parabeno a todos os colegas de curso pela conclusão dessa desafiante fase acadêmica, e agradeço as novas amizades que formei, principalmente ao Gabriel Fraga por sempre me demonstrar apoio, e aos amigos do trabalho que puderam assistir minha defesa e que estão presentes em meu dia a dia. A todos os demais amigos e amigas com quem pude dividir bons momentos, deixo meu abraço e carinho, e faço o convite para que leiam e opinem sobre esse meu trabalho.

Agradeço ao meu orientador Pedro Antônio Vieira pela orientação atenciosa e prestativa, e a todos os membros da banca de defesa pelos comentários de altíssimo nível acadêmico. Ao professor

Fernando Seabra pelas valiosas dicas ao início de minha escritas e ao professor Helton Ouriques Ricardo, ambos presentes na qualificação e defesa final, ao professor Fábio Pádua dos Santos e ao professor Hermes Moreira Júnior, que me acompanha em minha trajetória acadêmica desde a graduação.

Agradeço a Deus, pela minha vida e por minha saúde.

Change is eternal. Nothing ever changes.
(Wallerstein, 1974)

RESUMO

Esta dissertação objetiva identificar quais as causas da recente reprimarização das exportações brasileiras. A pauta de comércio exterior brasileira é o objeto analisado. A pesquisa foi orientada por quatro hipóteses: 1) aumento da demanda mundial de commodities por parte do Leste Asiático; 2) perda de competitividade das exportações de manufaturados para concorrentes estrangeiros; 3) presença de sintomas da doença holandesa no Brasil e; 4) inserção histórica periférica na Divisão Internacional do Trabalho, sendo esta a principal. Para atingir este objetivo foram analisados dados do comércio exterior brasileiro e realizada a revisão da bibliografia. A bibliografia foi separada em três grupos, levando-se em conta a ênfase das interpretações, ficando assim dividido: 1) interpretações com ênfase nos aspectos nacionais; 2) interpretações com ênfase nos aspectos internacionais; 3) interpretações alternativas, subdividida entre aqueles que apontam para a existência de um pacto de poder entre Estado e Agronegócio, e para aqueles que relativizam a reprimarização baseado nas vantagens comparativas reveladas. O contato com a bibliografia confirmou as três primeiras hipóteses, constatando-se empiricamente que o Brasil possui o maior percentual das exportações baseado em commodities agrícolas e minerais, porém ressaltando que se trata de um fenômeno de números relativos. Constata-se que todas possuem em comum o tempo de análise de curta duração. Para verificar a quarta hipótese, recorreu-se à Economia Política dos Sistemas-Mundo e à perspectiva histórica de longa duração de Fernand Braudel. Constatou-se que a especialização em produtos primários nas exportações do Brasil tem sido a regra desde 1808, sendo a exceção o período de 1979 a 2009, quando o país exportou percentualmente mais produtos manufaturados, retornando para o padrão primário-exportador e permanecendo assim até a atualidade. Portanto, a questão parece não ser como explicar a reprimarização das exportações brasileiras, e sim a presença de manufaturados nas exportações para o período de exceção.

Palavras-chave: Comércio Exterior Brasileiro. Reprimarização das Exportações. Economia Política dos Sistemas-Mundo.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the causes of the recent reprimarization of Brazilian exports. The Brazilian foreign trade agenda is the analyzed object. The research was guided by four hypotheses: 1) increase in world demand for commodities by East Asia; 2) loss of competitiveness of manufactured exports to foreign competitors; 3) presence of symptoms of Dutch disease in Brazil; 4) peripheral historical insertion in the International Division of Labor, being this the main one. In order to reach this objective, data from the Brazilian foreign trade were analyzed and the literature review was carried out. The bibliography was separated into three groups, taking into account the emphasis of the interpretations, thus being divided: 1) interpretations with emphasis on national aspects; 2) interpretations with an emphasis on international aspects; 3) alternative interpretations, subdivided among those that point to the existence of a power pact between State and Agribusiness, and to those who relativize reprimarization based on revealed comparative advantages. The contact with the bibliography confirmed the first three hypotheses, stating empirically that Brazil has the highest percentage of exports based on agricultural and mineral commodities, but stressing that this is a phenomenon of relative numbers. It is verified that all have in common the time of analysis of short duration. In order to verify the fourth hypothesis, we resorted to the Political Economy of the World-Systems and the long-term historical perspective of Fernand Braudel. It was verified that the specialization in primary products in Brazilian exports has been the rule since 1808, with the exception of the period from 1979 to 2009, when the country exported more manufactured products, returning to the primary exporting standard and remaining thus until the actuality. Therefore, the issue does not seem to be to explain the reprimarization of Brazilian exports, but rather the presence of manufactured goods in exports for the period of exception.

Keywords: Brazilian Foreign Trade. Reprimarization of Exports. Political Economy of World-Systems.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução das Exportações Brasileiras em dólares F.O.B. por regiões selecionadas – 1997 a 2016.....	44
Gráfico 2: 5 principais destinos das exportações brasileiras – 2001 a 2016 – milhares de dólares FOB.....	45
Gráfico 3: Evolução das Importações Brasileiras em dólares F.O.B. por regiões selecionadas – 1997 a 2016.....	46
Gráfico 4: 5 principais origens das importações brasileiras – 2001 a 2016 – dólares FOB.....	47
Gráfico 5: Comparativo das relações comerciais do Brasil com China e EUA (em porcentagem sobre o total). Exportações e Importações.....	48
Gráfico 6: Evolução das exportações brasileiras para a China em bilhões de dólares – 1995 a 2014.....	50
Gráfico 7 : Pauta de exportações consolidadas para a China – 2016 (%).....	53
Gráfico 8: Pauta de exportações consolidada para o Mundo – 2016 (%).....	53
Gráfico 9: Evolução do comércio internacional em milhões de dólares correntes.....	87
Gráfico 10: Evolução das exportações mundiais – 1950 a 2014.....	87
Gráfico 11: Balança Comercial Brasileira – 1950 a 2014.....	88
Gráfico 12: Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais – 1950 a 2014.....	89
Gráfico 13: Variação (%) Anual das Exportações e Participação (%) das Exportações no PIB – 1950 – 2014.....	90
Gráfico 14: Grau de Abertura Comercial do Brasil (importações e exportações de bens e serviços em % PIB) – 1950 a 2014.....	91
Gráfico 15: Exportação brasileira por fator agregado: 1964 a 2015.....	105

Gráfico 16: Exportação brasileira por fator agregado (em %), 1964 a 2015; visualização em gráfico de linhas, com destaque para o período de diferenciação entre 1979 e 2009.....	105
Gráfico 17: Evolução das exportações brasileiras em valores, por fator agregado – 1964 – 2015.....	106
Gráfico 18: Principais mercadorias exportadas pelo Brasil em % - 1821 a 1950.....	126
Gráfico 19: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % do Valor Total Exportado – 1951 a 2015.....	131
Gráfico 20: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % - 1821 a 2015.....	134
Gráfico 21: Exportação brasileira por fator agregado (em %), 1808 a 2015.....	135
Gráfico 22: Termos de troca – índice – 1850 a 2016 (média 2006 = 100).....	136
Gráfico 23: Coeficiente de Gini para as exportações brasileiras por grupo de produtos – 1821 – 2015.....	139
Gráfico 24: Coeficiente de Gini para as exportações brasileiras por produtos – 1997 – Jun/2017.....	140
Infográfico 1: Exportações Brasileiras – 1808 – 2015.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Brasil: Visão Geral dos Produtos Exportados para a China – 2016.....	50
Quadro 2: Brasil: Visão Geral dos Produtos Importados da China – 2016.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perda das exportações brasileiras para a China nos mercados dos EUA e da União Europeia, 1996 – 2009 (%).....	61
Tabela 2: Índice de Vantagem Comparativa Revelada do Brasil com o mundo, em nível de agregação setorial – 1990, 2000 e 2015.....	79
Tabela 3: Comparação do Índice de Vantagem Comparativa Revelada do Brasil com o mundo entre classes de produtos selecionadas – 1990, 2000 e 2015.....	81
Tabela 4: Perfil e destino das exportações brasileiras (em %) – 1990...94	
Tabela 5: Perfil e destino das exportações brasileiras (em %) – 2000...96	
Tabela 6: Perfil e destino das exportações brasileiras (em %) – 2012...97	
Tabela 7: Perfil e origens das importações brasileiras (em %) – 1990.....	100
Tabela 8: Perfil e origens das importações brasileiras (em %) – 2000.....	101
Tabela 9: Perfil e origens das importações brasileiras (em %) – 2012.....	102
Tabela 10: Evolução das exportações por fator agregado, em bilhões de dólares F.O.B. – 1990 – 2015.....	107
Tabela 11: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % – 1821 a 1950.....	125
Tabela 12: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % do Valor Total Exportado – 1951 a 2015.....	129
Tabela 13: Participação proporcional do capital brasileiro ao longo da cadeia da soja produzida no Brasil.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASEAN – Association of Southeast Asian Nations
CAGR – Compound Annual Growth Rate
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBERS – China-Brazil Earth Resources Satellite
CEBC – Conselho Empresarial Brasil – China
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGV – Cadeias Globais de Valor
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
ELG – Export-Led Growth
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMD – Economias de Mercado Desenvolvidas
EPSM – Economia Política dos Sistemas-Mundo
ESALQ - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
EU - European Union
EUA – Estados Unidos da América
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOB – Free on Board
ICD – Índice de Concentração por países de Destino
ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais
ICP – Índice de Concentração por Produtos
IEDs – Investimentos Externos Diretos
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVCR – Índice de Vantagem Comparativa Revelada
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NICs – Newly Industrialized Countries
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PEI – Política Externa Independente
PIB – Produto Interno Bruto
PMD – Países Menos Desenvolvidos
PPE – Principais Produtos Exportados
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SH – Sistema Harmonizado

UN COMTRADE – United Nations Commodity Trade Statistics Database

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

UNSD – United Nations Statistical Division

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US – United States

USITC – United States International Trade Commission

USP - Universidade de São Paulo

WITS – World Integrated Trade Solution

WTO – World Trade Organization

WWI – World War I

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
2	CAPÍTULO 1: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS DISTINTAS INTERPRETAÇÕES	29
2.1	Quais as causas da reprimarização das exportações brasileiras....	29
2.1.1	Bloco 1: Interpretações com ênfase em aspectos nacionais.....	31
2.1.2	Bloco 2: Interpretações com ênfase nos aspectos internacionais.....	42
2.1.2.1:	A relação sino-brasileira no comércio internacional.....	54
2.1.3	Bloco 3: Interpretações alternativas não agrupáveis.....	65
2.1.3.1	A reprimarização como resultado da relação Agronegócio-Estado Brasileiro.....	66
2.1.3.2	As vantagens comparativas reveladas e a “ilusão” da reprimarização.....	71
2.2	Conclusões do capítulo.....	83
3	CAPÍTULO 2: EVOLUÇÃO DA PAUTA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA E A REPRIMARIZAÇÃO: ANÁLISE DOS DADOS	85
3.1	Dados de comércio exterior na conjuntura 1950 – 2015.....	85
3.2	A reprimarização das exportações brasileiras empiricamente analisada.....	93
4	CAPÍTULO 3: A REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-MUNDIAL DE LONGA DURAÇÃO	109
4.1	A EPSM como instrumental analítico possível para a interpretação do processo de reprimarização e a longa duração de Braudel.....	110
4.2	- A interpretação da reprimarização recente das exportações brasileiras à luz da EPSM e da Longa Duração: uma análise a partir dos dados para o período 1808 – 2015.....	120
4.2.1	Histórico das exportações brasileiras: 1822 a 2015.....	123
4.3	Por uma nova pergunta de pesquisa.....	150
4.4	Conclusões do capítulo.....	159
5	CONCLUSÕES	165
	REFERÊNCIAS	171

1. INTRODUÇÃO

Reconhecida como uma das principais ações sociais da humanidade, datando desde as mais primordiais civilizações, as relações comerciais entre países, empresas e indivíduos seguem sendo um ponto basilar para a compreensão do nosso mundo social. Destacadamente em tempos da chamada “Globalização”, quando as transações comerciais internacionais tomam proporções cada vez maiores, estudar relações de exportação e importação entre países se torna uma tarefa necessária, pois as mesmas refletem boa parte das hierarquias de poder e riqueza entre as nações.

O início do século XXI foi marcado por uma expressiva expansão do comércio internacional, não sendo diferente para o Brasil, que saltou de 55 bilhões de dólares em produtos exportados no ano de 2000 para mais de 240 bilhões de dólares em 2012, quadruplicando os indicadores de saídas em pouco mais de uma década. Múltiplas são as causas e consequências dessa expansão.

Um aumento dessa cifra do comércio exterior gera impactos diretos em uma economia, em diversos níveis. Como exemplo, podemos citar a empregabilidade da mão-de-obra interna, o nível de renda do país, e a disponibilidade de divisas internacionais, entre outros.

Logo, compreender o comportamento das exportações brasileiras é, em última instância, compreender a posição que o país ocupa dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), o que, por sua vez, se traduz na posição e no papel na economia-mundo capitalista. Como propõe Amsden (2001):

Economic development is a process of moving from a set of assets based on primary products, exploited by unskilled labor, to a set of assets based on knowledge, exploited by skilled labor. The transformation involves attracting capital, human and physical, out of rent seeking, commerce, and “agriculture” (broadly defined), and into manufacturing, the heart of modern economic growth. It is in the manufacturing sector that knowledge-based assets have been nurtured and most intensively used. The greater such assets, the easier the shift from primary product production to industrial production (and later to the supply of modern services) (p. 2-3).

Portanto, a pauta de exportação pode indicar o quanto o país está avançando na direção do desenvolvimento, refletindo o conjunto de atividades industriais e/ou primárias desenvolvidas no interior de uma economia. Em outras palavras, ela pode expressar o nível do desenvolvimento econômico.

Historicamente, o espaço territorial que hoje chamamos de Brasil tornou-se uma unidade política autônoma em 1822, quando formalmente passou a ter “controle próprio” de suas decisões político-econômicas. E, com isso, passou a manter relações comerciais com os demais Estados da economia-mundo capitalista não mais como colônia portuguesa, e sim como um Estado e economia formalmente independente e soberano.

Na maior parte do século e meio que vai de 1822 a 1978, o Brasil foi predominantemente um país primário-exportador, com uma matriz econômico-produtiva pouco diversificada e escassamente industrializada. Porém, a partir da década de 1930, o país, então classificado como periférico, passou a experimentar forças econômicas, políticas e sociais indutoras de uma maior diversificação de sua economia, incluindo uma intensa industrialização, que, vale destacar, também estava acontecendo em toda a periferia e semiperiferia da economia-mundo.

Consequentemente, as relações comerciais brasileiras com o restante do mundo também se transformaram ao ponto de, em 1979, pela primeira vez em sua história, o país ter exportado mais bens manufaturados, ou seja, com maior valor agregado, do que bens básico-primários, quer dizer, commodities agrícolas e minerais com baixo valor agregado.

Entretanto, a partir da década de 1990, mais precisamente a partir de 1995, a despeito dos esforços industrializantes anteriormente realizados, gradativamente o Brasil se tornou novamente um país primário-exportador, de modo que já em 2010 a parcela de exportações de bens primários superava, tanto em volume como em valor, a dos bens manufaturados e semimanufaturados, o que passou a ser chamado de *reprimarização* da pauta de exportação brasileira. Estudar este fenômeno em uma perspectiva histórico-mundial é o objetivo principal dessa dissertação.

Para tanto, o nosso objeto de pesquisa será a pauta de exportação do Brasil no período 1990 – 2015, quando se verifica o fenômeno denominado reprimarização, o qual, para ser estudado em perspectiva histórica, nos levará a estender o escopo temporal para o período 1808 – 2015, a longa duração. A pergunta que guiou nossa

pesquisa é a seguinte: quais as causas da reprimarização das exportações brasileiras?

Elaboramos quatro hipóteses, entendidas como respostas prévias à nossa pergunta de pesquisa, ou seja, como explicações para o fato das exportações brasileiras terem voltado a ser compostas majoritariamente por bens primários. As causas deste fenômeno seriam as seguintes:

Hipótese 1: aumento generalizado da demanda internacional por commodities, principalmente por parte do Leste Asiático, que apresentou, nas últimas décadas, elevadas taxas de crescimento que demandam abastecimento por bens primários;

Hipótese 2: perda de competitividade internacional nas exportações de bens manufaturados, principalmente, mais uma vez, para a região asiática;

Hipótese 3: presença do fenômeno da doença holandesa, sintomaticamente revelada por elevadas taxas de câmbio por prolongado período, minando a competitividade nas exportações de manufaturados;

Hipótese 4: a posição (semi)periférica do Brasil na economia-mundo capitalista, que estruturalmente acaba por constranger possibilidades de inserção internacional alternativas ao modelo vigente, isso por duas razões principais e interligadas: 1) grande número de agentes internos historicamente consolidados nas atividades relativas à exploração e exportação de commodities; 2) os agentes externos interessados em manter o *status quo* e a posição brasileira na hierarquia de poder/riqueza internacional.

Nesta perspectiva, o objetivo desta dissertação é compreender e analisar a relação existente entre o comportamento das exportações brasileiras e as dinâmicas da economia-mundo capitalista, com ênfase no papel do Leste Asiático na nova conjuntura da DIT, que seria a causa de curto prazo da reprimarização, sendo a causa estrutural ou de longa duração a posição semiperiférica do Brasil na economia-mundo.

Para tanto, é fundamental compreender as causas de curto prazo que afetam as exportações brasileiras e o processo histórico de inserção brasileira na DIT. Além disso, é tarefa necessária analisar a composição das pautas de exportação e importação brasileiras, com o intuito de identificar os principais parceiros comerciais do país e avaliar o perfil dos produtos comercializados, de acordo com o grau de tecnologia agregada a estes.

Para alcançar estes objetivos, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo são analisadas as diversas interpretações sobre a reprimarização das exportações brasileiras. Na primeira seção,

expõe-se a revisão bibliográfica sobre o tema, dividindo-a em 3 blocos: a) as interpretações com ênfase nos aspectos nacionais, que estabelecem uma relação de causa e efeito entre a taxa de câmbio sobreapreciada, a desindustrialização e a “doença holandesa” com a especialização primárias das exportações; b) as interpretações com ênfase nos aspectos internacionais, com destaque para o recente impacto da China e do Leste Asiático nas exportações Latino-Americanas; c) as interpretações alternativas, não agrupáveis nos outros dois blocos. Este último bloco, subdivide-se em dois subitens, sendo o primeiro relativo à interpretação da reprimarização como resultado do pacto de poder entre o agronegócio e o Estado brasileiro, e o segundo com as interpretações que relativizam a reprimarização das exportações, levando em conta a teoria das vantagens comparativas reveladas.

No segundo capítulo é realizada a análise dos dados do comércio exterior brasileiro para o período de 1950 a 2015, com ênfase na curta duração de 1990 a 2015. Ainda que seja um capítulo de menor extensão, optou-se por mantê-lo separado dos demais, por se tratar de uma análise específica dos dados oficiais. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a United Nations Commodity Trade Statistics Database – UN COMTRADE foram as duas principais bases de dados utilizadas para essa tarefa.

No terceiro capítulo, a reprimarização é interpretada a partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM). Serão então explorados os dados do comércio exterior brasileiro no período de 1808 a 2015. O capítulo inicia com a exposição dos conceitos fundamentais da EPSM, como a divisão Centro, Semiperiferia e Periferia, DIT e a globalização em uma perspectiva histórica.

A segunda seção é dedicada à análise dos dados no período supracitado em perspectiva histórico-mundial, com apresentação de gráficos e tabelas que busquem a comprovar a hipótese de uma inserção estrutural periférica do Brasil na DIT, realizando-se também o cálculo do coeficiente de Gini-Hirschman, a fim de ilustrar o elevado grau de concentração nas exportações brasileiras em produtos primários.

Nas Considerações Finais, destaca-se a ausência de trabalhos acadêmicos sobre a reprimarização que levem em conta análises de longa duração, bem como se indicam sugestões para pesquisas futuras.

2. CAPÍTULO 1: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS DISTINTAS INTERPRETAÇÕES

2.1 Quais as causas da reprimarização das exportações brasileiras?

Diante do exposto na introdução deste trabalho, o objetivo deste capítulo é analisar as diferentes interpretações sobre as causas da reprimarização das exportações brasileiras. Como será possível observar, a vasta maioria dos trabalhos encontrados concentra-se no período da década de 1990 em diante, com alguns trabalhos expandindo o escopo temporal para as décadas de 1970 e 80.

Com a intensificação das trocas comerciais do Brasil com o mundo, a partir de meados da década de 1990, constatou-se um interesse cada vez maior por parte da academia, do empresariado, de instituições públicas e da mídia especializada, pelo tema da inserção internacional brasileira e a posição que o país ocupa na vigente DIT. Isso porque, questões como a deterioração dos termos de troca, a (des)industrialização do país, o perfil dos produtos exportados e o papel desempenhado (e esperado) pelo Brasil no mundo, antes presentes no centro do debate de analistas como Celso Furtado, Caio Prado Júnior e da escola de pensamento Cepalina, se mostram mais atuais do que nunca no presente contexto de aumento de exportações e importações brasileiras.

Como procuramos mostrar nesse capítulo, a bibliografia que se preocupa especificamente com o perfil das exportações brasileiras apresenta pontos basilares convergentes.

Tornou-se lugar comum nos últimos anos afirmar-se que as exportações e a economia brasileira de modo geral vêm sofrendo um processo de “reprimarização”¹ desde os anos 1990, entendendo essa como o processo gradual e constante de mudança no perfil dos produtos exportados que vão deixando de serem majoritariamente manufaturados em favor de bens primários, ou seja, commodities agrícolas e minerais (CARVALHO E CARVALHO, 2011, p. 52). Para diversos autores, esse processo ocorre concomitantemente com o fenômeno da desindustrialização (ou é dessa uma consequência), com a “doença holandesa” e seguida da realocação maciça de recursos e fatores

¹ Também denominado de “primarização” ou commoditização. Para todos os efeitos, adotaremos a nomenclatura de reprimarização. Importante destacar que, na bibliografia brasileira, reprimarização refere-se à economia como um todo, porém em nosso trabalho, focaremos na questão incidindo no comércio exterior.

produtivos de setores manufatureiros / industriais para setores extrativos e do agronegócio. (BRESSER-PEREIRA E MARCONI, 2010).

Realizando-se o levantamento bibliográfico sobre o tema “reprimarização”, foram encontrados centenas de trabalhos acadêmicos, apresentações em congressos, artigos e livros. Através da plataforma *Google Acadêmico*, com o termo de pesquisa “reprimarização da economia brasileira”, foram encontradas diversas ocorrências, incluindo apresentações orais em eventos, monografias, dissertações, teses e artigos científicos. Tais ocorrências do termo utilizado ocorreram tanto no título como no corpo do texto desses trabalhos.

Desse montante de material, classificou-se por relevância (número de acessos e citações), e, em seguida, priorizou-se os trabalhos mais recentes e veiculados em revistas acadêmicas de maior qualificação pelo sistema CAPES. Dessa maneira, após a triagem bibliográfica, selecionamos 48 trabalhos acadêmicos². Dentro dessa pequena amostra, foram identificados pontos comuns em todos os trabalhos, e pequenas divergências entre si. Também foi possível identificar autores constantemente citados entre os distintos trabalhos.

Ainda que nossa revisão bibliográfica não abarque todos os aspectos e peculiaridades presentes em toda a vasta gama de material encontrado, e nem tenhamos esgotado a análise do tema, buscamos enfatizar os pontos que consideramos serem os principais, dado o fato de serem reiteradamente repetidos entre os diversos autores, e também por terem respaldo empírico em dados oficiais de comércio exterior (que serão analisados no capítulo 2). Na medida do possível, buscou-se revisar bibliografia de várias áreas de conhecimento: Relações Internacionais, Economia Política Internacional e áreas correlatas.

Assim, separamos o debate brasileiro em 3 blocos, que variam de acordo com a ênfase das variáveis explicativas da reprimarização. São visões que não se excluem e nem se negam, ao contrário, complementam-se. As diferenças parecem ser mais ênfase num ou noutro aspecto.

No primeiro bloco, notadamente composto por análise de economistas, a explicação enfatiza os aspectos domésticos da economia política brasileira. O argumento central aqui é de que a reprimarização está relacionada à desindustrialização, à doença holandesa e às elevadas

² Consideramos nessa contagem apenas os trabalhos voltados especificamente a tratar sobre a industrialização e reprimarização da economia/exportações brasileiras. Para além desses, há também obras sobre EPSM e Relações Internacionais, e a análise de dados sobre comércio exterior de distintas fontes.

taxas de câmbio praticadas nas duas últimas décadas no Brasil. Para esta corrente, o processo de reprimarização das exportações brasileiras é muito mais de “responsabilidade” nacional do que devido às pressões externas, ainda que estas não sejam descartadas.

No segundo bloco, destacam-se as condições macrosociológicas internacionais, ou seja, uma abordagem muito mais sistêmica, que leva em conta os constrangimentos externos sofridos pelo Brasil. Além de economistas, há marcada presença de analistas de Relações Internacionais e de estudiosos da Economia Política Internacional, os quais relacionam a reprimarização em grande parte à recente reformulação da DIT provocada pela mudança no papel do Leste Asiático e da China na atual conjuntura da economia-mundo capitalista.

Por fim, no terceiro bloco agrupamos duas visões distintas das anteriormente apresentadas, que, mesmo não tendo grande repercussão e consenso entre pesquisadores, merecem a devida atenção nesta dissertação. Por um lado, temos aqueles que descartam estar ocorrendo um processo de reprimarização no Brasil e que advogam a favor do papel de primário-exportador ao país. Por último, temos as análises que sublinham a relação entre o agronegócio e o Estado brasileiro, argumentando que capitalistas agrários e elite política se aliaram para formar uma espécie de hegemonia, ditando os rumos da economia política brasileira.

Assim, temos:

- a) Bloco 1: interpretações com ênfase em aspectos nacionais;
- b) Bloco 2: interpretações com ênfase em aspectos internacionais;
- c) Bloco 3: interpretações distintas não agrupáveis.

2.1.1 Bloco 1: Interpretações com ênfase em aspectos nacionais

Como mencionado anteriormente, o agrupamento de autores e trabalhos nessa subseção remetem predominantemente a aspectos nacionais no que tange à reprimarização enquanto processo recente na economia brasileira. Dessa forma, um dos principais nomes citado sobre o assunto é de Bresser-Pereira (2010a, 2010b, 2010c, BRESSER-PEREIRA E MARCONI, 2010). De fato, ao abordar o tema da reprimarização, esse autor está preocupado em realidade em tratar da chamada Doença Holandesa, uma falha de mercado que afeta países com abundância de mão-de-obra barata e commodities primárias.

A doença holandesa é a sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos (ou de mão-de-obra barata combinada com um diferencial de salários elevado) que garantem rendas ricardianas aos países que os possuem e exportam as commodities com eles produzidos. Essa sobreapreciação decorre do fato que sua exportação dessas commodities é compatível com uma taxa de câmbio mais valorizada do que seria necessário para tornar competitivas empresas de outros setores de bens comercializáveis mesmo que elas utilizem tecnologia no estado da arte mundial. Os recursos naturais podem ser considerados “baratos” e geram rendas ricardianas para o país, porque seus custos de produção são menores do que os que são incorridos pelos produtores marginais menos eficientes admitidos nesse mercado mundial (BRESSER-PEREIRA, MARCONI E OREIRO, 2009).

Com efeito, o foco de Bresser-Pereira e a maioria dos estudos concentrados aqui, remetem-se à doença holandesa, que por sua vez, está intimamente ligada à desindustrialização de um país. Dessa forma, não há de se mencionar apenas a reprimarização *per se*, mas também os seus processos correlatos.

O debate bibliográfico levantado aqui se centra na seguinte “equação”: a conjugação de uma elevada taxa de juros com a recente alta de preços das commodities leva ao aumento da taxa de câmbio, que por sua vez, leva à perda de competitividade nas exportações de manufaturados. Não obstante, a desindustrialização também se mostra como uma preocupação constante no debate acadêmico, como indica Filgueiras et al, 2012:

Esse debate dá-se em torno da identificação, ou não, da existência de um processo de desindustrialização da economia brasileira motivado pela chamada doença holandesa, que estaria levando a uma situação de reprimarização da economia. Em particular, estaria ocorrendo, ou não, a consolidação de uma posição do país, na divisão internacional do trabalho e no comércio internacional, de distanciamento da atual fronteira

tecnológica em permanente expansão, com a configuração de uma espécie de especialização regressiva (p. 121).

A necessidade de se abordar o tema industrialização *versus* desindustrialização, ainda que o foco seja comércio exterior, se dá pelo fato da indústria ser considerada pela maioria dos analistas como historicamente o mais importante setor econômico gerador de emprego e renda (CARVALHO E CARVALHO, 2011). Desde a revolução industrial na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, até as recentes ondas de industrialização nos países de capitalismo tardios, a presença ou ausência de indústrias nas economias nacionais ainda pesa na posição que Estados ocupam na hierarquia internacional de poder e riqueza (idem, 2011).

Há de se destacar que não existe consenso sobre a situação da indústria brasileira na contemporaneidade. Tratando da “natureza do processo de desenvolvimento recente do país”, Filgueiras et al (2012) apontam que há duas posições político-teóricas sobre a questão da desindustrialização brasileira, o desenvolvimento econômico recente, a estrutura produtiva e a atual inserção internacional (comercial e financeira) do país, as quais subdividem-se em dois grupos:

- a) Os que se apresentam favor do atual modelo de desenvolvimento econômico e inserção internacional, subdividindo-se entre *ortodoxos* (a favor dos processos de abertura comercial, privatizações e do chamado tripé de política macroeconômico, ou seja, das metas de inflação, superávits fiscais primários e câmbio flutuantes) e *keynesianos*, que argumentam que o Brasil

...iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social que rompeu, no fundamental, com as políticas neoliberais até então adotadas, instalando-se um novo círculo virtuoso, caracterizado pelo crescimento com estabilidade e distribuição de renda, apoiado na expansão do mercado interno. Para isso, foi necessário flexibilizar o tripé de política macroeconômica, que permitiu o aumento de gastos por parte do Estado – investimentos em infraestrutura e política social –, a redução das taxas de juros e a expansão do crédito, o crescimento real do salário mínimo e a formação de reservas internacionais

com a redução da vulnerabilidade externa do país (FILGUEIRA ET AL, 2012, p. 122);

- b) As posições *pós-keynesianas* (ou “neodesenvolvementistas) e marxistas que são críticos ao recente padrão de desenvolvimento econômico e inserção internacional brasileiro. Estes

...identificam, no atual padrão de desenvolvimento, características estruturais que estão levando a uma especialização produtiva/comercial regressiva e ao crescimento da vulnerabilidade externa estrutural do país – podendo-se, inclusive, já se constatar indicações de retorno da vulnerabilidade externa conjuntural, que havia sido reduzida nos últimos anos – quando da fase ascendente do ciclo econômico internacional. Adicionalmente, acreditam que está havendo uma redefinição no perfil da estrutura produtiva do país e de sua pauta de exportações, que o distancia, cada vez mais, da fronteira tecnológica em permanente mutação. E mais, que o futuro impacto da exploração do petróleo na camada do pré-sal, a depender da forma de utilização e destinação dessa riqueza, tenderá a reforçar o atual processo de especialização regressiva e desindustrialização. Por fim, sustentam que as atuais políticas macroeconômica e comercial, bem como a abertura financeira, são determinantes da atual situação – reforçando também o atual padrão de desenvolvimento, com sua respectiva tendência de desindustrialização, especialização regressiva e inserção internacional de natureza passiva (Idem, p. 122).

Longe de encontrarmos uma voz unívoca, já se pode perceber que a complexidade do tema nos remete a múltiplas variáveis explicativas. De um lado, os que se mostram favoráveis ao atual padrão produtivo e de inserção internacional brasileiro, ainda que com diferentes abordagens, sejam ortodoxos ou heterodoxos. Do outro, críticos ao quadro geral apresentado, de espectros pós-keynesianos e marxistas. Entretanto, uma característica é comum a todos: o período temporal tomado, sempre de curta duração, geralmente pós anos 1990, ou no

máximo, a partir da década de 1980, a chamada “década perdida” (BENETTI, 2006).

A desindustrialização por si só não é tomada como um fenômeno negativo. Na sistematização dos estudos revisados, encontramos duas classificações de desindustrialização: normal (também chamada como positiva) ou precoce (igualmente denominada negativa). A diferenciação não se dá por mero silogismo; é essencial compreender o fenômeno da desindustrialização de acordo com o espaço-tempo em que ela ocorre.

Assim, considera-se como desindustrialização o processo reiterado de queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) geral de um país, e de queda da participação do emprego na indústria em relação ao emprego geral de uma região, durante uma determinada época. (VALVERDES E OLIVEIRA, 2012; CANO, 2012; SAMPAIO, 2013). Ou seja, tanto o emprego industrial como o valor adicionado na indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB do país. Importante destacar que a desindustrialização pode ocorrer ainda que esteja ocorrendo crescimento industrial, ou seja, “[...] a simples expansão da produção industrial (em termos de quantum) não pode ser utilizada como ‘prova’ da inexistência de desindustrialização” (OREIRO E FEIJÓ, 2010, p. 221 APUD: FILGUEIRAS ET AL, 2012), pois trata-se de um processo que só pode ser constatado em termos relativos.

Desse modo, a desindustrialização não coincide, necessariamente, com um processo de reprimarização da economia, isto é, de crescimento da participação do emprego e/ou do valor adicionado do setor agrícola e/ou da indústria extrativa mineral (com a produção de commodities agrícolas e minerais). A desindustrialização pode vir associada ao crescimento da participação, na estrutura industrial e na pauta de exportações, de produtos com maior conteúdo tecnológico (menos emprego relativamente) e maior valor adicionado – consequência da transferência, para outras economias/países, das atividades industriais de menor conteúdo tecnológico (mais emprego relativamente) e menor valor adicionado. (FILGUEIRAS ET AL, 2012, p. 125).

Entendendo a desindustrialização como a queda do produto industrial no PIB, ela pode ser categorizada como natural ou positiva quando ocorre no momento em que um país alcança um nível de renda per capita elevado, transitando de uma economia industrial para uma economia de serviços. Como indicam Rowthorn e Ramaswamy (1999), trata-se de algo intrínseco ao processo de desenvolvimento econômico, em razão de duas circunstâncias principais: “o crescimento mais rápido da produtividade no setor industrial do que no setor de serviços”; e “a tendência de maior crescimento da elasticidade renda da demanda³ por serviços, que se tornaria, a partir de determinado ponto, maior que a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados” (FILGUEIRAS ET AL, 2012, p. 124 e 125).

Com um nível de renda per capita elevado, o padrão de consumo para o setor de serviços se torna mais complexo, com uma elasticidade renda da demanda superior à elasticidade renda da demanda por produtos industrializados. Logo, é um indicador positivo de uma economia em que, genericamente, todos possuem poder aquisitivo superior a tempos passados, e, em tese, possuem empregos mais sofisticados no setor de serviços.

Essa situação não é a observada no Brasil (OREIRO E MARCONI, 2014), onde o processo de desindustrialização ocorre quando a renda per capita não atingiu o patamar de europeus ou norteamericanos, que vêm se desindustrializando nos últimos anos. Isso significa que o setor de serviços no Brasil vem aumentando sem a criação de empregos qualificados e sem uma elasticidade de demanda que justifique esse “inchaço” nos serviços. A indústria, principalmente de bens de capital, vem reiteradamente perdendo espaço no PIB e no total de empregos no país, isso, como afirmamos acima, antes de a renda per capita ter chegado aos padrões do centro da economia-mundo.

No Brasil, a desindustrialização é um processo relativo, conforme pontua Sampaio (2015), com impactos distintos conforme a região brasileira analisada⁴ e, acima de tudo, é um fenômeno marcado

³ Elasticidade renda da demanda é o termo designado para a aferição da variação percentual da quantidade de demanda de um bem de acordo com a variação percentual da renda dos consumidores.

⁴ Sampaio (2015), por exemplo, identifica em sua tese, que, devido à sua diversidade industrial e por abrigar os setores industriais mais avançados tecnologicamente, o Estado de São Paulo é muito mais afetado pela desindustrialização do que as demais regiões.

principalmente pelo aumento do *gap* tecnológico entre o Brasil e as economias mais desenvolvidas.

Associadas à desindustrialização, estão as altas taxas de juros praticadas no Brasil e a artificial e elevada taxa de câmbio, persistente por toda década de 1990 e 2000. Desindustrialização, juros altos e câmbio elevado são fenômenos que se retroalimentam e se reforçam mutuamente.

Utilizando testes econométricos de causalidade de Granger⁵, Valverde e Oliveira (2012) concluem que tanto as altas taxas de juros como quanto a especialização internacional em commodities levam à uma apreciação cambial, o que, por sua vez, pode levar à desindustrialização, tanto pela perda de competitividade dos produtos brasileiros quanto pelo aumento de importações de bens manufaturados. E alertam:

...os efeitos advindos das exportações de commodities agrícolas e metálicas poderiam ocorrer sem que, para isso, fosse necessário estrangular outros setores. O que causaria prejuízo a estes setores não seria especificamente a realocação dos recursos monetários e reais, mas sim a apreciação do câmbio, que provocaria uma perda de competitividade dos bens não commodities (VALVERDE E OLIVEIRA, 2012, p. 238).

O raciocínio prossegue no sentido de interligar o processo de reprimarização da pauta de exportação ao aumento das taxas de câmbio e à desindustrialização.

O aumento dos preços internacionais das commodities levou à mudança na pauta exportadora brasileira e, conseqüentemente, da taxa de câmbio. Os superávits comerciais, advindos das commodities metálicas e agrícolas, foram expressivos o bastante para apreciar o real com relação ao dólar. Portanto, as exportações de básicos, tendo reprimarizado a pauta de exportações brasileiras, levaram à apreciação cambial, o que induziu o risco de uma provável “doença holandesa”, indicando a

⁵ Teste tipicamente aplicados para dados de curta duração, usualmente utilizados em análises econométricas de investimentos voláteis de curto prazo.

desindustrialização negativa da economia brasileira (idem, 2012, p. 242).

Para os autores, o aparente processo de desindustrialização no Brasil não pode ser classificado como natural/positivo, pois o aumento de renda média dos rendimentos da população não tem relação causal com a diminuição na participação no PIB da indústria, nem vice-versa. E concluem:

Os testes que associam a queda da participação da indústria no PIB e o aumento da renda mostraram-se negativos, o que afasta a hipótese de desindustrialização natural. Enfim, pode-se mostrar que a apreciação cambial também explica significativamente a queda da participação da indústria no PIB. Isso pode atestar dois fenômenos: a manifestação de uma espécie de “doença holandesa” no Brasil, causada pelo modo de inserção internacional da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, com especialização em commodities metálicas e agrícolas; e a manifestação de uma “doença brasileira”, causada pelo binômio composto por juros altos e câmbio sobreapreciado (idem, 2012, p. 245).

Bresser-Pereira (2010a) também trabalha com o conceito de “doença brasileira”, que alia, além da pressão cambial advinda das altas nas exportações de commodities, o grande fluxo de capital financeiro que entra no país sedento por elevadas taxas de juros que o remunerem. Ou seja, a combinação do abrupto aumento nas exportações com uma elevada taxa de juros interna contribui ao mesmo tempo para a alocação de fatores produtivos no agronegócio, o aumento da taxa de câmbio (desfavorecendo as exportações de bens manufaturados) e afugentam os investimentos nos setores produtivos industriais do país. É um duplo movimento: a valorização do câmbio faz com que a indústria perca competitividade do ponto de vista monetário (são necessários mais dólares para se comprar o mesmo produto) e por outro lado, com uma moeda forte e movidas pelo imperativo de redução de custos, os empresários passam a importar insumos utilizados no processo produtivo, pois são mais baratos do que produzir internamente, o que leva ao desmonte de elos da cadeia de produção.

É necessário mencionar ainda a desvantagem brasileira em face aos concorrentes estrangeiros no que tange às questões de infraestrutura, de produção e logística de escoamento. Como argumenta Pereira (2010), os “temas que compõem a agenda de competitividade — como melhoria na infraestrutura, a reforma tributária, desburocratização, unificação de normas, entre outros — andam submersos em função da questão cambial, mas continuam como desafios a serem enfrentados” (p. 57).

Políticas industriais mais robustas e com foco na inovação tecnológica e ampliação dos coeficientes de exportação, respaldadas pela modernização da infraestrutura e redução das distorções macroeconômicas associadas aos níveis atuais das taxas de câmbio e juros, são complementos essenciais para garantir a manutenção de uma estrutura produtiva diversificada e moderna no futuro (CUNHA, LELIS E FLIGENSPAN, 2013).

Com a discussão para o presente momento que vivenciamos no país e no sistema-mundo, tem sido debatido com grande ênfase o perfil dos produtos exportados pelo Brasil, tendo sido constatada uma notável “reprimarização” da pauta de exportação brasileira (MANCIO E MOREIRA, 2002; TRINDADE, COONEY E OLIVEIRA, 2012; VELLOSO, 2007). Essa reprimarização seria acompanhada da desindustrialização (CANO, 2012; SAMPAIO, 2013), classificada como precoce e negativa⁶, sendo ambos os fatos (a reprimarização e a desindustrialização) justificados pelos economistas devido a fatores macroeconômicos e/ou microeconômicos.

Com maior ênfase na questão da desindustrialização, afirma-se que o cenário atual é caracterizado por uma queda no nível de produtividade e no número de empregos no setor da Indústria de Transformação, além de uma notável predominância de indústrias com elasticidade-renda baixa, um crescente estrangulamento externo no

⁶ Como definido anteriormente, diferentemente da industrialização “normal” observada nos países desenvolvidos (pois transferem seus pátios de produção industrial a outros países mais baratos de se produzir e aumentam a participação do setor de serviços na economia), a brasileira é classificada como negativa devido ao fato de não possuir ainda uma indústria madura e ser dependente de produtos com alto valor agregado produzidos no exterior (CANO, 2012).

Balanco de Pagamentos e uma crescente dependência de tecnologia estrangeira⁷ (AREND, 2013).

Além disso, somam-se fatores macroeconômicos como:

a) A queda da relação entre o Valor de Transformação Industrial e o Valor da Produção;

b) a atual estrutura de produção da Indústria brasileira encontra-se em um estado de pouca complexidade tecnológica, com baixos investimentos no setor de produção de bens de capital e bens duráveis de consumo;

c) a estrutura da pauta importadora, com o predomínio de bens manufaturados com alto valor agregado, que no longo prazo acarreta em déficits e, conseqüentemente, afeta diretamente no Balanco de Pagamentos do país;

d) falta ou ausência de políticas de investimentos em Pesquisa e Produção para a geração de Ciência, Tecnologia e Inovação⁸;

e) políticas de valorização das taxas de juros e de câmbio sobrevalorizado;

f) grande abertura comercial e;

g) crescente declínio de bens manufaturados participando na pauta de exportação brasileira (AREND, 2013; CANO, 2012).

Também são levados em conta fatores microeconômicos como a baixa produtividade da indústria brasileira, baixa qualificação da mão-de-obra nacional e a pouca competitividade e dinamismo que o setor apresenta, ainda mais quando exposto à concorrência externa (MIRANDA E TAVARES, 1999).

Por si só, cada uma das variáveis supracitadas mereceriam uma pesquisa. Por exemplo, a questão da Ciência, Tecnologia e Inovação, sublinhada no item “d”, é apontada por diversos estudos, como de Amsden (2001), Manuel Castells e Rita Espanha (1999), como ponto chave para a compreensão da clivagem existente entre países. Há também os que afirmam que a crise da liquidez internacional na década

⁷ Estaria, então, o Brasil entrando em vias de uma “especialização ricardiana”, com a ideia de que suas vantagens competitivas no setor agropecuário e extrativista compensariam sua especialização na produção de commodities.

⁸ Para estudos sistemáticos relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação e Sistemas Nacionais de Inovação no Brasil, recomenda-se a leitura de LASTRES, Helena M.M. ; CASSIOLATO, J. E. ; ARROIO, A. C. . Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Contraponto, 2005. v. 1. 448p .

de 1980 estaria na raiz da atual inserção internacional do Brasil. Outros realçam o esgotamento do modelo de substituição de importações na década de 1970 como o início da especialização regressiva do país (SILVA, 2003).

Conforme argumentam Bielschowsky e Mussi (2013), para se compreender o padrão de desenvolvimento brasileiro, há de se levar em conta a interação de três conjuntos de fatores, a saber:

- 1) Dotação e uso de recursos naturais, de mão de obra e de capacidades tecnológicas e inovadoras;
- 2) Orientação de mercado dos investimentos: peso das exportações no crescimento e evolução do perfil do consumo nacional por extratos distributivos (dependente da evolução dos salários e demais rendimentos das famílias e da distribuição da renda);
- 3) Coordenação e liderança do processo de investimento: institucionalidade e políticas de desenvolvimento; composição dos agentes (Estado, capital estrangeiro/nacional) e do financiamento; e política e comportamento macroeconômico (p. 138).

Nesse sentido, Esposito (2017) utilizando da perspectiva da formação nacional, também aponta a reprimarização como um reflexo da desindustrialização brasileira, entendendo essa como “a desarticulação do sistema industrial, o deslocamento do eixo dinâmico da economia para o exterior, e a erosão dos centros internos de decisão” (p. 143), apontando para as variáveis endógenas como as principais causas explicativas.

Para todos os efeitos, por não ser o foco dessa dissertação, limitamo-nos a apenas citar essas variáveis explicativas relevantes, que consideramos imprescindíveis, entretanto, não suficientes.

Concluimos, de acordo com a concentração de trabalhos nessa primeira seção, que a conjugação de fatores macroeconômicos e microeconômicos é o principal conjunto de variáveis explicativas para a reprimarização da economia brasileira em geral e das exportações em específico. Questões como a taxa de câmbio persistentemente valorizada, as elevadas taxas de juros que inibem o investimento industrial e estimulam o investimento no capital financeiro (uma das maiores praticadas no mundo), ausência de políticas industriais de longo prazo, bem como ausência de investimentos em ciência, tecnologia e

inovação, aliadas ao denominado “custo Brasil” (a crônica falta de um ambiente favorável aos negócios), são as principais preocupações.

Cabe sublinhar que tais elementos explicativos são os que mais encontram ressonância na imprensa brasileira, que tradicionalmente ignora os acontecimentos no plano internacional.

A seção a seguir irá tratar das análises que sublinham o “efeito-China” e o Leste Asiático como principais variáveis explicativas para o comportamento de reprimarização das exportações brasileiras.

2.1.2 Bloco 2: Interpretações com ênfase nos aspectos internacionais.

No presente bloco juntamos os autores e análises cuja premissa principal recai sobre a China e seus impactos recentes nas economias latino-americanas. Com efeito, os autores do bloco anterior não descartam a importância da China na economia brasileira, sobretudo no século XXI. É uma questão de ênfase. Eventualmente, outras forças político econômicas também se fazem presente no que se refere à moldagem da pauta de comércio exterior brasileiro, a saber: o papel de grandes especuladores financeiros internacionais que investem no mercado futuro de commodities elevando seus preços; os fluxos de Investimentos Externos Diretos⁹ (IEDs) provindos tanto da China como dos países centrais, que atuam como reforçadores da tendência geral do Brasil de se especializar na produção e exportação de commodities. Para todos os efeitos, comecemos de um ponto de partida consensual: China¹⁰.

O contato com a bibliografia nos leva a formular duas hipóteses que ao serem confrontadas com os dados empíricos oficiais, se mostram verdadeiras. O recente processo abrupto de urbanização chinês, notadamente a partir do final da década de 1990, sedento de commodities agrícolas para alimentação de uma população urbana cada vez maior, e insumos minerais, principalmente para o setor da construção civil, fez com que a China buscasse o suprimento dessa demanda. Isso nos leva à primeira hipótese: o aumento da demanda de commodities por parte da China e também do seu entorno geográfico fez

⁹ Ou Investimentos Diretos Externos (IDEs).

¹⁰ Por não ser o foco da dissertação, não iremos realizar a trajetória histórica que levou a China a ocupar o papel de protagonismo na economia política internacional contemporânea. Sobre esse tema, recomendamos as leituras de Arrighi (2008) e Foster & McChesney (2012).

com que países com grande potencial de produção desses produtos passassem a se (re) especializarem neles, como é o caso do Brasil.

Além disso, esse aumento de demanda fez com que aumentassem os preços das commodities exportadas pelo Brasil, com destaque para a soja e o minério de ferro, os dois principais produtos exportados do Brasil para a China. Com isso, temos a segunda hipótese: com o aumento generalizado de preços das commodities, as mesmas começaram a ocupar parcela maior na composição das exportações brasileiras, quando analisadas a partir dos valores exportados.

Importante salientar que, especificamente em relação ao aumento dos valores das commodities, dois fatores também são cruciais: o aumento do preço do petróleo - combustível presente em qualquer cadeia mercantil - ao longo da década de 2000 e os investimentos - por vezes de especuladores do mercado financeiro - no mercado futuro de commodities, que se apresenta como uma alternativa segura de investimento em face às crises de 2008 nos EUA e de 2011 na Europa.

Além das duas supracitadas hipóteses de impacto direto da China nas exportações brasileiras, há também os impactos indiretos, que se referem à perda de espaço dos produtos manufaturados brasileiros em terceiros mercados, notadamente na América Latina, nos EUA e na Europa, regiões em que as exportações brasileiras de bens com maior valor agregado perderam "*Market Share*", ou seja, parcelas de mercado¹¹.

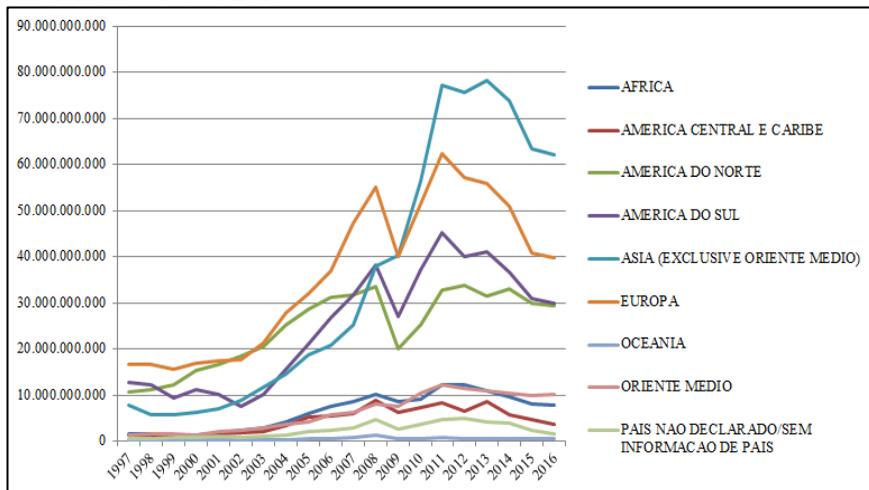
Não se pode deixar de mencionar também o efeito-China sentido nas importações brasileiras. Como será ilustrado nos gráficos no início do capítulo 2, a composição das exportações e importações brasileiras nas últimas duas décadas se modificou, de modo que a China, no ano de 2012, já figurava como o principal destino e origem do comércio exterior brasileiro.

O gráfico 1 a seguir ilustra como as exportações brasileiras foram "puxadas" pela Ásia no geral. Nele, notavelmente, a Ásia como um todo e não apenas a China é o principal vetor de dinamismo das exportações brasileiras, principalmente após a crise mundial no centro capitalista em 2008. A base para consulta dos dados foi o MDIC, com a

¹¹ Os impactos diretos e indiretos acabam sendo transmitidos também para a indústria brasileira, que, ao perder espaços em mercados de exportação, acabam por terem previsões de rendimentos negativas, o que estimula a investidores nacionais e estrangeiros a não mais investirem em nesses setores, ao passo que os estímulos para investimentos nos setores de commodities são positivos, dado o cenário geral favorável.

formulação do gráfico pelo próprio autor. Os valores se referem a dólares FOB (Free On Board, ou seja, considerando as mercadorias sem os encargos relativos ao transporte), e o período de disponibilidade dos dados é de 1997 a 2016.

Gráfico 1: Evolução das Exportações Brasileiras em dólares F.O.B. por regiões selecionadas – 1997 a 2016



Fonte: MDIC. Elaboração do autor.

Se em 1997 a região asiática ocupava a quarta posição como destino das exportações brasileiras, em 2009 esse quadro se altera com esta região a ocupando o primeiro lugar.

Para o ano de 2016, a Europa enquanto região vem logo em seguida, sendo um dos destinos que mais vem diminuindo no quadro geral de saídas brasileiras. América do Sul ocupa a terceira posição, praticamente empatada com a América do Norte, que vem na sequência. Para as demais regiões, apesar do aumento no fluxo de exportações, não houve mudanças drásticas, com todas mantendo os mesmos números ao longo da década de 2000.

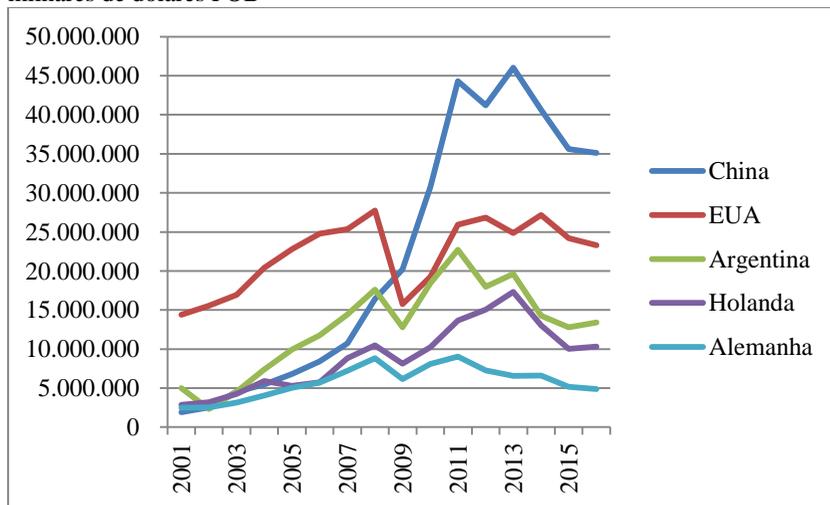
Tais posições das regiões se traduzem nos seguintes percentuais: 33,54% para Ásia; 21,49% para Europa; 16,21% para América do Sul; 15,83% para América do Norte; e 12,92% para as demais regiões.

Há de se mencionar também que, após atingir uma cifra histórica de 256 bilhões de dólares em exportações no ano de 2011, o Brasil vem apresentando quedas para todas as regiões. De 2011 para 2016, as quatro principais regiões apresentaram as seguintes porcentagens de retração:

36% para Europa; 33% para América do Sul, 20% para Ásia¹²; e 10% para América do Norte.

As exportações do período 2001 a 2016 para os 5 principais destinos são apresentadas no gráfico 2 a seguir. Os dados utilizados aqui são da United Nations Commodity Trade Statistics Database – UN COMTRADE¹³.

Gráfico 2: 5 principais destinos das exportações brasileiras - 2001 a 2016 - milhares de dólares FOB



Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

Nesse gráfico, é possível visualizar que a China não apenas tornou-se o principal mercado destino, como também ultrapassou parceiros historicamente tradicionais do Brasil, tirando a posição de liderança que antes era ocupada pelos EUA desde 1930. Se cruzarmos os dados anteriormente apresentados das exportações por regiões, com esses agora apresentados, veremos que China, Hong Kong e Macau

¹² A região asiática em específico apresentou aumento de 1 bilhão nas exportações no ano de 2013, porém acompanhou posteriormente a tendência generalizada de queda.

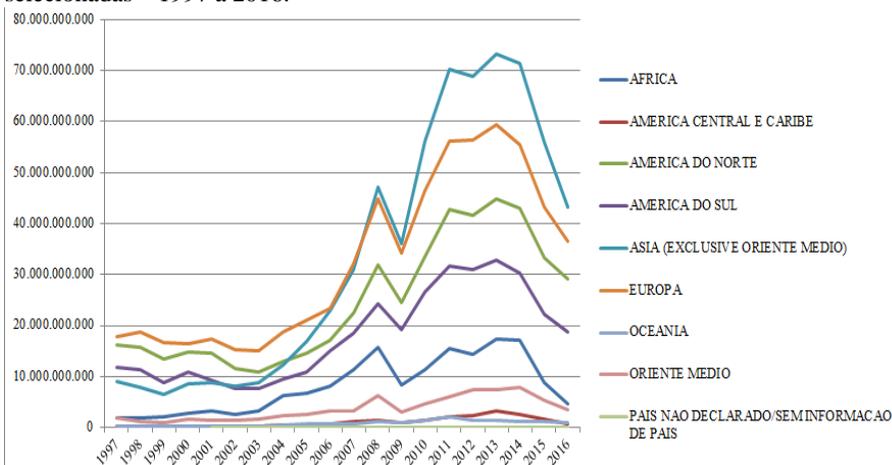
¹³ A comparação das duas bases de dados (MDIC e UN Comtrade) mostrou que ambas apresentam os mesmos valores para as exportações brasileiras.

representam 60,18% das exportações direcionadas para a Ásia e 20,18% do total de exportações brasileiras no ano de 2016¹⁴.

A mesma lógica de expansão asiática e chinesa é observada no que tange às importações brasileiras, como veremos nos gráficos 3 e 4 a seguir.

No gráfico 3, temos a evolução das importações brasileiras dividida pelas regiões do planeta, com dados do MDIC.

Gráfico 3: Evolução das Importações Brasileiras em dólares F.O.B. por regiões selecionadas – 1997 a 2016.

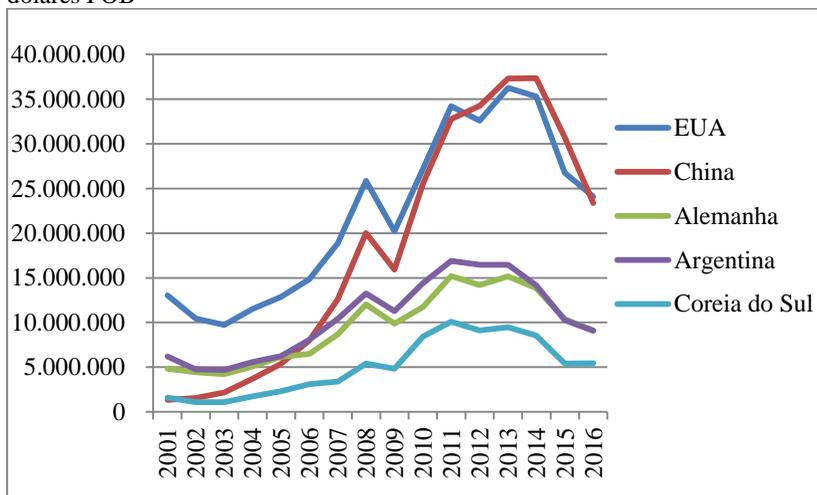


Fonte: MDIC. Elaboração do autor.

Na sequência, apresentam-se no gráfico 4 os cinco principais parceiros do ponto de vista das importações, com dados da UN COMTRADE.

¹⁴ Se considerarmos apenas a China, excluindo-se Hong Kong e Macau, temos uma relação de 56,54% das exportações direcionadas para a Ásia serem somente para China, e 18,96% do total de exportações brasileiras no ano de 2016.

Gráfico 4: 5 principais origens das importações brasileiras - 2001 a 2016 - dólares FOB



Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

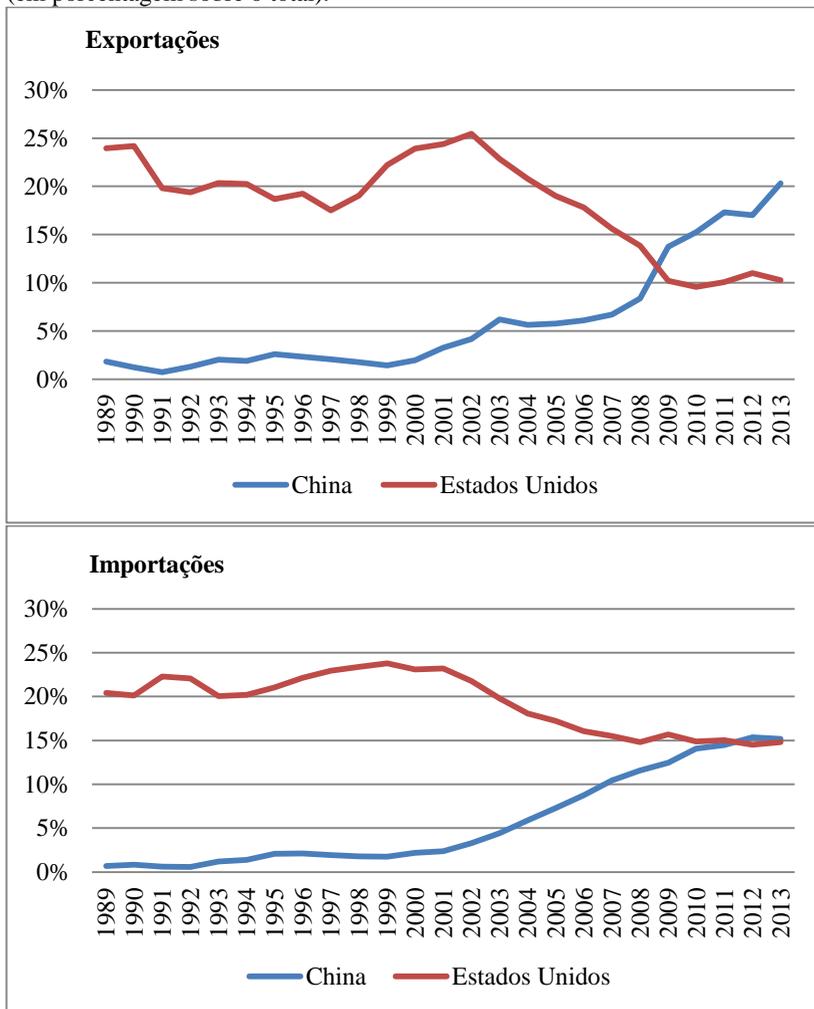
Novamente, a Ásia como um todo e a China em específico ganham notável destaque nas relações comerciais do Brasil. Em 2012, este último país ultrapassou os EUA¹⁵ como origem das importações brasileiras. No gráfico 3, o comportamento observado é semelhante aos das exportações, vistos nos gráficos 1 e 2. A região asiática passou da 4ª posição no final da década de 1990, para ocupar o posto de principal região provedora dos bens importados pelo Brasil a partir de 2008. Nota-se igualmente, assim como se mostrou nas exportações, que de 2011 em diante, as importações passaram por quedas generalizadas em todas as regiões.

No gráfico 4, é relevante notar como ao longo da década de 2000, a China foi paulatinamente ocupando mais espaço nas importações brasileiras, saltando para a posição de principal país fornecedor, quando antes não figurava nem entre os 10 principais parceiros do ponto de vista das importações. Coreia do Sul também se faz presente, reforçando a presença asiática.

¹⁵ Os EUA retornaram ao posto de principal exportador para o Brasil em 2016, mais por conta do arrefecimento das exportações da China para o Brasil do que por crescimento das importações feitas pelo Brasil de produtos estadunidenses.

O gráfico 5 a seguir traz um comparativo que ilustra a mudança proporcional recente entre EUA e China na pauta de comércio exterior brasileiro, tanto para as saídas como para as entradas de produtos.

Gráfico 5: Comparativo das relações comerciais do Brasil com China e EUA (em porcentagem sobre o total).



Fonte: MDIC. Elaboração do autor.

Logo, é nítida a razão pela qual muito das análises se concentram no impacto da China na pauta do comércio exterior brasileiro. E por que

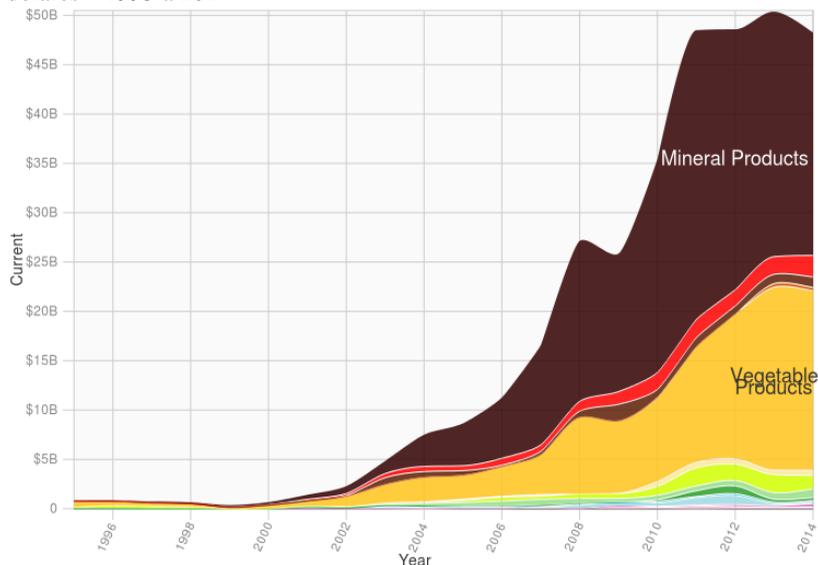
devemos atribuir a essa pressão de demanda por parte da China o fenômeno da reprimarização das exportações brasileiras?

Ao se analisar de forma minuciosa as exportações brasileiras para a China, ou seja, segmentando as mesmas de acordo com a classificação de nível tecnológico, é expressiva a participação das commodities primárias no quadro geral, principalmente a soja e o minério de ferro.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das exportações do Brasil para a China, utilizando-se da ferramenta de análise de dados do Atlas de Complexidade Econômica (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY). Os dados são para o período de 1995 a 2014, utilizando-se o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, ou simplesmente Sistema Harmonizado (SH)¹⁶, e tendo como fontes primárias o *Center for International Data from Robert Feenstra* (para dados antes de 2001) e o UN COMTRADE (para dados de 2001 em diante).

¹⁶ Trata-se de um sistema padronizado de classificação de produtos de comércio exterior (exportação e importação) criado pela Organização Mundial das Alfândegas (World Customs Organizations - <http://www.wcoomd.org/en.aspx>). Os produtos são divididos em “Animal & Animal Products; Vegetable Products; Foodstuffs; Mineral Products; Chemicals & Allied Industries; Plastics / Rubbers; Raw Hides, Skins, Leather, & Furs; Wood & Wood Products; Textiles; Footwear / Headgear; Stone / Glass; Metals; Machinery / Electrical; Transportation; Miscellaneous”. Mais informações em: <https://unstats.un.org/unsd/tradekb/Knowledgebase/Harmonized-Commodity-Description-and-Coding-Systems-HS>.

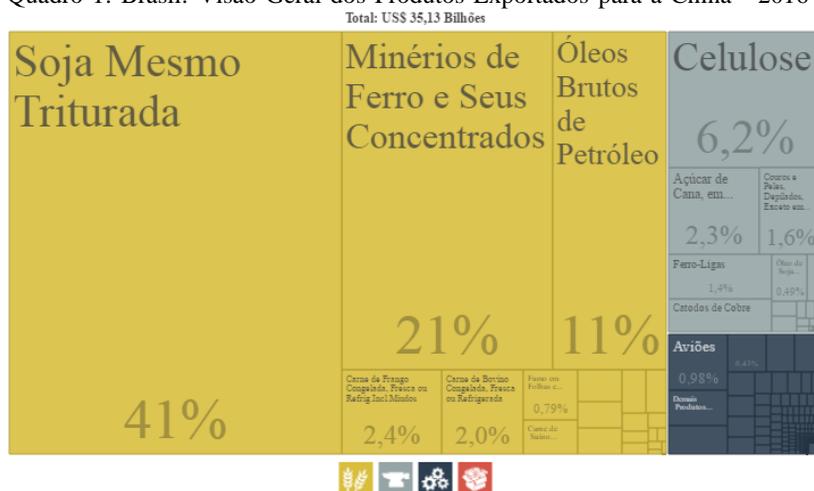
Gráfico 6 – Evolução das exportações brasileiras para a China em bilhões de dólares – 1995 a 2014



Elaboração e fonte: The Atlas of Economic Complexity.

Há o nítido predomínio de produtos minerais e vegetais, principalmente após o início da década de 2000, quando se começa o intenso processo de crescimento do comércio chinês com o Brasil e América Latina. Em marrom, temos expressado os produtos minerais, os quais possuem maior predomínio. Em seguida, vêm os produtos vegetais em amarelo, com a segunda maior proporção de saídas. Em vermelho estão representados “madeira ou produtos de madeira”; no marrom mais claro, “metais”; e nos demais itens, há representações para alimentos, produtos têxteis, manufaturados, e demais produtos que não chegam a ocupar uma parcela minimamente expressiva.

Os dados oficiais encontrados no MDIC não são diferentes, de modo que, para o ano de 2016, obtém-se o quadro a seguir:

Quadro 1: Brasil: Visão Geral dos Produtos Exportados para a China - 2016¹⁷

Classificação: Principais Produtos Exportados (PPE) e Fator Agregado. Formulação e fonte: MDIC.

No quadro 1 acima, em amarelo são os produtos básicos (commodities), azul claro - onde figura a celulose como principal - são produtos semimanufaturados, no azul escuro são identificados os manufaturados e por último, operações especiais em vermelho (que não ocupam parcela mínima para serem visíveis). Não por acaso, dos dez principais produtos exportados pelo país¹⁸ em 2016, 7 figuram no quadro 1, indicando o peso que a China possui no comércio internacional brasileiro.

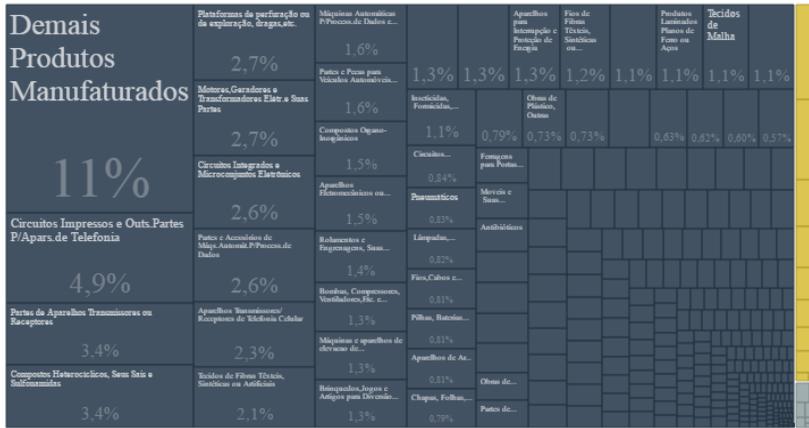
No caso das importações realizadas pelo Brasil dos produtos chineses, o quadro geral é exatamente o oposto, com predomínio majoritário de bens manufaturados, como se vê no quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Brasil: Visão Geral dos Produtos Importados da China - 2016

¹⁷ Link para acesso: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=chn>

¹⁸ São eles: 1º- Minérios de ferro e seus concentrados; 2º- Soja mesmo triturada; 3º- Óleos brutos de petróleo; 4º- Açúcar de cana, em bruto; 5º- Carne de frango congelada, fresca ou refrig.incl.miudos; 6º- Automóveis de passageiros; 7º- Celulose; 8º- Café cru em grão; 9º- Farelo e resíduos da extração de óleo de soja; 10º- Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada (MDIC). A soma desses 10 produtos totaliza 44% do total de exportações.

Total: US\$ 23,36 Bilhões

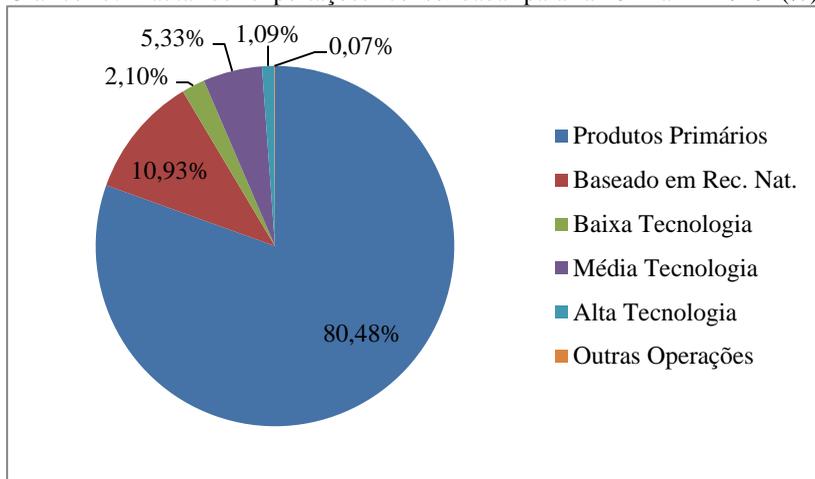


Classificação: Principais Produtos Exportados (PPE) e Fator Agregado. Formulação e fonte: MDIC.

Logo, da mesma maneira que a pauta de exportações está se reprimarizando, pode-se dizer que o inverso ocorre para a pauta de importações, com igual destaque para o papel da China. Portanto, a ascensão econômica chinesa é um fenômeno que está modificando profundamente o comércio exterior brasileiro, e, claro, a própria economia brasileira como um todo.

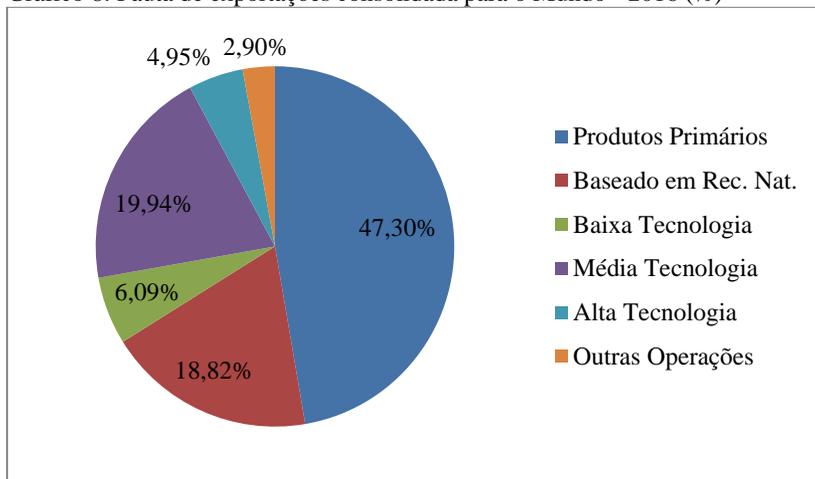
Utilizando-se a mesma metodologia de classificação dos bens, como feito no início do capítulo, a pauta consolidada de exportações do Brasil para a China e para o mundo no ano de 2015 se configura da maneira como mostram os gráficos 7 e 8 a seguir.

Gráfico 7: Pauta de exportações consolidada para a China - 2016 (%).



Fonte: UN COMTRADE; Elaboração do autor.

Gráfico 8: Pauta de exportações consolidada para o Mundo - 2016 (%)



Fonte: UN COMTRADE; Elaboração do autor.

Os dados permitem argumentar que a pauta de exportações brasileiras para o mundo não é inteiramente “primarizada”, ou seja, composta apenas por bens primários de baixo valor agregado. Entretanto, essa não é a situação observável no caso da relação sino-brasileira. Como apresentado no gráfico 7, 80,48% do que fora

exportado para a China no ano de 2016 foram commodities e produtos primários. Somando-se aos produtos manufaturados baseados em recursos naturais, temos um total de 91,41% de produtos de baixo valor agregado. Essa soma, para o gráfico 8, resulta em um percentual bem menor: 66,12%. Logo, parece inevitável concluir que a principal força de reprimarização das exportações brasileiras é a China e seu entorno geográfico, o leste asiático¹⁹.

Assim, a compilação de dados empíricos sobre o comércio internacional do Brasil com a China em específico, e a Ásia em geral, justifica o porquê muitas análises focarem no aspecto internacional como causa da reprimarização das exportações.

O contato com a bibliografia levou à identificação de argumentos centrais no que tange a relação comercial sino-brasileira, como expressamos no início dessa subseção. A seguir, discorreremos sobre tais argumentos.

2.1.2.1: A relação sino-brasileira no comércio internacional

O recente impacto da China na economia brasileira divide setores nacionais: firmas com interesses na China, principalmente no setor de exportações, criaram em 2004 o Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC), com o objetivo de fortalecer as relações econômicas entre ambos países. Por outro lado, grupos como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), representando empresas que sofreram impactos negativos da ascensão chinesa, atuam no sentido de forçarem o Estado brasileiro a criar barreiras e medidas compensatórias por conta da competição e expansão chinesa (JENKINS, 2012, p. 23).

Apesar de tais impactos variarem de acordo com o ator social (que se beneficia ou se prejudica), os impactos *per se* são sentidos de forma unânime: seja diretamente, via aumento das exportações e dos

¹⁹ Isso é reforçado pelo fato de que o segundo principal parceiro comercial brasileiro, os EUA, tem uma pauta de exportação muito mais diferenciada e com uma maior presença de bens manufaturados de média e alta tecnologia. Por exemplo, para o ano de 2016, 61,31% das exportações brasileiras para os EUA foram de produtos manufaturados, sendo que o principal produto foram aviões (produto de alta tecnologia), correspondendo a 13% do total (MDIC). Ou seja, o aumento da presença chinesa reprimariza as exportações, ao passo que a perda de espaço dos EUA reforça esse processo.

preços das commodities, seja indiretamente²⁰, pelo aumento da competição com a indústria nacional em terceiros mercados. (JENKINS, 2012; MEDEIROS E CINTRA, 2015; DE CONTI E BLIKSTAD, 2017; BULL & KASAHARA, 2011; MATTOS E CARCANHOLO, 2012; IPEA 2011).

Conforme argumenta Jenkins (2012),

One explanation of this rapid growth of exports is that resource constraints really began to be felt in China at the end of the 1990s. This view is supported by the sharp increase since the late 1990s in China's net trade deficit in a number of primary commodities that Brazil exports, such as iron ore and soybeans (p.25).

O mesmo autor concorda que a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, a partir de quando este país experimentou elevado processo de liberalização comercial, também contribuiu para esse processo. Tratando-se sobre o perfil das exportações brasileiras, o autor corrobora com os dados apresentados anteriormente:

Exports to China are concentrated in a very limited number of products, with iron ore and soybeans accounting for two-thirds of the total in 2009. Other major products currently exported include crude petroleum, leather and wood pulp. Exports to China are much more concentrated than exports to Brazil's other major markets... (idem, 2012, p. 27).

De fato, 95% das exportações brasileiras de produtos não agrícolas no ano de 2008 concentravam-se apenas em 20 produtos (idem, 2012). E o que explicaria a elevada concentração em apenas alguns produtos? Jenkins argumenta: “One possible explanation is that Brazil is a source-abundant country and that the only products in which it has a comparative advantage vis-à-vis China are a few primary commodities and resource-based manufactures” (p. 27). Entretanto, prossegue afirmando: “there are a number of such products in which

²⁰ Alguns autores, como Jenkins (2012), colocam o aumento do preço das commodities em nível mundial como um efeito indireto.

Brazil has a strong comparative advantage in world markets but that it has not been exporting to China on a significant scale” (p. 27).

Ou seja, a complementariedade por si só não explica completamente esse abrupto aumento nas exportações. O autor cita um trabalho que investigou detalhadamente os produtos exportados pelo Brasil para a China, e que entrevistou empresas que possuíam produtos com complementaridade, mas que não eram exportados. Chama a atenção para o caso da farinha e óleo de soja e do ferro e aço que não encontram espaço na China, que procura produzir nacionalmente esses produtos, o que acarreta a transferência do Brasil para a China de elos da cadeia mercantil da soja e de outras commodities. O elo ou fase do processamento deixa de ocorrer no Brasil, que apenas fornece a matéria-prima (JENKINS, 2012).

Com efeito, barreiras tarifárias e não tarifárias são constantemente aplicadas por parte do governo chinês, de maneira a minar a competitividade brasileira e a cristalizar um padrão de exportação de produtos com baixa agregação de valor. São políticas explícitas de protecionismo visando promover a produção doméstica e de controlar partes mais rentáveis das cadeias mercantis. O autor cita como exemplo a cadeia mercantil da soja, que sofre constantemente com um sistema tarifário abusivo por conta da China, que reiteradamente taxa produtos com maior valor agregado (como o óleo de soja), e em contrapartida desonera produtos com baixo valor agregado (soja *in natura*)²¹ (idem, 2012).

Adicionalmente, o autor identifica que o impacto das importações chinesas, bem como a penetração dessas na economia brasileira, varia de setor para setor. Cita como exemplo a indústria têxtil, uma das mais afetadas pela concorrência chinesa, chegando a perder 60 milhões de dólares em vendas para os produtos *made in china* no ano de 2006 (PARAGUASSU, 2007, apud JENKINS, 2012).

Medeiros e Cintra (2015) destacam como, no curto prazo, o efeito demanda foi positivo para o Brasil e demais países latino-americanos, favorecidos com uma balança comercial temporariamente superavitária que reduzia ou mesmo eliminava as restrições anteriormente impostas pelas contas externas:

²¹ Assim, a média tarifária obtida entre os produtos altamente taxados e os produtos amplamente desonerados acabar por ficar dentro da média exigida pela OMC, não ferindo com isso as regras de livre comércio estipuladas pela organização.

Nesta década [2000], a forte elevação no preço das commodities, a mudança dos termos de troca e a forte demanda externa por bens primários destravaram as restrições de balanço de pagamentos que se avolumaram entre 1998 e 2003. A grande demanda chinesa por recursos naturais foi indiscutivelmente um fator central deste novo cenário externo dos países sul-americanos (p. 29)²².

Os autores também reconhecem a contribuição chinesa para o aumento dos preços das commodities:

Considerando o preço médio das commodities igual a 100 em 2000, em 2012 este preço era de 277,0 (a queda substancial ocorrida em 2009 foi revertida nos anos subsequentes). A valorização dos metais e da energia foi ainda muito maior do que a das commodities agrícolas, entre estas se destacaram óleos comestíveis, entre os metais o cobre e o minério de ferro se destacaram (p. 31).

Além disso, os IEDs chineses no Brasil reforçam a tendência geral de fortalecimento das commodities primárias na pauta de exportação, conforme pontua Jenkins (2012).

The main sectors for Chinese investment in Brazil have been mining and oil and gas, with some planned investments in agribusiness. **These are all clearly resource-seeking and reflect the trading relations between the two countries, particularly the concentration of Brazilian exports on primary commodities.** There have been some market-seeking investments, most

²² Porém, logo em seguida os autores ressaltam: “Os países da América do Sul aproveitaram as novas condições externas para elevar sua taxa de crescimento e expandir os mercados internos. O forte crescimento dos fluxos financeiros que se afirmou no período se deu num contexto de elevação simultânea das exportações reduzindo a fragilidade externa anterior. Adicionalmente maiores controles nacionais sobre os recursos naturais e iniciativas favorecedoras ao alargamento do processo de regionalização foram difundidos. Entretanto, poucas iniciativas visando maior diversificação produtiva foram construídas” (MEDEIROS E CINTRA, 2015).

notably the acquisition of several electricity companies by State Grid” (p. 34, grifos nossos).

Esse mesmo comportamento dos IEDs chineses é confirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conforme o trecho a seguir:

Em termos de participação setorial de IDE verificou-se um aumento das atividades agropecuárias e extrativismos mineral (extração de minerais metálicos e de petróleo) e dos segmentos industriais voltados à produção de produtos químicos, petroquímicos e refino de petróleo, ao passo que o setor de serviços vem perdendo participação (IPEA, 2011, p. 8)²³.

Entretanto, do ponto de vista mercadológico de médio prazo, o mesmo efeito-China começa a apresentar riscos para os países latino-americanos, principalmente no que tange à competição às exportações de manufaturados (e logo, um risco superior ao Brasil, principal potência manufatureira dessa região). Com isso, tem-se o principal efeito colateral indireto da ascensão chinesa para o comércio internacional brasileiro, que pode ser traduzido em uma “...perda de participação das exportações brasileiras em terceiros mercados para a China”, além de “...desadensamento da estrutura produtiva nacional, perda do controle estratégico sobre fontes de energia – petróleo – e de recursos naturais – terras e minas [por conta da política de IDEs da China para o Brasil, focando nesses setores] – e aumento da vulnerabilidade externa estrutural” (IPEA, 2011, p. 13).

O IPEA destaca que a

...ampliação da corrente do comércio entre a China e o Brasil veio acompanhada de pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre o parque industrial brasileiro. O “efeito China” tem gerado (i) a especialização regressiva da pauta exportadora – entendida como aumenta da participação relativa dos produtos básicos para a exportação –; (ii) um significativo déficit

²³ Medeiros e Cintra (2015) igualmente indica tal padrão: “A busca de recursos constitui a principal estratégia do IED chineses: 86% do IED chinês na América Latina durante o período de 1990-2010 foram para os setores de energia e de recursos naturais.” (p. 38)

comercial para o Brasil no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica; (iii) uma perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina) em virtude das exportações chinesas. A pressão competitiva das manufaturas chinesas tende a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial... (Idem, 2011).

A perda de *Market Share* para China pode se dar de duas formas. Diretamente, para as situações em que as exportações brasileiras diminuíram e as chinesas, tratando-se do mesmo produto/setor, aumentaram; e indiretamente, nos casos em que as exportações brasileiras podem até ter apresentado crescimento, mas as chinesas apresentaram um crescimento superior (JENKINS, 2012).

De início, a tendência geral de aumento das exportações e dos preços de commodities, por toda a América Latina, beneficiou inclusive o setor de exportações de manufaturados brasileiros, pois tal região experimentou um aumento de renda generalizado com os ganhos em comércio superavitário de bens primários; e sendo uma região destino importante para produtos industrializados, com um poder de compra maior, passou-se a consumir mais desses produtos.

A elevação do preço das commodities permitiu um crescimento generalizado das exportações tanto dirigido diretamente para a China — contribuindo em muitas delas para um saldo comercial elevado — quanto para o resto do mundo; por outro lado, no caso das economias mais diversificadas (Argentina e Brasil) o maior crescimento dos países primário especializados permitiu aumentar as exportações não apenas de commodities, mas a de bens industriais (ainda que a taxas menores) para estes mercados, gerando inclusive superávit comercial com os países da América do Sul (MEDEIROS E CINTRA, 2015, p. 38).

De fato, ocorreu um “aumento das exportações da indústria brasileira para seus principais parceiros latino-americanos, em função do dinamismo de suas economias, oriundo, também – em grande medida – da elevada demanda mundial por commodities (e da bolha de preços

resultante)” (DE CONTI E BLIKSTAD, 2017, p. 21). A conjuntura internacional da década de 2000, aquecida principalmente pela dinâmica chinesa, levou a um “boom econômico não apenas no Brasil, mas no conjunto dos países latino-americanos”, acarretando em “benefícios diretos” (aumento da demanda por commodities) e “indiretos” (“o crescimento da demanda latino-americana por bens manufaturados brasileiros”) (idem, 2017, p. 21).

Porém, tal situação não se sustentou:

No entanto, esse efeito mostrou seus limites quando a crise internacional ensejou um acirramento da concorrência internacional e a China passou a conquistar esses mercados latino-americanos de bens industriais. Ou seja, para além do curto-prazo (e da fase ascendente do ciclo econômico), os ‘efeitos-China’ sobre o comércio exterior brasileiro são inequívocos: aumento das exportações de commodities e queda nas exportações de manufaturados (idem, 2017, p. 22).

Jenkins (2012) também concorda com o efeito de perda de mercado exterior do Brasil para a China, e vai além: a queda nas exportações de manufaturados não se limita aos países latino-americanos, mas também aos EUA e à União Europeia. Principalmente aos EUA, que é um importante mercado para os bens brasileiros com maior valor agregado. O autor analisa a perda estimada de *Market Share* (quota de mercado) do Brasil para a China, focando nos mercados dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa, além de citar outro trabalho que identifica perda de mercados também na América Latina. Para isso, destaca três períodos cruciais para uma compreensão da movimentação da China na economia internacional: 1996 - 2001, 2001 - 2004 e 2004 - 2009. De 1996 a 2001, temos o período pré-adesão chinesa à OMC; de 2001 a 2004, o intervalo de transição, com a China já aderida à OMC e implementando as regras de liberalização e remoção de cotas tarifárias de importação; e de 2004 a 2009, com a consolidação e plena integração da China na economia mundial.

Com isso, Jenkins (2012) chega à situação da tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Perda das exportações brasileiras para a China nos mercados dos EUA e da União Europeia, 1996 – 2009 (%).

	EUA		União Europeia	
	Total	Manufaturados	Total	Manufaturados
1996-2001	- 0,5	-0,7	0	-2,5
2001-2004	-6,1	-9,6	-0,1	-0,3
2004-2009	-3,1	-5,3	-2,1	-5,9

Fonte e elaboração: Jenkins (2012, p. 38), com base nos dados do *United States International Trade Commission* (USITC) e COMEXT data.

Os dados estimados na tabela acima mostram que

...the impact of Chinese competition on Brazilian exports to third markets has been significant. Exports to the US have been worse hit by competition from China than have exports to the EU. In the latter case, it is only since 2004 that Brazil has lost market share to China. In the US, on the other hand, Brazil has been losing export markets to China since China joined the WTO in 2001. Not surprisingly, the impact has been felt most strongly in the case of exports of manufactures to both markets, reflecting the fact that China competes mainly in manufactured goods (idem, p. 38).

A notável perda de *Market Share* nos EUA merece especial destaque, à medida que esse é um importante mercado de destino de manufaturas brasileiras, tendo em vista que nossa pauta de comércio exterior com os EUA é mais diversificada e composta por bens com maior valor agregado do que com a China (MDIC).

Com essa evidente alta no mercado de commodities, o Brasil estimula os investimentos em setores “ligados à exploração de recursos naturais”, ao passo que desestimula os investimentos na indústria (DE CONTI E BLINKSTAD, 2017), reforçando o processo de reprimarização.

Seja olhando para o produto nacional, seja – principalmente – olhando para a pauta do comércio exterior, é patente um processo que pode até não ser retilíneo, mas aponta em uma direção muito clara, a fragilização da indústria brasileira ao longo do século XXI. A competição com a China, associada ao posicionamento dos preços macroeconômicos – notadamente das taxas de

câmbio e de juros – no Brasil nas últimas décadas levou a indústria brasileira a adaptar-se, tornando-se crescentemente importadora e financeirizada (Idem, 2017, p.26).

Não se trata apenas de comércio exterior: a lógica subjacente a todas as análises apresentadas nessa seção vai ao sentido de dizer que o *boom* das commodities “acentua a histórica tendência de priorização do *agrobusiness* (latifúndios com monocultura) em relação à agricultura familiar, com notáveis consequências ecológicas e sociais.” (idem, 2017). E que

as mudanças na estrutura produtiva acima apresentadas [devido o ‘feito-China’] ensejam uma maior suscetibilidade da economia brasileira aos movimentos da economia global. Como mostra a história, economias assentadas em commodities tornam-se excessivamente dependentes de seus preços. Como também mostra a história, os preços das commodities são muito voláteis, de forma que essa excessiva dependência configura um risco não desprezível. **Como, por fim, mostra a história, a fragilidade da estrutura industrial tende a resultar em repetidos momentos de restrição externa** (idem, 2017, p. 27, grifos nossos)²⁴.

De fato, esses efeitos foram transmitidos para toda América Latina, como pontuam Medeiros e Cintra (2015).

Entre os países menos industrializados e primários especializados, o deslocamento dos produtores domésticos de seus mercados internos em setores tradicionais e intensivos em mão de obra — em que a têxtil e o setor de vestuário são os casos mais notáveis — constitui o principal efeito de deslocamento e maior ameaça aumentando potencialmente sua vulnerabilidade externa decorrente da dependência às commodities. Entre

²⁴ Sob a luz da história, vemos que ter uma economia ancorada nas exportações de commodities leva, no longo prazo, ao estrangulamento de projetos de desenvolvimento econômico. Essa interpretação vai ao encontro da análise a ser realizada no capítulo 3.

os mais industrializados, tanto o México como o Brasil e a Argentina na América do Sul, embora este efeito esteja presente incluindo não apenas estes setores, mas aqueles de maior conteúdo tecnológico particularmente na eletrônica de consumo e bens de capital, a perda relativa ou absoluta da parcela de mercado dos produtores industriais domésticos para as exportações chinesas (nos EUA no caso do México, no MERCOSUL no caso do Brasil) constitui um desafio central com impactos importantes ainda que diferenciados sobre a estrutura global das exportações (p. 40).

Com isso, temos uma visão geral da China como variável explicativa principal para o processo de reprimarização das exportações brasileiras. Como afirma Jenkins (2012), “Although given the extent of Chinese import penetration it is an exaggeration to claim that it has led to general deindustrialization of the economy, **China certainly has contributed to the primarization of Brazil’s exports**” (p. 43, grifos nossos)²⁵.

Antes de passarmos para a próxima seção, há de se destacar o seguinte trecho:

Aos olhos do Estado chinês – e, na verdade, da grande maioria dos agentes econômicos internacionais, sobretudo dos países centrais –, o papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), apresentado acima, é muito claro; e ele vem se efetivando. Mas não faz o menor sentido responsabilizar a China pelos efeitos de

²⁵ Em se tratando do debate sobre ser benéfica ou não a relação comercial sino-brasileira, Jenkins (2012) argumenta: “Perhaps more than in any other Latin American country, there are major winners and losers in Brazil as a result of the growth of China, both at the sectoral level and in terms of social classes. Primary commodity producers have been the major beneficiaries, while the major losers have been in the manufacturing sector. The winners consist of a fairly small group of producers who account for the bulk of iron ore and soybean exports. It seems likely that the losing camp, although concentrated in some industrial sectors, consists of far more firms. Furthermore, if the employment effects of losing markets to China are taken into account, the number of losers is likely to be far greater than the number of winners. (p. 43-44).

sua economia sobre a estrutura produtiva brasileira. **Eles refletem, de fato, a forma com que o Brasil se inseriu na economia global e sua incapacidade histórica de alterar sua posição na DIT** (DE CONTI E BLIKSTAD, 2017, p. 29-30, grifos nossos).

Ou seja, os impactos experimentados pelo Brasil, incluindo sua pauta de comércio exterior, “só potencializam aquilo que já estava inscrito no processo de mundialização erigido sobre uma estrutura centro periferia, nas reformas liberais iniciadas nos anos 1990 e mesmo na estratégia do pensamento econômico liberal, que defende o aproveitamento das ‘vantagens comparativas’” (idem, 2017, p. 30).

Em suma, ao deixar as “forças de mercado” atuar, sendo o papel esperado do Brasil como grande fornecedor mundial de alimentos e commodities, a tendência será exatamente a da reprimarização, ou seja, a especialização esperada pelo mercado. E dado o poder estrutural do capital, que está acima de forças políticas e sociais contrárias a essa tendência, pode-se entender porque o Brasil desempenha o mesmo papel na DIT desde o século XVI, mesmo tendo havido movimentos distintos ao longo da história, como os esforços industrializantes entre 1950 e 1980, que lograram algum sucesso apenas por permissividade sistêmica e contextos internacionais únicos e favoráveis.

Adicionalmente, para além das trocas comerciais stricto sensu, não há consenso sobre a relação sino-brasileira ser de competição ou parceria (ALTEMANI, 2016). Há, por um lado, iniciativas como o programa CBERS (CHINA-BRAZIL EARTH RESOURCES SATELLITE²⁶), oriundo de cooperação técnico científica na área espacial entre Brasil e China, alçando o país “no seletivo grupo de Países detentores da tecnologia de geração de dados primários de sensoriamento remoto”²⁷ e fortalecendo a posição brasileira de poder nas relações internacionais (ALTEMANI, 2012). Também não se pode deixar de mencionar os benefícios obtidos pela relação superavitária de exportações de commodities para o parceiro asiático, aliviando o estrangulamento histórico sofrido no balanço de pagamentos pelo Estado brasileiro, que pôde, ao longo da década de 2000, aplicar com

²⁶ Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

²⁷ Fonte: http://www.cbears.inpe.br/sobre_satellite/introducao.php, acessado em 07 de setembro de 2017.

maior liberdade políticas públicas de cunho “desenvolvimentista”, que tiraram o Brasil do mapa mundial da fome.

Porém, para acentuar os impactos da competição chinesa sobre a indústria manufatureira do Brasil, há a questão dos movimentos de IEDs chineses. Sabe-se que tais investimentos, quando destinados ao Brasil, focam majoritariamente no setor de produção e exportação de bens primários, o que reforça a especialização regressiva. E atualmente, os IEDs chineses estão se voltando cada vez mais para países como Austrália e Nigéria²⁸, no sentido de desenvolver nesses países a produção de commodities em larga escala (principalmente soja, minérios, e petróleo), acirrando a competição em nível internacional e baixando o custo de aquisição por parte da China, reforçando o aspecto competitivo da relação Brasil-China.

Assim, chegamos a terceira e última seção do capítulo 1, que enfocará as visões alternativas sobre a temática da reprimarização das exportações.

2.1.3 Bloco 3: Interpretações alternativas não agrupáveis.

Nesta última seção concentram-se duas visões alternativas não agrupáveis em grandes blocos, como feito nos dois anteriores. Na primeira, é salientada a ideia de que a causa principal da reprimarização das exportações é a complexa relação entre a elite ligada ao agronegócio e o Estado brasileiro, que daria lugar a um pacto hegemônico capaz de definir o perfil da economia nacional. Tal ideia é defendida principalmente por Delgado (2012) e empiricamente reforçada pelos efeitos distributivos de renda gerados pelo setor primário-exportador.

Na segunda, são apresentados aqueles que desconsideram a reprimarização e a desindustrialização como fenômenos relevantes, sob o argumento de que a mesma não ocorre e/ou não deve ser tomada como algo negativo ao país. Destacamos os trabalhos de Nassif (2008) e Nakahodo e Jank (2006), e são apresentados dados de Vantagem Comparativa Revelada, corroborando o argumento de tais autores.

²⁸ De acordo com o China Global Investment Tracker (<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>, acessado em 07 de setembro de 2017), ambos os países estão entre os principais destinos de IEDs da China para a última década, que procura investir na produção de commodities em tais regiões, suprimindo sua demanda por bens primários de maneira mais barata, principalmente por questões logísticas de proximidade geográfica.

2.1.3.1 A reprimarização como resultado da relação Agronegócio-Estado Brasileiro

A análise destacada na presente subseção não trata especificamente do processo de reprimarização das exportações brasileiras, mas tampouco o ignora. Também não refuta os pontos anteriormente expostos com seus respectivos defensores, inclusive concordando com muitos dos argumentos. Ainda assim, separou-se em um tópico exclusivo, devido à abordagem diferenciada que se deu sobre a temática, que será relevante para o último capítulo.

A argumentação geral de explicação ao processo de reprimarização aqui sublinhada é que, mais do que um resultado de demandas internacionais e pressões geradas pelo aumento de preço das commodities, a especialização regressiva das exportações brasileiras se deve em grande parte às articulações político-econômicas entre as elites capitalistas do agronegócio e o Estado brasileiro. Logo, a principal variável explicativa seria do “pacto hegemônico de poder” encontrado no cerne dessas relações entre *agrobusiness* e política nacional (DELGADO, 2012), que vão além das evidências macroeconômicas e abarcam questões como discurso e poder.

...tomando as evidências dos argumentos macroeconômicos apenas como um referencial mais geral que nos ajuda a manter em vista as proporções desse fenômeno recente [a reprimarização], em especial no âmbito do setor agrícola, o que não pode ser deixado de lado é o fato de que tal fenômeno está intimamente ligado à capacidade de reprodução e de renovação do discurso da classe política vinculada à posse da terra, presente historicamente no contexto nacional e que soube renovar-se de maneira bastante significativa, acoplando e reconfigurando semanticamente suas bandeiras no que chamamos hoje, mesmo que genericamente, de agronegócio (PORTO, 2014, p. 26).

Sob o prisma das relações comerciais, é evidente que os “argumentos macroeconômicos” não são descartáveis, e tampouco o são as influências de demanda internacional por commodities. Porém, como salientado no trecho anterior, deve ser mencionada a capacidade de renovação discursiva da “classe política vinculada à posse da terra”,

quando o capital agrário se alia com o Estado. E tal situação se legitima por ser uma estratégia de acumulação de capital que, ao mesmo tempo, favorece o Estado no ponto de vista da Balança Comercial e alivia também o Balanço de Pagamentos, e favorece a classe capitalista privada que investe no agronegócio, a qual conta com as melhores condições de crédito, subsídio, incentivos fiscais e proteção jurídica (todas destinadas ao patronado agrário). Além disso, são geradas receitas para o Estado a partir de *linkages* fiscais (cobrança de impostos nas exportações) e entrada de dólares, que se converte na viabilidade de se realizar políticas sociais e realizar transferências a setores da sociedade em troca de apoio político.

...depreende-se que a inserção primária no comércio exterior; as relações de dependência subjacentes a tal inserção, expressas na Conta Corrente do Balanço de Pagamento; a exacerbada valorização da renda fundiária neste processo e as pressões coetâneas por super exploração de recursos naturais e do trabalho humano são fatos históricos que se integram num todo articulado. Constituem a configuração de uma estratégia estatal-privada de acumulação de capital, que de certa forma conforma o próprio padrão de crescimento econômico perseguido nesta década [2000] pelo agronegócio. Esse padrão se expande para o conjunto da economia, conferindo certo rumo ao crescimento mais geral da economia brasileira nesta primeira década do século XXI (DELGADO, 2010, p. 122).

Tal relação íntima entre o atual modelo de agronegócio, formado pela junção do setor agrário com o setor industrial e capital financeiro, presentes nas cadeias mercantis antes, durante e após a produção de bens primários agrícolas, e a economia política brasileira se origina, historicamente, ao longo do século XX, e é a atual variável explicativa para o comportamento do comércio exterior brasileiro (DELGADO, 2012; OLIVEIRA, 2016; PAULA E PAULA, 2006). Mais especificamente, tal pacto de poder explicita-se no período militar, iniciado em 1964, como uma alternativa econômica viável para o Estado aliviar as pressões fiscais sofridas pelos constantes déficits no Balanço de Pagamentos e na Conta Corrente de serviços, agravadas pela crise cambial sofrida logo após o “milagre brasileiro”, com especial destaque

para as crises de 1982 e 1999, “duas graves crises cambiais, que em cada contexto histórico demarcaram grave desorganização do sistema econômico” (DELGADO, 2012, p. 78).

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado (DELGADO, 2012, p. 91).

A denominada “modernização conservadora da agricultura”, notória no período militar, se refere ao processo gradativo de captura e incorporação do setor primário da economia (tido como ultrapassado na época) pelo setor industrial, com participação ativa do capital financeiro e do Estado. Esta modernização industrial e técnico-científica se deu sem que se modificassem as relações patronais de posse da terra²⁹, por isso a classificação de “conservadora”. E, para que a incorporação ocorresse de maneira efetiva, fez-se necessária tal coalizção de forças, conforme aponta Delgado (2012).

Como historicamente a estratégia do capital financeiro na agricultura depende desses mercados organizados – de terras, de créditos e dos complexos agroindustriais; e como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica (p. 92).

²⁹ Chegando, inclusive, a agravar a situação de concentração de renda e terra nas mãos de poucos, precarizando ainda mais a situação do trabalhador rural.

No período mais recente do comércio exterior brasileiro, o processo de consolidação da atual coalização de forças visando fomentar a reprimarização se iniciou em 1998, ou seja, antes do *boom* das commodities. Observa-se que ao final “de 1998 a crise de liquidez internacional afeta a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança no regime cambial” (idem, 2012, p. 93), cabendo, com isso, ao comércio exterior a responsabilidade de gerar saldos superavitários com o objetivo de suprir o déficit da Conta Corrente³⁰. É nesse momento que a “agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio³¹, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna” (idem, 2012, p. 93).

Com efeito, a escolha da priorização do agronegócio foi a resposta encontrada para as crises de ajuste externo sofridas pelo Brasil, que acumula elevados passivos em períodos de crises. Essa escolha ocorreu na crise cambial/fiscal da década de 1980, como na mais recente, vivida no final de 1998 e início dos anos 2000. Na crise mais recente, a prioridade atribuída pelo Estado ao agronegócio precedeu, como já ressaltado, o aumento de demandas internacionais de produtos agrícolas.

Assim, são identificadas medidas pragmáticas tomadas pelo Estado para viabilizar a consolidação do atual modelo agroexportador, entre as quais merecem ser citadas: projetos de investimento de infraestruturas ligadas ao setor primário; priorização das pesquisas científicas financiadas pela União para o setor agropecuário, em sintonia com interesses de empresas multinacionais do agronegócio; flexibilização do mercado de terras, favorecendo o grande latifúndio; e intensos estímulos fiscais e provisões de créditos rurais, com a reativação do Plano Safra, para financiamento de grandes produtores rurais. Estas medidas iniciaram no segundo governo de Fernando

³⁰ Importante destacar que o atual padrão de consumo brasileiro demanda uma série de produtos industrializados que não são produzidos no Brasil, sobretudo os de alta tecnologia, que entram via importação, estrangulando a Conta Corrente brasileira.

³¹ “Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p. 94).

Henrique Cardoso e se intensificaram nos governos de Lula (DELGADO, 2012, 2016; OLIVEIRA, 2016).

A estratégia de ancorar a economia na produção e exportação de bens primários como a soja, açúcar, carnes (de aves e bovinas) e celulose encontrou um cenário internacional propício no início do século XXI, com isso tendo sido reforçada na primeira gestão de Lula (2003 – 2006). Tal estratégia ganhou ainda mais força a partir do seu segundo mandato, quando ocorre um “recrudescimento do desequilíbrio externo”, o que levou “à forçada opção por exportações primárias como espécie de solução conjuntural/estrutural para o comércio exterior, que aparentemente livraria o país do déficit em Conta Corrente” (DELGADO, 2012, p. 95).

Com isso, a conjuntura macroeconômica de vulnerabilidade a partir da década de 1990, aliada a uma classe político-econômica que historicamente se fez presente na realidade brasileira (a elite do agronegócio - Porto, 2014), levou a três processos, conforme pontua Delgado (2012, p. 109):

1) Reconstitui-se o crédito público bancário, sob a égide do Sistema Nacional de Crédito Rural, como principal via de fomento da política agrícola [...]; 2) os preços da terra e dos arrendamentos rurais experimentam uma substancial inflexão para cima em todas as regiões e para todos os tipos de terra, refletindo a alta das commodities. Mas esses preços também são afetados pela forte liquidez bancária, associada às subvenções da política agrícola e de determinada frouxidão da política fundiária relativamente à regulação do mercado de terras; 3) aprofunda-se a inserção externa das cadeias agroindustriais que manipulam com maior evidência as vantagens comparativas naturais da matéria-prima principal do seu processo produtivo.

O mesmo autor assim conclui sua linha de raciocínio:

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino

novo pacto da economia política do agronegócio (p. 109).

O acima exposto é o que entendemos como uma visão alternativa para se explicar o processo de reprimarização das exportações brasileiras, visão que utiliza como quadro geral de análise o pensamento de Gramsci e Marx³². A tese é a da formação de um grupo hegemônico no interior do Estado brasileiro que dita os rumos da economia política do país, transbordando para o comércio exterior praticado.

Por fim, conforme a linha geral aqui exposta, para o Brasil, a especialização primária das exportações tem sido uma limitante ao desenvolvimento, pois “não resolve a dependência externa e agrava a situação deficitária dos demais setores”. (DELGADO, 2010). Assim,

Esse modelo de inserção externa, fortemente apoiado em produtividade de recursos naturais (no comércio externo) e captura de renda fundiária (pelos proprietários de recursos naturais), contém sérios limites ao desenvolvimento. Produção e repartição do excedente econômico, em tais condições, provocam armadilhas produtivas (supereexploração de recursos naturais) e distributivas (concentração da riqueza fundiária), de sorte a constringer o crescimento econômico à reprodução de padrões de subdesenvolvimento (DELGADO, 2010).

Com isso, chegamos à última corrente de pensamento sobre a temática da reprimarização das exportações brasileiras, exposta na subseção a seguir.

2.1.3.2 As vantagens comparativas reveladas e a “ilusão” da reprimarização

Nessa última parte da seção 3 sobre as visões alternativas sobre a reprimarização, elencamos as análises que argumentam no sentido de

³² Sobre a utilização do pensamento de Gramsci e Marx nas Relações Internacionais, recomenda-se a leitura de GILL, Stephen et al. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2007.

não existir um processo de desindustrialização no Brasil e tampouco a chamada “doença holandesa”, e, com isso, não há de se enfatizar ou se preocupar com o aumento expressivo de commodities na pauta de exportação. Outrossim, a especialização regressiva do Brasil em exportações de bens primários deve-se primordialmente às suas evidentes vantagens comparativas. Além disso, apoiado nos trabalhos de Nassif (2008) e Nakahodo e Jank³³ (2006), apresentamos dados do comércio exterior brasileiro que evidenciem as vantagens comparativas deste com o restante do mundo, dando embasamento empírico para as argumentações de tais autores, as quais se apresentam a seguir.

Por meio de documento de pesquisa do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)³⁴, intitulado “A falácia da ‘doença holandesa’ no Brasil”, Nakahodo e Jank (2006) analisam a pauta de exportações brasileiras e chegam a conclusões distintas das apresentadas pelos autores e dados das seções anteriores. Utilizando classificações de bens distintas das usuais, os autores classificam as exportações em commodities (divididas em brutas e processadas) e produtos diferenciados.

Com essa classificação evidenciam que as exportações brasileiras para o período de 1997 a 2005 são, em realidade, majoritariamente compostas por produtos diferenciados, ou seja, que não são commodities. E que, dentro da classificação de commodities, aproximadamente 55% são processadas, com maior valor agregado e passando, portanto, necessariamente por alguma cadeia agroindustrial (NAKAHODO E JANK, 2006).

Deve ser sublinhado que tal estudo se refere a um lapso temporal que não contempla o efetivo *turning point* da presença de produtos primários e manufaturados na pauta de exportação, que se deu a partir de 2009. De fato, para o período 1997 – 2005, ainda havia presença majoritária de produtos industrializados, que os autores agrupam sob o rótulo de “diferenciados”. Inclusive, houve uma notável expansão de

³³ Há de se destacar que Marcos Jank já atuou como vice-presidente de assuntos corporativos e desenvolvimento de negócios da BRF S.A., tendo interesses diretos envolvidos na promoção das exportações de commodities primárias pelo país.

³⁴ Grupo atualmente desativado, sendo que parte de seus membros migrou para a Agroicone, grupo voltado para a produção de estudos e projetos para diversas áreas, sobretudo o agronegócio e sua relação com o comércio internacional. Para mais detalhes: <http://www.agroicone.com.br/>. Acessado em 09 de Setembro de 2017.

exportações de bens com alto valor agregado em tal período, como de aeronaves, equipamentos para telecomunicações e veículos automotores, produtos que ainda seguem sendo expressivos para as exportações brasileiras. Porém, os autores descartaram, na época, a possibilidade, por um lado, da expansão das commodities brutas de modo que essas viessem a constituir parcela majoritária e, por outro, de arrefecimento nas exportações de manufaturados, perdendo *market share* em diversas regiões do mundo, incluindo a América do Sul.

Basicamente, Nakhodo e Jank (2006) confrontam diretamente os argumentos apresentados pelos autores do bloco 1³⁵. Refutam a ideia de estar ocorrendo um processo de “doença holandesa” justamente por demonstrarem dados que apontam para crescimento nas exportações de bens manufaturados, o oposto do efeito esperado por dita doença, segundo a qual o câmbio sobreapreciado inibiria a exportação dos manufaturados. Além disso, relativizam o argumento apresentado no bloco 2 em relação ao aumento de preço das commodities. Destrinchando o Índice de Preços de Commodities Primárias do Fundo Monetário Internacional (FMI), constatam que o mesmo agrupava o preço do petróleo na mensuração de preços internacionais de commodities, e que o aumento do preço dessa commodity energética corresponde a 40% do aumento de preços gerais, ao passo que na cesta de exportações brasileiras, para o período 1996-2005, o petróleo correspondeu a apenas 2,8% das exportações. Logo, o aumento de preços das demais commodities do segmento agropecuário e agroindustrial não foi tão expressivo como se costuma afirmar³⁶.

Ademais, fazem a ressalva de que atividades envolvendo o setor de commodities, bem como as exportações atreladas a este, também implicam considerável complexidade econômica e nódulos de processamento intensivos em capital e tecnologia. “É preciso [...] um certo cuidado com a ideia de que exportar commodities não seria uma 'atividade industrial'”(p. 15). Entre os argumentos elencados pelos autores, o de ser a exportação de commodities primárias uma atividade também industrial é o de maior relevância para a atualidade, uma vez que os dados para o período analisado por Nakhodo e Jank (2006) estão desatualizados.

³⁵ Interpretações com ênfases nos aspectos domésticos.

³⁶ Entretanto, há de se ressaltar que o aumento do preço do petróleo acarreta no aumento de preço de todas as demais commodities, por possuírem a utilização desse insumo ao longo de suas cadeias de produção e distribuição.

Ainda que o país careça de estudos mais detalhados para mostrar os spill-overs da produção de commodities sobre a economia nacional, não é difícil constatar que exportar soja, carnes ou suco de laranja é uma atividade tecnologicamente muito mais complexa do que extrair petróleo ou minério de ferro do subsolo. Para exportar commodities agropecuárias e agroindustriais, é necessário mover uma complexa engrenagem de indústrias correlatas e prestadores de serviços de suporte: melhoramento genético, fertilizantes, agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas, rações, medicamentos veterinários, armazéns, caminhões, trens, estradas, transporte fluvial e outros segmentos. Não se pode comparar a natureza tecnológica do complexo agroindustrial de hoje, altamente intensivo em capital e tecnologia, com o modelo intensivo em trabalho que dominava os ciclos do açúcar em Pernambuco, da borracha na Amazônia, do ouro e diamantes em Minas e do café no interior de São Paulo. A agricultura enquanto elo isolado e autônomo da economia (setor primário) praticamente desapareceu da economia brasileira (p. 15).

Para embasar a tese da agricultura como sendo um setor intensivo em capital e tecnologia, Nakahodo e Jank (2006) apresentam estudos realizados pelo Centro de Pesquisa em Economia Aplicada da ESALQ-USP, constatando que

...o Produto Interno Bruto do agronegócio atingia R\$524 bilhões em 2004, ou 31% do PIB nacional. Desse total, as indústrias de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas (sementes, agroquímicos, rações, etc.) ficam com 7%, o setor agropecuário fica com 30%, a indústria de processamento de alimentos, fibras, couros e bioenergia fica com 31% e os serviços de distribuição com 32%. Ou seja, o componente industrial do agronegócio representa R\$ 200 bilhões por ano (38% do total) e é significativamente maior do que o componente agrícola estrito senso (R\$ 160 bilhões). Vale

destacar, também, que no conjunto o agronegócio responde por 35% dos empregos e 40% das exportações do país, sem contar a sua contribuição crucial no processo de interiorização do desenvolvimento (p. 15).

Nassif (2008) é outro que descarta a hipótese de estar ocorrendo um processo de especialização regressiva nas exportações brasileiras. Entretanto, como tinham feito Nakahodo e Jank (2006), Nassif (2008) também analisa o período 1989 - 2005, quando não havia de fato ocorrido a inversão da proporcionalidade de exportações entre bens primários e bens manufaturados. Preocupado primariamente em analisar os dados e argumentos relativos às evidências de desindustrialização no Brasil, o autor dialoga diretamente contra os pontos apresentados no bloco 1, descartando a hipótese de que estaria ocorrendo um processo de desindustrialização no país:

...não se pode concluir que o Brasil tenha passado por desindustrialização, porque não se assistiu a um processo generalizado de mudança na realocação dos recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e science-based para as indústrias tecnologicamente baseadas em recursos naturais e em trabalho (p. 89).

O Brasil também se diferencia, conforme o mesmo autor, do processo “clássico” de desindustrialização citados pela bibliografia tradicional, que ocorre quando o país atinge determinado nível de renda média³⁷, passando de uma economia industrial para uma economia de serviços³⁸.

³⁷ Conforme Nassif (2008) aponta, “o nível de renda per capita considerado como de turning-point, isto é, a partir do qual as forças da desindustrialização começam a atuar é de cerca de US\$8.300,00 (a preços de paridade internacional de poder de compra)” (p.76). Tal cifra foi empiricamente constatada por Rowthorn e Ramaswamy (1999) e corroborada por Palma (2005).

³⁸ Como descrito no Bloco 1, também denomina-se desindustrialização normal ou positiva quando esse processo ocorre em países com renda média populacional alta, ou seja, países considerados desenvolvidos. No caso, o autor descarta a possibilidade de um processo de desindustrialização precoce/negativa, que ocorre justamente quando o país ainda possui um nível de

Nassif (2008), também descarta a hipótese de “nova doença holandesa” no Brasil, argumentando que o câmbio sobrevalorizado antecedeu o boom de exportação de commodities, o qual não provocou uma inversão na pauta exportadora brasileira. Além disso, também contrastando com os autores apresentados no início desse capítulo, o mesmo autor desconsidera que as práticas liberalizantes adotadas, sobretudo ao longo da década de 1990, possam ter desencadeado processos de desindustrialização e reprimarização. De fato, ele afirma justamente o oposto, que tais práticas serviram para modernizar o pátio industrial brasileiro, que se tornou mais competitivo à medida que passou a ter acesso mais fácil e barato a bens de capital e bens intermediários do exterior.

Em se tratando da pauta de comércio exterior do Brasil, o autor conclui que “a análise das mudanças ocorridas na estrutura interna das exportações de bens manufaturados nos período 1989-2005 permite descartar a hipótese de que o Brasil teria retrocedido a um padrão de especialização ‘ricardiano rico em recursos’” (p. 90). Tal conclusão se respalda nos dados e classificações de produtos utilizados pelo autor:

No que se refere ao padrão de especialização internacional, as alterações nas participações das vendas externas de produtos primários e manufaturados em relação ao total das exportações foram pouco expressivas (avanço na participação do primeiro grupo em 2 pontos percentuais e queda do segundo em três pontos percentuais). As vendas externas de manufaturados representavam 85% do total das exportações brasileiras em 2005 (contra 88% em 1989). Note ainda que, não obstante os impactos imediatos da liberalização comercial e da sobrevalorização do Real durante o período 1994-1998, a participação de produtos primários e de manufaturados na pauta exportada brasileira manteve-se praticamente inalterada entre 1989 e 1999 (em torno de 11% e 88%, respectivamente) (p. 90).

A despeito dos dados empíricos utilizados pelo autor terem como limite o ano de 2005, e, portanto, defasados, a argumentação não deixa de ser pertinente, principalmente quando o autor conclui que “não se verificou uma realocação generalizada de fatores produtivos para os segmentos que constituem o grupo de indústrias com tecnologias baseadas em recursos naturais” (p. 93), mesmo abrangendo o período de início do *boom* das commodities, a partir de 2000³⁹.

Revisada a bibliografia, temos com o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas um indicador adequado para essa subseção, pois apoia o argumento de que a especialização das exportações em bens primários é algo necessário e/ou positivo para o Brasil. Desenvolvido por Balassa (1965) e tendo como fundamentação a lei das vantagens comparativas idealizadas por David Ricardo (1817), o índice é definido pela seguinte equação:

$$IVCR_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{\bar{X}_j}}{\frac{X_{iw}}{\bar{X}_w}}$$

Conforme De Freitas Oliveira e Schlindwein (2015), cada item da equação é a representação dos seguintes elementos:

“IVCR_{ij} = Índice de Vantagem Comparativa Revelada do produto *i* produzido pela região *j*;
X_{ij} = exportação de um produto *i* pela região *j*;
X_j = exportação total da região *j*;
X_{iw} = exportação do produto *i* pela região *w*;
X_w = exportação total da região *w*;
j ou *w* = regiões exportadoras;
i = produto exportado.” (p. 114)

Com isso,

“a intuição da fórmula indica que, se o índice for menor que 1, a região não possui vantagem comparativa revelada na exportação do bem *i*; se o

³⁹ Há de se destacar que Nassif (2008) não descarta os riscos de um câmbio sobrevalorizado no longo prazo como a “desestruturação do setor exportador de manufaturados e a vulnerabilidade a ataques especulativos e a crises do balanço de pagamentos” (p. 91), e também expressa preocupação com a “perda muito expressiva do peso relativo dos produtos industrializados intensivos em trabalho no total do valor adicionado e das exportações brasileiras” (p. 91), principalmente por ser um setor industrial que absorve grande quantidade de mão de obra de baixa qualificação, situação amplamente presente no Brasil.

índice for superior a 1 a região possui vantagem comparativa revelada na exportação desse produto; e, se for igual a 1, a região não apresenta vantagem e nem desvantagem comparativa” (MAIA, 2001, apud DE FREITAS OLIVEIRA E SCHLINDWEIN, 2015, p. 114).

Aplicando-se a equação à base de dados da UN COMTRADE e utilizando-se a ferramenta de análises econométricas e estatísticas *World Integrated Trade Solution - WITS*⁴⁰, temos como resultado os dados apresentados na tabela 2, que foi dividida em três momentos: 1990, 2000 e 2015, cada um referindo-se a um processo particular: 1990, o ano inicial do governo Collor; 2000, uma década após as reformas liberais; 2015, o ano mais recente de consolidação dos dados.

Importante destacar que, de acordo com o glossário da WITS, a Vantagem Comparativa Revelada (*Revealed Comparative Advantage*) é assim definida, estando em comum acordo com a equação supracitada:

The ratio of a country's exports of a good to the world's exports of that good divided by that country's share of exports of manufactures in the world exports of manufactures. The index for country i good j is $RCA_{ij} = 100(X_{ij} / X_{wj}) / (X_{it} / X_{wt})$ where X_{ab} is exports by country a (w=world) of good b (t=total for all goods). A value of the index above (below) one, is interpreted as a revealed comparative advantage (comparative disadvantage) for the good (WITS GLOSSARY).

Como se verá, os produtos foram classificados de duas maneiras: em primeiro lugar, pela classificação da *United Nations Conference on*

⁴⁰ Trata-se de um software online desenvolvido pelo Banco Mundial em parceria com agências da Organização das Nações Unidas (ONU). “The World Bank — in collaboration with the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) and in consultation with organizations such as International Trade Center, United Nations Statistical Division (UNSD) and the World Trade Organization (WTO) — developed the World Integrated Trade Solution (WITS). This software allows users to access and retrieve information on trade and tariffs”. Mais informações: http://wits.worldbank.org/about_wits.html. Acessado em 07 de Setembro de 2017.

Trade and Development (UNCTAD), os produtos foram divididos em matérias primas, bens intermediários, bens de consumo e bens de capital. Em seguida, pela classificação da OMC, os produtos foram divididos em agrícolas, industriais e petróleo. Em ambas as classificações, os resultados indicam que em todo o período analisado o Brasil desfrutou de vantagens comparativas reveladas nas commodities.

Tabela 2: Índice de Vantagem Comparativa Revelada do Brasil com o mundo, em nível de agregação setorial – 1990, 2000 e 2015.

Brasil – Mundo	1990	2000	2015	CAGR
Classificação UNCTAD	IVCR	IVCR	IVCR	CAGR
Matéria Prima	1.85	1.88	3.83	12.58
Bens Intermediários	1.75	1.65	1.32	9.19
Bens de Consumo	0.54	0.76	0.39	10.18
Bens de Capital	0.35	0.59	0.37	12.13
Classificação OMC	IVCR	IVCR	IVCR	CAGR
<i>Agricultural</i>	2.89	3.78	4.49	12.05
<i>Industrial</i>	0.81	0.81	0.71	10.55
<i>Petroleum</i>	0.00	0.22	1.03	58.04

Fonte: UN COMTRADE e OMC; Elaboração do autor a partir do WITS.

Lenda: IVCR: Índice de Vantagem Comparativa Revelada

CAGR: *Compound Annual Growth Rate*⁴¹

A tabela 2 ilustra como na conjuntura (curta) de 1990 a 2015, o Brasil apresentou claramente vantagens comparativas reveladas superiores para o setor de commodities primárias, tanto na classificação da UNCTAD, como na da OMC. Conforme explicado anteriormente, quando o índice apresenta resultado superior a 1, significa que o país possui uma vantagem comparativa revelada na produção e comercialização do produto analisado, decorrendo, pela lógica de mercado, que sejam alocados mais recursos para a produção deste produto. Realizando-se o cálculo em nível de agregação setorial com a base de dados do COMTRADE, temos que o Brasil não só apresenta vantagem comparativa revelada desde 1990 para matérias primas (índice 1,85 em 1990), como experimentou ganhos de competitividade e

⁴¹ Em português: Taxa Composta Anual de Crescimento. Ilustra o crescimento experimentado em cada setor, entre o período de 1990 a 2015.

apresenta, em 2015, um índice muito maior (3,83). O mesmo ocorre com o índice calculado com os dados da OMC. Neste caso, o índice dos produtos agrícolas passou de 2,89 em 1990, para 3,78 em 2000 e 4,49 em 2015.

O extremo oposto ocorre para todas as demais categorias em ambas as classificações, com o país apresentando desvantagens comparativas reveladas ao longo de todo o período para os produtos industriais e manufaturados, com a exceção de bens intermediários, que, entretanto, vêm apresentando queda em seu índice de vantagem comparativa revelada, e do setor petrolífero, que no ano de 2015 praticamente não apresentou nem vantagem e nem desvantagem (com o índice em torno de 1).

Mesmo levando-se em conta a Taxa Composta Anual de Crescimento, que foi positiva em todas as segmentações, o Brasil não apresentou crescimento suficientemente grande para os setores industriais que o deixasse em uma posição de ter vantagens comparativas. Logo, há de se concluir que, tendo um histórico de vantagens positivas reveladas pelo índice de Balassa (1965) na produção e comercialização de *commodities*, é compreensível e até mesmo esperado que o Brasil dê uma guinada para os produtos primários em sua pauta de exportação.

Se o nível da análise for setorial, ou seja, tendo como base “árvores de produtos” ou até mesmo produtos específicos, os resultados também confirmam a tendência generalizada de vantagens na produção de *commodities* de baixo valor agregado em detrimento de bens manufaturados e de *commodities* com maior valor agregado. Novamente com o uso do software WITS e da base de dados do UN COMTRADE, e tendo como referência o Sistema Harmonizado 1988/92 de dois, quatro e seis dígitos de classificação de produtos⁴², separamos na tabela 10 a seguir os casos da soja e do minério de ferro, que são as duas principais *commodities* da cesta de exportações brasileiras e as comparamos com os setores de calçados e aviões, que estão entre os mais importantes da indústria manufatureira brasileira. O período também é de 1990 a 2015, e ilustra como o índice se comportou de maneira a apresentar vantagens comparativas reveladas, mais uma vez, para os produtos primários.

⁴² Optamos por mesclar as classificações do Sistema Harmonizado apenas para ilustrar em alguns setores em um nível de desagregação maior, analisando produtos específicos, como o Índice de Vantagem Comparativa Revelada é ainda maior.

Tabela 10: Comparação do Índice de Vantagem Comparativa Revelada do Brasil com o mundo entre classes de produtos selecionadas – 1990, 2000 e 2015.

Brasil – Mundo	1990	2000	2015	CAGR
Código da Classe/do Produto	IVCR	IVCR	IVCR	CAGR
12	9.53	12.98	20.71	13.39
120100	32.13	27.20	34.69	13.37
120810	0.05	0.00	0.01	10.65
26	9.46	14.78	9.50	7.63
260111	17.00	36.95	16.32	7.63
260112	24.14	39.87	26.36	6.56
64	4.13	3.98	0.71	-0.24
72	3.75	3.16	2.35	4.00
7201	30.02	31.87	17.84	2.49
88	1.71	4.05	1.80	8.74

Fonte: UN COMTRADE e OMC; Elaboração do autor a partir do WITS.

Legenda: IVCR: Índice de Vantagem Comparativa Revelada;

CAGR: *Compound Annual Growth Rate*.

12 -- Oil seed, oleagi fruits; miscell grain, seed;

120100 -- Soya beans;

120810 -- Soya bean flour and meal;

26 -- Ores, slag and ash;

260111 -- Non-agglomerated iron ores and concentrates;

260112 -- Agglomerated iron ores and concentrates;

64 -- Footwear, gaiters and the like; parts of such;

72 -- Iron and steel;

7201 -- Pig iron and spiegeleisen in pigs, blocks or others;

88 -- Aircraft, spacecraft, and parts thereof.

A tabela 3 mostra como o Brasil tem elevadíssimos IVCRs para produtos como a soja e o minério de ferro (seja no formato aglomerado ou não) e classes de produtos como as representadas pelo número 12, 26, e 72⁴³, ao passo que o setor calçadista, que na década de 1990 apresentava IVCR positivo, passou por declínio ao longo do período analisado, apresentando no ano de 2015, desvantagem comparativa

⁴³ Esse último com cifras muito menores em comparação com as demais classes de commodities, por possuir maior complexidade econômica e maior valor agregado em sua cadeia de produção.

revelada, com IVCR de 0,71. O setor de “aeronaves, veículos espaciais e suas peças” também apresentou regressão do IVCR, entretanto não chegou a inverter e apresentar um número abaixo de 1.

Importante frisar, conforme identificaram Figueiredo e Santos (2005)⁴⁴, que ao nos aprofundarmos na análise setorial e destrincharmos em todos os subprodutos possíveis dentro de uma grande classe (por exemplo, todos os produtos existentes dentro da classificação de número 12 - *Oil seed, oleagi fruits; miscell grain, seed;*), nos depararemos com a situação de que o Brasil possui vantagens comparativas reveladas principalmente nos produtos que não envolvem processos de agregação de valor e processamento industrial.

Ao realizarem o mapeamento da evolução do IVCR do Brasil para o complexo da soja (analisando os segmentos da soja em grão, farelo e óleo) para o período 1990 - 2002, Figueiredo e Santos (2005) identificaram que “o Brasil não possui vantagem nas exportações de óleo de soja e que o País adquiriu vantagem nas exportações de soja em grão a partir de 1998” (p. 15), ou seja, atendendo à demanda internacional por essa commodity em sua forma mais simples e bruta. “Detectou-se, ainda, vantagem comparativa nas exportações brasileiras de farelo de soja, embora haja uma tendência de redução dessa vantagem” (p. 15), tendência essa que se reforçou ao longo da década de 2000.

Comparando os IVCRs de Brasil, Argentina e EUA para esses mesmos seguimentos, os autores constataram que

Os coeficientes de correlação estimados entre os índices de vantagem comparativa revelada da Argentina, do Brasil, dos EUA e do resto do mundo mostram que a política comercial adotada ao longo da década de 90, pela UE e Japão, foi prejudicial aos países exportadores de soja. A estratégia comercial foi estimular a importação de

⁴⁴ Dorneles, Dalazoana e Schlindwein (2013), estudaram o caso do complexo da soja no Mato Grosso do Sul e chegaram à conclusão de que, para esse estado brasileiro, durante o período de 1997 a 2011, “os segmentos grão e farelo de soja” apresentaram “vantagens comparativas reveladas: o índice para o primeiro segmento alterna momentos crescentes e decrescentes, o segundo apresenta uma tendência decrescente, ou seja, a vantagem comparativa revelada para a exportação desse produto vem diminuindo ao longo do período analisado. A produção de óleo de soja do estado não apresentou vantagens competitivas.” (p. 5).

produtos in natura e desestimular a importação de produtos processados por meio de tarifas discriminatórias. Assim, esses países se apropriavam de parte das vantagens naturais dos países exportadores e, ainda, criavam as condições necessárias para concorrer no mercado internacional de produtos processados, em período subsequente (p. 15).

Em suma, a análise aqui realizada com o índice de Balassa, confirma a visão geral apresentada nessa subseção, de ser vantajoso para o Brasil especializar-se no comércio internacional de commodities, dada suas vantagens naturais, o fato de ser um país continental, com abundância de recursos hídricos, alto índice de insolação e dono de uma das maiores áreas agricultáveis do mundo, e também dada as vantagens “criadas” nesses setores produtivos, como a sofisticação tecnológica desenvolvido por instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁴⁵, reforçando a ideia de ser um setor também industrial e tecnológico/intensivo em capital, ciência, tecnologia e inovação.

Também reforça a argumentação apresentada na subseção anterior, referente à reprimarização como um pacto de poder entre Estado e agronegócio, pois devido aos Índices de VCRs, as pressões de mercado concorrem no sentido de premiarem tal setor produtivo, o que se traduz em ganhos econômicos e, conseqüentemente, políticos, ganhos que se retroalimentam.

2.2 Conclusões do capítulo

Neste capítulo foi apresentada uma revisão das diferentes interpretações sobre a reprimarização das exportações brasileiras para o período recente de 1990 a 2015. As interpretações foram divididas em 3 grupos: a) análises que enfatizam aspectos nacionais relativos à reprimarização, com ênfase nas questões sobre a desindustrialização brasileira, o comportamento da taxa de câmbio e doença holandesa no Brasil; b) análises que enfatizam aspectos externos que acarretam na reprimarização, com destaque para o papel da China e do Leste Asiático

⁴⁵ Há se destacar, como exemplo, pesquisas da EMBRAPA que tornaram possível o cultivo de soja no cerrado brasileiro (atualmente uma das principais regiões produtoras do mundo), a partir da correção do pH do solo e de suas ineficiências em substâncias necessárias.

na atual conjuntura internacional do século XXI, e os constrangimentos provindos da ascensão chinesa; c) análises alternativas, sendo subdividida em 2 subgrupos: os que explicam a especialização primária do Brasil a partir da relação entre Estado e Agronegócio e aqueles que tomam a reprimarização como uma tese equivocada, dada o grau de sofisticação produtiva hoje envolvida na produção de commodities e o elevado índice de vantagem comparativa revelada.

Ao longo de todo o capítulo, foram destacadas as especificidades das interpretações, que se traduzem em diferentes pontos de vista, referenciais teóricos e interesses acadêmicos. Sempre que possível, a análise de dados foi utilizada para validar e corroborar as linhas argumentativas.

Destacada as diferenças, é importante sublinhar um ponto comum a bibliografia consultada: o lapso temporal adotado. Todas as análises adotam a *curta duração*, ou seja, um espaço temporal de duas a, no máximo, três décadas. Independentemente do enfoque dado, o período temporal estudado coberto se estendeu do pós-Guerra Fria até o final da década de 2000 ou meados da década de 2010. Com algumas exceções, a década de 1980 também entrava na análise. Com efeito, não apenas o *tempo* utilizado é sempre o mesmo, mas o *espaço* também. São raras as análises que levam em conta a América Latina como espaço de análise, priorizando-se quase sempre o estudo exclusivo do Brasil, enquanto unidade de análise única possível, retirando o país de sua realidade histórico-geográfica.

Dito isso, o próximo capítulo é dedicado à tabulação e análise dos dados oficiais de comércio exterior brasileiro, buscando comprovar empiricamente o processo de reprimarização das exportações brasileiras, abrangendo o período de 1950 a 2015.

3. CAPÍTULO 2: EVOLUÇÃO DA PAUTA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA E A REPRIMARIZAÇÃO: ANÁLISE DOS DADOS.

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução da pauta de exportação brasileira em um período de 50 a 65 anos, que corresponde ao tempo conjuntural de Braudel. A ênfase recairá da metade do século XX em diante, com especial atenção para o período 1990 – 2015.

Para dar conta deste objetivo, foi realizado um levantamento de dados de comércio internacional e do comércio exterior brasileiro entre 1950 e 2015. Nessa seção, será destacado o intervalo entre 1990 e 2015, período tradicionalmente presente nas análises sobre comércio exterior de acadêmicos, membros da imprensa e órgãos públicos; e será feita a análise do comportamento geral das exportações e importações brasileiras (priorizando-se as primeiras), categorizando os bens exportados de acordo com o grau de tecnologia agregada: bens primários, de baixa tecnologia, de média tecnologia e de alta tecnologia⁴⁶.

3.1 Dados de comércio exterior na conjuntura 1950 – 2015.

O final do século XX e o início do século XXI foram marcados por intensas mudanças na economia política internacional. Dentre as várias transformações experimentadas em diferentes graus e escala por todas as nações, chamam a atenção, para os fins dessa dissertação, os efeitos da chamada “globalização”.

Para todos os efeitos, o que é a globalização, e quais seriam esses supostos efeitos? Aliando a perspectiva de Chesnais (1996), Cassiolato et al (2005), Peter Drucker (1986) e Magalhães (2011), entende-se que, o que genericamente denominam como globalização, se refere à:

a) crescimento generalizado do fluxo de comércio internacional (seja intra-industrial ou interindustrial⁴⁷);

b) mundialização do capital financeiro e aumento dos fluxos de dinheiro na economia internacional;

⁴⁶ Tais categorias serão explicadas a diante, quando forem tratadas no texto.

⁴⁷ Intra-industrial: importação e exportação dentro de uma mesma indústria; interindustrial: importação e exportação entre indústrias distintas.

c) a nova DIT, pautada por novos desenhos de especialização produtiva dos países e pela intensificação da utilização do modelo *toyotista* de produção;

d) a financeirização dos centros hegemônicos do sistema capitalista, seguida da valorização do capital financeiro⁴⁸;

e) a consolidação da “nova economia”, baseada na Tecnologia da Informação e Comunicação, na Biotecnologia e Ciência, Tecnologia e Inovação, e;

f) a ascensão de novos polos de poder político e econômico, em sua maioria, classificados como “emergentes” pela bibliografia especializada da área de Relações Internacionais.

Essa breve caracterização, ainda que incompleta, serve como ponto de partida para nossa análise das relações comerciais do Brasil com o mundo na conjuntura atual.

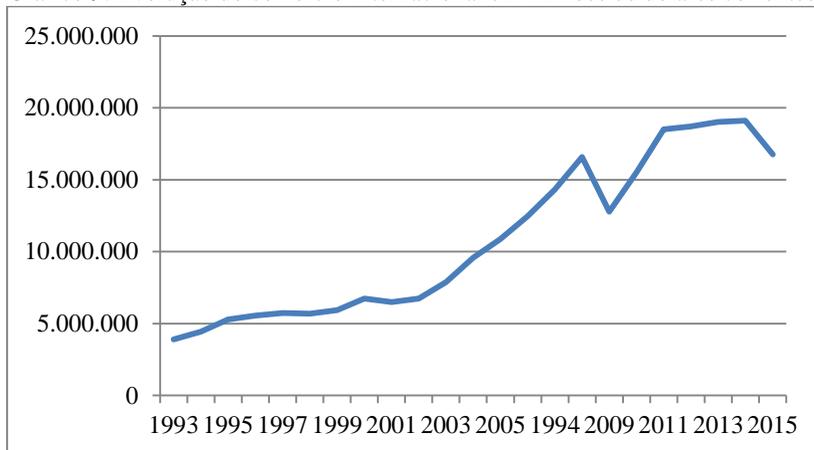
Sinteticamente, os efeitos da globalização são variados sobre os diversos agentes político-econômicos que compõem a economia-mundo capitalista, tendo uma relação direta com a posição que esses agentes ocupam na hierarquia de poder e riqueza.

Com o intuito de demonstrar empiricamente a afirmação contida no item “a”, o gráfico 1 a seguir ilustra, para o período recente de 1993 à 2015, a evolução do comércio internacional em valores de dólares. Para chegar a esses números, foram somados os valores de todas as importações mundiais⁴⁹. Como podemos ver, os fluxos de comércio internacional saltaram de quase 4 trilhões de dólares de trocas comerciais em 1993 para mais de 19 trilhões de dólares em 2014, um aumento substancial de mais de 400%. Vale ressaltar que os valores são em dólares correntes, portanto, elevados pela inflação do período.

⁴⁸ Tese não consensual entre todos os autores supracitados, mas defendida por Chesnais (1996).

⁴⁹ Todo produto exportado por algum país é importado por outro, logo, é de se esperar que somar exportações com as importações nada mais seria do duplicar as exportações ou as importações mundiais. Entretanto, na base de dados do MDIC, os dados para importações são sempre maiores que os de exportações, e isso se deve ao fato do controle de importações ser mais rígido do que com as saídas. Por isso, optou-se pela soma das entradas, por apresentar maior fidelidade com a realidade.

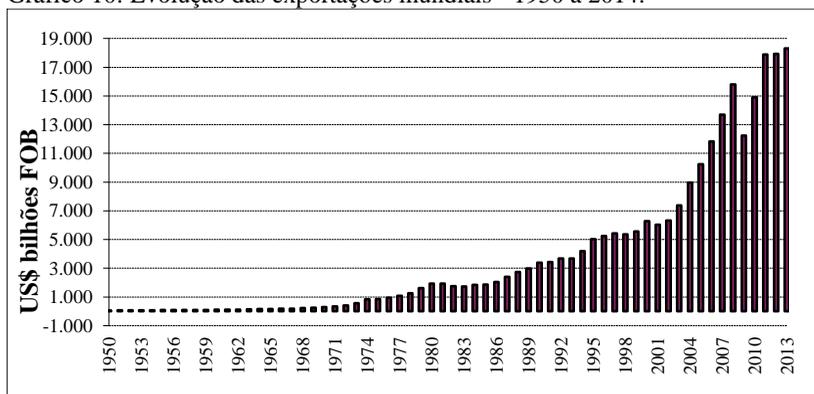
Gráfico 9: Evolução do comércio internacional em milhões de dólares correntes.



Fonte: MDIC. Elaboração do autor.

Tomando-se um intervalo temporal maior, de 1950 a 2013, torna-se ainda mais notável como, a partir dos anos 1980, a economia internacional entrou em uma espiral ascendente de exportações mundiais. O gráfico 10, concentrando apenas as exportações⁵⁰, mostra com clareza essa intensificação.

Gráfico 10: Evolução das exportações mundiais - 1950 a 2014.

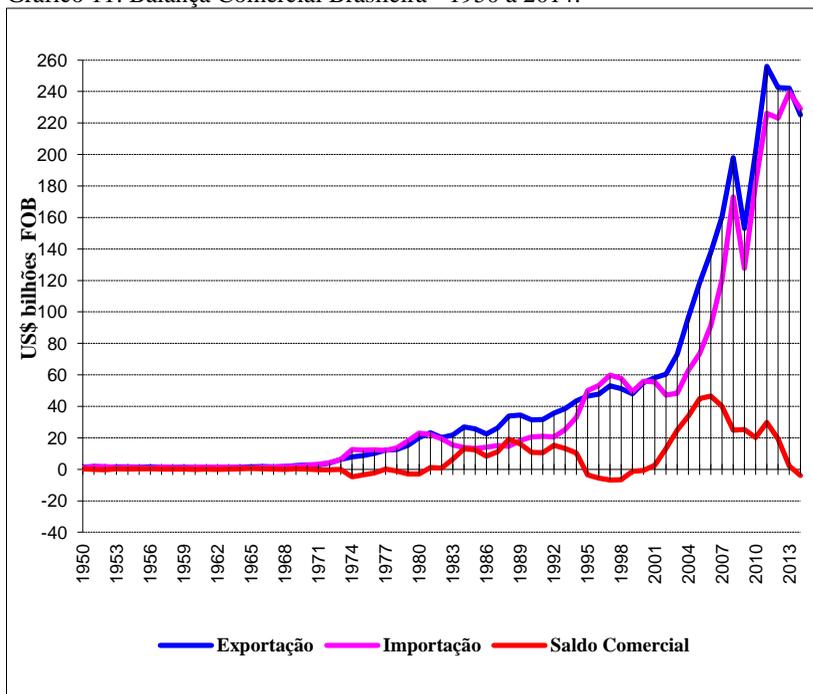


Fonte e elaboração: MDIC.

⁵⁰ Por ser o foco de a dissertação tratar sobre as exportações e nos dados consultados ter sido possível encontrar apenas as exportações em tal espaço temporal.

Esse evidente aumento nas trocas comerciais entre as nações não foi diferente para o Brasil. Também tendo como fonte de análise os dados oficiais fornecidos pelo MDIC, o gráfico 11 a seguir ilustra a evolução do comércio exterior brasileiro para o mesmo período selecionado, com especial destaque para o período pós anos 2000. Nesse gráfico, temos a evolução das exportações (X), das importações (M) e o saldo comercial (X – M).

Gráfico 11: Balança Comercial Brasileira - 1950 a 2014.



Fonte e elaboração: MDIC.

Cruzando-se os dados tabulados nos dois gráficos iniciais com este último, podemos observar que a economia brasileira seguiu a tendência mundial de aumento de trocas comerciais, exatamente a partir da década de 1970, e com intensificação nos anos 2000, coincidindo com o a descrição inicial de globalização e ascensão dos países “emergentes”.

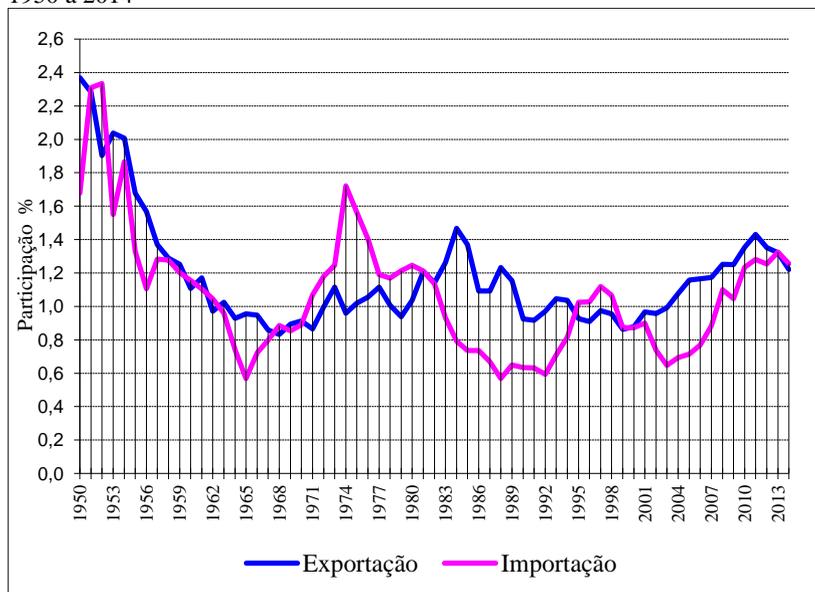
Mas, como havíamos relatado anteriormente, os impactos desse aumento de relações comerciais é extremamente variado, e pode ter

diferentes significados conforme o grau de abertura do país. O Grau de Abertura (GA) é calculado somando-se as exportações (X) e importações (M) anuais e dividindo o valor dessa soma pelo Produto Interno Bruto (PIB) do país, conforme a equação a seguir (Carvalho & Silva, 2002):

$$GA = \frac{X + M}{PIB}$$

Mas, como destacado nos gráficos 12 e 13 em seguida, apesar das exportações e importações brasileiras terem crescido substancialmente entre a década de 1950 e os anos de 2010, diminuiu-se a participação percentual do Brasil nas exportações e importações mundiais no mesmo período, enquanto a participação percentual das exportações no PIB permaneceu praticamente a mesma ao longo dessas mais de seis décadas.

Gráfico 12: Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais - 1950 a 2014



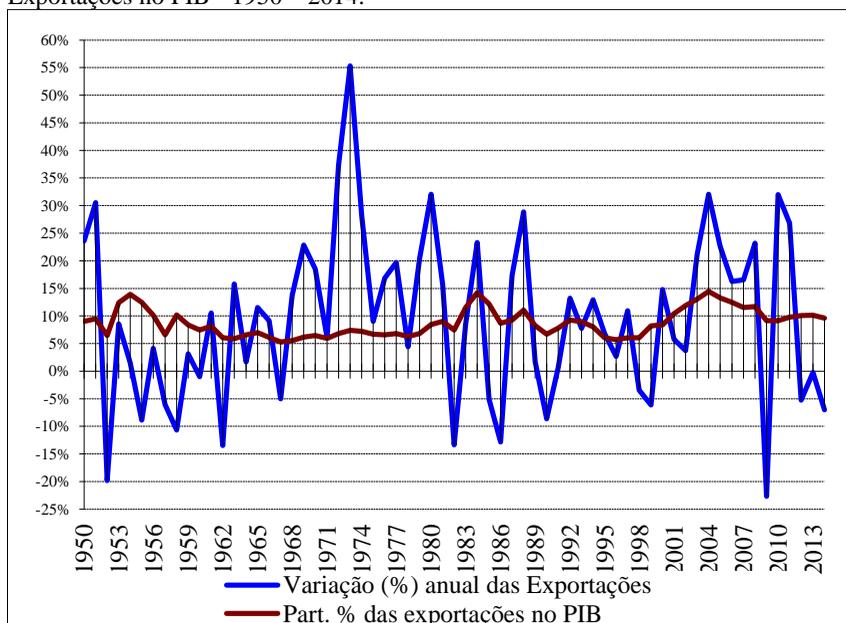
Fonte e elaboração: MDIC.

Em 1950, o Brasil exportava o valor total de 1,4 bilhão de dólares e importava 0,9 bilhão de dólares. Percentualmente, isso significava

como vemos no gráfico 12, aproximadamente 2,4% das exportações mundiais e 1,7% das importações mundiais, para o mesmo ano. Paradoxalmente, ampliou-se para 225 bilhões de dólares em bens exportados e 229 bilhões de dólares em bens importados no ano de 2014 e foi diminuída a participação percentual brasileira em relação aos dados mundiais para, em ambos os casos, pouco mais de 1,2%. Ou seja, a integração brasileira ao comércio mundial diminuiu, o que significa perda de espaço para outros competidores.

Importante notar como o comércio exterior brasileiro se comportava de acordo com o sistema internacional, apresentando queda no período 1950 – 67 (pós-segunda guerra mundial, com a reconstrução da Europa e Japão, que importavam menos do Brasil), crescimento oscilante entre 1968 – 84 (consolidação da substituição das importações, aumento das exportações de manufaturados pela periferia global e choques do petróleo), queda entre 1985 – 2000 (crise da liquidez internacional e a década perdida), crescimento entre 2001 – 10 (*boom* das commodities) e recente queda entre 2011 – 13 (crise mundial) (SILVA, 2003).

Gráfico 13: Variação (%) Anual das Exportações e Participação (%) das Exportações no PIB - 1950 – 2014.

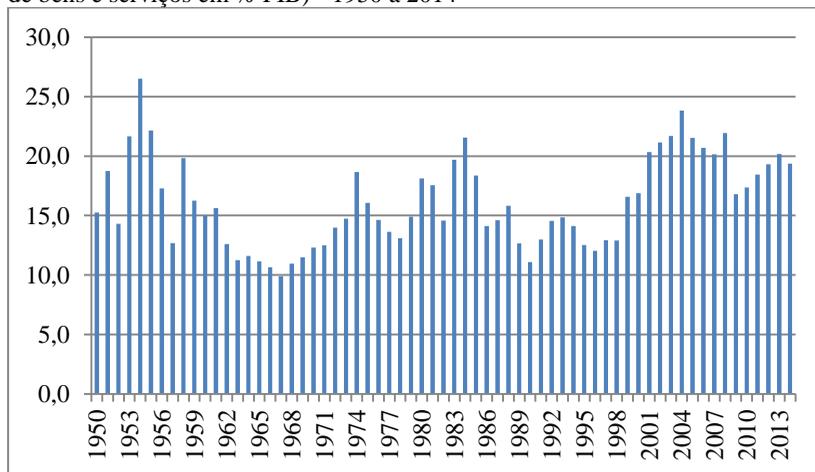


Fonte e elaboração: MDIC.

No gráfico acima, também para a faixa temporal selecionada de 1950 a 2014, é possível observar, como já mencionado, que a participação porcentual das exportações na composição do PIB brasileiro manteve-se sempre dentro da faixa que varia entre 5 e 15%, de modo que, se traçássemos uma linha de tendência linear ou exponencial, a mesma se apresentaria como uma reta, indicando uma estagnação. Isso significa que, apesar de ter apresentado cifras cada vez maiores, as exportações brasileiras de 2014 tem o mesmo peso no PIB brasileiro que tiveram em 1950, na faixa dos 10%. E mesmo em períodos de grandes picos na variação porcentual anual das exportações, como na década de 1970, o aumento do PIB foi muito superior, como no período do milagre econômico brasileiro, o que fez com que a participação das exportações no PIB permanecesse abaixo da casa dos 10%.

Ainda sobre a relação entre o PIB brasileiro e o comércio exterior, o grau de abertura comercial é um relevante indicador do impacto real do crescimento generalizado das transações comerciais em todo o globo.

Gráfico 14: Grau de Abertura Comercial do Brasil (importações e exportações de bens e serviços em % PIB) - 1950 a 2014



Fonte: MDIC. Elaboração do autor.

O grau de abertura comercial do Brasil, ou seja, dado pela divisão da soma das importações e exportações de bens e serviços pelo PIB, também se configura em um padrão histórico de pouca variação, ficando

sempre na faixa de 10 a 20%, com alguns momentos passando da casa dos vinte por cento. Esse é mais um indicador de como o controverso fenômeno da globalização afeta o país, que permanece com uma das menores taxas de grau de abertura e integração econômica do mundo.

Enquanto a média mundial do grau de abertura comercial saltou de 25% em 1960 para 60% em 2014 (BANCO MUNDIAL), o Brasil permanece com um dos menores graus de abertura comercial do mundo, apresentado menos de 20% no último ano analisado. Nos dados disponibilizados pelo Banco Mundial, em 2015 o Brasil era o quarto país mais fechado do mundo, à frente apenas de Sudão, Nigéria e Argentina, e com graus semelhantes a Paquistão e EUA⁵¹.

Importante destacar, conforme constatado por Focchezatto et al (2010), que, através de técnicas econométricas, é possível se afirmar que há uma relação de causalidade direta entre abertura comercial e desenvolvimento econômico para o caso brasileiro. Analisando uma série de dados de 18 países latino-americanos, Focchezatto et al (2010, p.621) afirmam:

Os resultados dos testes com dados em painel evidenciaram uma relação de causalidade unidirecional que vai da abertura comercial para o crescimento econômico em sete países (Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai e Uruguai).

Tendo como definição de crescimento econômico o crescimento do PIB, prosseguem:

Especificamente para o caso brasileiro, os testes com séries temporais forneceram evidência robusta de que as exportações têm uma relação causal positiva com o PIB. Os resultados são consistentes com a hipótese de export-led growth (ELG), a qual está fundamentada essencialmente na teoria da base exportadora e nos modelos de crescimento endógeno (FOCCHIZATTO ET AL, 2010, p. 621).

⁵¹ Cabe frisar que o grau de abertura comercial do Brasil é diretamente impactado pelo fato de ser um país continental com o setor de serviços ocupando a maior parcela percentual do PIB e com uma economia nacional robusta e diversificada, mitigando o impacto que o comércio exterior possui nesse país, à semelhança com o que acontece com os EUA e até mesmo com China.

Com isso, chega-se à conclusão de que “o comércio externo tende a contribuir para o crescimento econômico” (p. 622, idem).

3.2 A reprimarização das exportações brasileiras empiricamente analisada.

Não há de se falar em reprimarização sem que os dados oficiais sobre o comércio exterior brasileiro indiquem a existência desse fenômeno.

As tabelas 4 a 6 a seguir servem para efeitos de validação empírica da afirmação de que um processo de reprimarização da pauta de exportação brasileira vem ocorrendo desde o início da década de 1990. Com dados sobre o comportamento das exportações brasileiras em três momentos – 1990, 2000 e 2012 - de nosso recorte temporal –, apresentam-se evidências claras de como a dinâmica de comércio internacional da breve conjuntura atual levou a uma acentuação da presença de bens primários vendidos ao exterior.

Nas tabelas são apresentados os dados das relações comerciais do Brasil com o mundo, realizando um comparativo entre EUA, América Latina, China, União Europeia⁵² e o total mundial. Os bens exportados e importados foram divididos de acordo com seu perfil seguindo a seguinte classificação: bens primários e bens industrializados, sendo esses divididos entre baseados em recursos naturais, com baixa tecnologia, com tecnologia média, ou com alta tecnologia⁵³. Para essa classificação foram usados os critérios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e como fonte de dados a base da *United Nations International Trade Statistics Database – UN COMTRADE*.

Assim, o perfil do produto será avaliado segundo seu perfil tecnológico, conforme descrito por Mattos e Carcanholo (2012):

⁵² Composta por: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia.

⁵³ Esses três últimos também podem ser classificados, respectivamente, como: intensivos de mão-de-obra, produzidos em grande escala e intensivos de ciência e tecnologia de ponta. (Mattos & Carcanholo, 2012).

El perfil del producto será evaluado según su contenido tecnológico.[...] se tomará la clasificación de la cepal: a) productos primarios, incluyen principalmente alimentos, madera, carbón, petróleo crudo, minerales, etcétera; b) manufacturas basadas en recursos naturales, que incluyen principalmente bebidas, productos en madera, metales básicos (excepto acero), derivados del petróleo, cemento, piedras preciosas, vidrios etcétera; c) manufacturas basadas en baja tecnología que incluyen fundamentalmente productos de la industria textil, manufacturas de cuero y similares, cerámica, muebles, joyería, productos plásticos, etcétera; d) manufacturas basadas en media tecnología que incluyen, entre otros, vehículos de pasajeros y sus partes, fibras sintéticas, vehículos comerciales en general, motocicletas, productos químicos en general, fertilizantes, plásticos, hierro y acero, maquinaria, motores, máquinas industriales simples, barcos, relojes, etcétera y, finalmente: e) manufacturas basadas en alta tecnología, destacando máquinas para procesar datos y computadoras en general, equipos de telecomunicaciones, equipos de televisión, artículos farmacéuticos, turbinas, transistores, aviones, instrumentos ópticos y de precisión, máquinas fotográficas, etcétera (p. 119).

A seguir é apresentada a tabela 4 para o ano de 1990.

Tabela 4: Perfil e destino das exportações brasileiras (em %) – 1990:

Brasil 1990	A.L.	EUA	CHINA	U. E.	OUT ROS	TOTAL
EXPORTAÇÕES: US\$31.411.257.340 (FOB – Free On Board)						
Produtos Primários	1.2	3.2	0.2	15.0	8.5	28.1%
Bens Industrializados	10.3	21.5	1.0	18.5	19.3	70.6%
- Baseados em Recursos Naturais	2.3	7.4	0.4	8.5	7.3	25.9%
- De baixa tecnologia	1.6	5.1	0.2	3.6	4.2	14.7%
- De tecnologia média	5.5	7.1	0.4	5.4	7.3	25.7%
- De alta tecnologia	0.9	1.9	0.0	1.0	0.5	4.3%
Outras transações	0.0	0.0	0.0	0.1	1.2	1.3%

Total	11.5	24.7	1.2	33.6	29	100%
-------	------	------	-----	------	----	------

Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

Como apresentado na tabela 4, no imediato pós Guerra Fria, a pauta de produtos exportados pelo Brasil era em sua grande parte composta por bens industrializados. Ainda que a presença dos “baseados em recursos naturais” fosse a maior, ocupando 25,9%, a presença de industrializados de média tecnologia se fazia forte, com aproximadamente 25,7%, seguido de baixa tecnologia (14,7%) e alta tecnologia (4,3%). Os produtos primários, que incluem os produtos do complexo do café, da soja, do açúcar, e assim por diante, ocupava um espaço porcentual de 28,1%. Tratava-se de uma cifra histórica para bens industrializados e igualmente histórica, por sua vez, para os bens primários. Esses números foram o resultado do esforço industrializante realizado desde a década de 1950, em particular pelos governos chamados “desenvolvimentistas” e das políticas de fomento do processo de substituição de importações seguido da substituição das exportações ao longo dos anos 1960 e 70 (SILVA, 2003). Na segmentação realizada entre países / regiões⁵⁴, os EUA são de longe o principal destino das exportações brasileiras, sendo receptor de quase um quarto destas. Importante salientar que os itens mais importados pelos EUA são bens industrializados, com forte presença de média tecnologia, como bens das indústrias siderúrgica e automobilística.

Ainda se tratando no ano de 1990, a União Europeia, considerando o bloco como um todo e não os países individualmente, é o maior comprador dos produtos brasileiros, sendo inclusive o principal importador do mundo de bens primários e commodities brasileiras, principalmente do complexo mineral e carnes “in natura” (MDIC). Ainda assim, a presença de industrializados não é insignificante, principalmente aqueles com menores graus de tecnologia.

A América Latina, em 1990, se configurava como um importante destino para os bens brasileiros industrializados. Se pegarmos a relação de total de exportação, e a proporção entre as categorias de bens primários *versus* industrializados, chega-se a conclusão que os bens primários constituem 10,43% das vendas brasileiras à América Latina, ou seja, a menor proporção para as segmentações selecionadas na tabela. Isso significa dizer que o potencial aparente de exportação de bens com

⁵⁴ Com a posicional presença de China, que ainda fosse irrelevante no ano de 1990, se tornou o principal parceiro comercial na atualidade como veremos adiante.

maior grau de tecnologia a essa região é superior às demais, dada as vantagens comparativas brasileiras reveladas na produção de manufaturados com os demais latino-americanos. Há ainda a segmentação “outros” que envolve os demais países com que o Brasil possui relações comerciais, os quais, individualmente, não apresentam cifras expressivas.

Por último, há de se notar a pouco expressiva relação comercial com a China, com um total de 1,2%, não figurando nem entre os 10 principais parceiros brasileiros.

A tabela a seguir apresenta dados do ano de 2000, que mostram certo grau de aumento das exportações totais, em valores e volume.

Tabela 5: Perfil e destino das exportações brasileiras (em %) – 2000:

Brasil 2000	A.L.	EUA	CHINA	U. E.	OUT ROS	TOTAL
EXPORTAÇÕES: US\$55.118.914.000 (FOB – Free On Board)						
Produtos Primários	1.7	1.9	1.3	12.0	7.0	23.9%
Bens Industrializados	22.6	21.7	0.7	15.7	12.6	73.3%
- Baseados em Recursos Naturais	4.3	5.9	0.3	6.5	6.7	23.7%
- De baixa tecnologia	4.1	3.9	0.1	2.5	1.5	12.1%
- De tecnologia média	11.1	6.5	0.2	4.1	3.2	25.1%
- De alta tecnologia	3.1	5.4	0.1	2.6	1.2	12.4%
Outras transações	0.1	0.7	0.0	0.2	1.8	2.8%
Total	24.4	24.3	2.0	27,9	21.4	100%

Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

De início, já nos chama a atenção o fato de que, o que antes fora um percentual expressivo de exportação de bens industrializados e baixo para produtos primários, como constatado em 1990, se intensificara nos anos 2000. Os valores exportados aumentaram de 30 bilhões em 1990 para pouco mais de 55 bilhões em 2000, e a pauta exportadora se compôs em 23,9% de produtos primários e 73,3% de bens industrializados. Bens de média tecnologia permaneceram na mesma proporção, tendo ocorrido um aumento de aproximadamente 300%, ou seja, três vezes para produtos manufaturados de alta tecnologia.

Os EUA permaneceram como o principal parceiro comercial, com a sua participação mantendo-se na casa dos 24%, mas com um notável incremento também para a categoria “alta tecnologia”. Houve uma perda considerável no relacionamento com a União Europeia

enquanto bloco, ao passo que a América Latina enquanto conjunto de países passou a ser o principal destino de exportações, com, mais uma vez, destaque para os bens industrializados de maior valor agregado, tanto em tecnologia como em valor monetário.

Essa guinada em direção à América do Sul nas preferências comerciais do Brasil com mundo condiz com o ambiente das relações internacionais vivido pelo país ao longo dos anos 1990. Criação e amadurecimento do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, reformulação da política externa brasileira tendo agora a América do Sul como uma plataforma de inserção internacional estratégica e estreitamento dos laços comerciais com os latino-americanos, no geral, explicam o porquê dessa configuração. E, como afirmam Petri e Weber (2006), um dos efeitos da globalização é a formação de blocos regionais que intensificam laços políticos e econômicos entre países próximos, como medida de proteção dos Estados Nacionais diante de uma economia cada vez mais internacionalizada e competitiva.

Claro que, em tal cenário promissor, não podemos deixar de notar que, somando-se os produtos primários com os industrializados baseados em recursos naturais (ou seja, com pouco valor agregado e próximo da categoria de commodity) temos aproximadamente 48% das saídas brasileiras. Com efeito, as commodities, com ou sem processo de agregação de valor, nunca deixaram de ter seu peso na pauta exportadora nacional.

Em relação à China, é observado ainda um fraco relacionamento comercial, com um pequeno aumento, passando de 1,2% para 2%. Ainda não fazendo parte da OMC (que se dará em 2001), o despertar do “gigante dragão chinês” está ainda por vir, passando a remodelar e impactar praticamente todas as relações comerciais do Brasil, como se verá na tabela 6 a seguir, com as exportações para o ano de 2012.

Tabela 6: Perfil e destino das exportações brasileiras (em %) – 2012:

Brasil 2012	A. L.	EU A	CHIN A	U. E.	OUTRO S	TOTA L
EXPORTAÇÕES: US\$242.579.776.000 (FOB – Free On Board)						
Produtos Primários	2.8	3.4	14.0	10.4	17.2	47.8%
Bens Industrializados	16.2	7.5	2.9	10.0	11.9	48.5%
- Baseados em Recursos Naturais	3.2	2.4	1.6	4.6	7.6	19.4%
- De baixa tecnologia	2.1	0.7	0.2	1.2	0.8	5.0%
- De tecnologia média	9.5	3.4	0.6	2.9	2.9	19.3%

- De alta tecnologia	1.4	1.0	0.5	1.3	0.6	4.8%
Outras transações	0.2	0.1	0.0	0.5	2.9	3.7%
Total	19.2	11	16.9	20.9	32	100%

Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

Com um valor total de 242 bilhões de dólares em produtos exportados, ou seja, quatro vezes mais em comparação ao ano de 2000, o Brasil apresenta um perfil muito mais primário-exportador do que o observado nas duas décadas anteriores. Na tabela 6, é possível observar que as saídas de produtos primários estão praticamente niveladas com as de produtos industrializados, em torno de 48% para ambos. E, se agregarmos os percentuais de produtos primários e industrializados baseados em recursos naturais, teremos um total de 67,2% do total de exportações. Em termos práticos, isso significa dizer que, para o ano de 2012, dois terços dos bens exportados pelo país foram de commodities ou manufaturas baseadas em commodities, com baixo valor agregado.

Há expressivas mudanças apresentadas na mesma tabela. De início, destacamos a vertiginosa queda da participação dos EUA no comércio exterior brasileiro. Esse país era o destino de 24,3% de todas as vendas brasileiras ao exterior em 2000, e em 2012 compra apenas 11% do total. É importante destacar que esses valores são de números relativos, ou seja, em relação ao total de exportações brasileiras, porque em números absolutos as vendas do Brasil aos EUA não pararam de crescer, passando de 13,2 bilhões de dólares em 2000 para 28,7 bilhões em 2012 (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY). Mas, se mais que duplicou o valor total, por que a queda expressiva no percentual?

Voltando-se para a tabela 6, nota-se o aumento das exportações para dois agrupamentos de parceiros comerciais: a China, enquanto país individual, e a categoria “outros”, envolvendo os demais países do mundo não listados. Esse aumento é coerente com a curta conjuntura vivenciada na economia-mundo capitalista no início do século XXI, seja nos aspectos sistêmicos (no sistema internacional), seja nos aspectos de âmbito doméstico brasileiro, ainda que, pela perspectiva adotada neste trabalho, sejam indissociáveis. A conjuntura a que nos referimos, pode ser caracterizada sumariamente em dois elementos centrais: a ascensão e protagonismo chinês na economia internacional a partir de 2001 (ARRIGHI, 2008), e a nova postura de política externa brasileira de diversificação de parcerias políticas e comerciais (PECEQUILO, 2008).

Desse modo, um país como a China, que antes era destino de menos de 2% das exportações brasileiras, em menos de uma década, passa a ser o principal parceiro comercial, importando quase 17% dos produtos brasileiros e totalizando um total 49,7 bilhões de dólares, superando em 20 bilhões os EUA, antigo parceiro número um do Brasil. Isso se deu, como exposto no bloco 2 da revisão bibliográfica, principalmente pelo acelerado crescimento econômico chinês, que demandou toda sorte de commodities agrícolas e minerais, cenário que o Brasil, dada sua vantagem comparativa na produção desses bens, viu alterada sua pauta de comércio exterior com o resto do mundo. Com efeito, os números revelam que, para a China, o Brasil cumpriu o papel de grande fornecedor de bens primários. De fato, 82% das exportações brasileiras para o gigante asiático são commodities, principalmente soja em grão e minério de ferro (UN COMTRADE).

Seguindo nossa linha de raciocínio, frisamos também a categoria “outros”, que em 2012 torna-se destino de um terço das exportações brasileiras. Tal fato vai ao encontro da já mencionada estratégia brasileira adotada ao longo da década de 2000 (especialmente entre os anos 2002 – 2010) de diversificar suas parcerias comerciais (PECEQUILO, 2008), com presença relevante também de países asiáticos⁵⁵, africanos, e do oriente médio. O aumento do peso desta categoria é coerente também com o cenário internacional vivenciado na atualidade, de ascensão de novos polos de poder na economia política internacional (AMSDEN, 2009).

Por fim, há a perda de espaço da União Europeia para a China e esses novos protagonistas internacionais, e também há a considerável retração do percentual para a América Latina, significativo mercado de destino das manufaturas brasileiras de maior tecnologia agregada. Para essa última categoria em específico, há novamente uma variável explicativa envolvendo a China: ocorreu a perda de competitividade dos produtos industrializados brasileiros no mercado mundial, nomeadamente para China e países asiáticos do seu entorno, e, conseqüentemente, perda de espaço nos mercados latino-americanos para produtos chineses e asiáticos mais competitivos por uma combinação de fatores como custos de produção, escala da produção e preço final ao consumidor⁵⁶.

⁵⁵ Com realce para os países do Leste Asiático, como os chamados “tigres asiáticos” (Singapura, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul) e o Japão.

⁵⁶ O efeito China nas relações comerciais brasileira foi analisado com mais afinco no bloco 2 das interpretações. Há, ainda, na questão da perda de

Feito o balanço geral das exportações brasileiras dos últimos 25 anos, julgamos pertinente ainda demonstrar o comportamento das importações para o mesmo período. Com a mesma segmentação de países/regiões e igual classificação de produtos adotada anteriormente, a tabela 7, traz a composição das importações nacionais com os respectivos espaços de origem para o ano de 1990.

Tabela 7: Perfil e origens das importações brasileiras (em %) - 1990

Brasil 1990	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
IMPORTAÇÕES: US\$22.458.519.600 (FOB – Free On Board)						
Produtos Primários	7.3	2.5	0.5	1.4	23.5	35.2%
Bens Industrializados	10.3	17.4	0.5	21.1	15.0	64.3%
- Baseados em Recursos Naturais	5.5	3.3	0.2	4.8	3.4	17.0%
- De baixa tecnologia	1.6	1.1	0.1	1.7	1.2	5.7%
- De tecnologia média	2.4	7.6	0.1	10.8	6.0	27.1%
- De alta tecnologia	0.8	5.4	0.1	3.8	4.4	14.4%
Outras transações	0.1	0.2	0.0	0.2	0.0	0.5%
Total	17.7	20.1	1.0	22.7	38.5	100%

Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

Como se pode ver, os principais parceiros comerciais do ponto de vista das importações, para o ano de 1990, se assemelha com os dados analisados na tabela 1, que se refere às exportações do mesmo ano. Aqui, temos um total de 22,5 bilhões de dólares em mercadorias importadas, com 35,2% de importações de produtos primários, e 64,3% de importações de bens industrializados, com preponderância para bens de tecnologia média (27%) e de alta tecnologia (14%).

Os EUA aparecem como principal mercado de origem das entradas brasileiras no período selecionado, com pouco mais de 20% da composição total. Parceiro histórico do Brasil, figurando por todo o século XX como uma grande fonte de negócios, na década de 1990 os EUA permaneceram como os mais importantes fornecedores de bens de

competitividade brasileira, o “custo Brasil” / “risco Brasil”, termos empregados para se referir às dificuldades estruturais encontrados no Brasil, como problemas em infraestrutura, logística, riscos nas aplicações financeiras, etc; recorrentemente aclamado pela grande imprensa como o principal empecilho ao desenvolvimento econômico nacional, é utilizado como parâmetro de grandes investidores estrangeiros para tomada de decisão de alocação de recursos no país (DOMINIK, 2005).

alta tecnologia ao país, principalmente bens de capital, equipamentos e maquinário elétricos (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY).

A União Europeia, enquanto bloco único de países, é o maior exportador de bens ao Brasil, seguida dos países da América Latina. Nos demais países (categoria “outros”), há uma parcela expressiva (38,5%) na pauta de importações, porém insuficientemente concentrada em um único país que chamasse a atenção.

Por fim, é destacado como China possui uma presença inexpressiva, com apenas 1% do total. Curioso o fato de que, das importações feitas de produtos chineses, metade foram bens primários, e dos bens industrializados, 40% foram baseados em recursos naturais. Situação bem distinta da atualidade, como se vê nas tabelas 8 e 9 a seguir.

Tabela 8: Perfil e origens das importações brasileiras (em %) - 2000

Brasil 2000	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
IMPORTAÇÕES: US\$ 55.850.546.400 (FOB – Free On Board)						
Produtos Primários	8.6	0.8	0.1	0.7	4.8	15.0%
Bens Industrializados	12.4	22.4	2.0	26.0	21.7	84.5%
- Baseados em Recursos Naturais	4.9	3.6	0.4	5.0	6.2	20.1%
- De baixa tecnologia	1.1	1.3	0.4	2.0	1.6	6.4%
- De tecnologia média	5.5	8.7	0.3	12.1	7.1	33.7%
- De alta tecnologia	0.9	8.8	0.9	6.9	6.8	24.3%
Outras transações	0.1	0.1	0.0	0.1	0.2	0.5%
Total	21.1	23.3	2.1	26.8	26.7	100%

Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

Dobrando em relação a 1990, o valor total das importações em 2000 chegou a quase 56 bilhões de dólares em bens importados, sendo 84,5% referentes a bens industrializados e 15% a produtos primários, cuja participação percentual da pauta de importação caiu pela metade. Das manufaturas importadas, as de tecnologia média (principalmente do setor automobilístico e de bens de capital) foram as de maior preponderância (um terço do total), seguida dos produtos manufaturados de alta tecnologia, como componentes eletroeletrônicos e química fina, com 24,3% do total.

Na tabela 8, referente às importações do ano 2000, os EUA continuam ocupando o posto de maior mercado de origem das importações brasileiras, com um aumento de 3 pontos percentuais,

passando de 20% em 1990 para 23% em 2000. Como apontam Bueno e Cervo (2002), o período imediatamente posterior à redemocratização brasileira, se iniciando em 1989 e estendendo por toda década de 1990, do ponto de vista da política externa, é marcado pelo alinhamento político e comercial com os EUA⁵⁷, sendo esperado assim um aumento das cifras norte-americanas em nosso comércio exterior.

América Latina também aumenta sua participação no que tange às importações, coerente também com o período vivenciado na década anterior, de fortalecimento dos laços entre os países-membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). União Europeia, que segue sendo uma relevante origem das importações brasileiras, e a categoria “outros”, são responsáveis por 50% do total importado no ano 2000.

A China, apesar de haver dobrado sua participação no comércio exterior brasileiro, vendendo para o Brasil 1,18 bilhões de dólares (UN COMTRADE), contribui com apenas 2% do total. Ainda assim, é considerável a diversificação das exportações chinesas das quais mais da metade eram bens industrializados com alto valor agregado.

Em 2012, repetindo o ocorrido com as exportações brasileiras, o fluxo de importações acompanhou a recente tendência mundial (como apresentando no início do capítulo) de aumento generalizado do comércio internacional, de modo que o valor total das importações correspondeu a quatro vezes o valor total em 2000.

Como se vê na tabela 9 abaixo, do valor total de pouco mais de 223 bilhões de dólares importados, 14,2% correspondem a bens primários, enquanto que 85,6% relacionam-se aos bens industrializados.

Tabela 9: Perfil e origens das importações brasileiras (em %) - 2012

Brasil 2012	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
IMPORTAÇÕES: US\$ US\$223.149.128.000 (FOB – Free On Board)						
Produtos Primários	4.4	1.0	0.2	0.4	8.2	14.2%

⁵⁷ Também denominada como a década bilateral, como aponta Pecequillo (2008): “Para superar a Década perdida, a resposta escolhida foi a Década bilateral’. O governo que iniciou este processo foi o de Fernando Collor de Mello (1990/1992), primeiro presidente eleito democraticamente depois do fim do regime militar. Aproveitando o cenário de profunda crise, Collor construiu sua campanha em tons populistas, propagando a imagem da mudança e modernidade que levariam o Brasil ao Primeiro Mundo. A implementação do Consenso de Washington e a assinatura de diversos regimes internacionais foram as prioridades”.

Bens Industrializados	12.3	13.6	15.1	21.9	22.7	85.6%
- Baseados em Recursos Naturais	3.9	3.9	1.7	4.6	5.7	19.8%
- De baixa tecnologia	0.8	0.8	3.3	1.9	2.6	9.4%
- De tecnologia média	6.9	6.2	4.6	10.7	9.4	37.8%
- De alta tecnologia	0.7	2.7	5.5	4.7	5.0	18.6%
Outras transações	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.2%
Total	16.7	14.6	15.3	22.3	31.1	100%

Fonte: UN COMTRADE. Elaboração do autor.

Igualmente ao ocorrido em 2000 (ver tabela 8), os produtos do segmento “tecnologia média” são preponderantes, porém seguidos dessa vez pelos baseados em recursos naturais, e depois pelos de alta tecnologia. Isso condiz com o fato da renda geral da população brasileira ter aumentado ao longo da primeira década do século XXI, levando a um maior consumo de produtos estrangeiros, como alimentos, por exemplo.

América latina e EUA apresentaram forte retração percentual, com queda de 20% na participação no primeiro caso e de 37% no segundo. A União Europeia também diminuiu sua participação (de 26,8% para 22,3%), ao passo que a categoria “outros” aumentou de 26,7% para 31,1%.

Há de se destacar, com os dados tabulados na tabela 9, a mudança, em relação aos anos anteriores, no comércio com a China. O comportamento das importações de produtos chineses ao longo do intervalo de 2000 a 2012 foi de agressivamente ocupar cada vez mais espaço e preencher posições antes ocupados por parceiros tradicionais do Brasil.

No curto espaço de uma década, a China passou de 2% para 15,3% das importações brasileiras, tornando-se assim o principal parceiro comercial do país, seja no que tange às exportações, seja, como observado agora, nas importações.

Cruzando-se as informações até aqui fornecidas, temos que, enquanto as exportações brasileiras passaram a se “primarizar”, ou seja, a se concentrar em commodities e bens primários, as importações foram paulatinamente se “manufaturando”, sendo composta em sua maioria de bens industrializados, com ênfase para os de maior valor agregado (média a alta tecnologia), provenientes principalmente da China.

Desse modo, a análise dos dados de comércio exterior brasileiro no período 2000 – 2012⁵⁸ até aqui realizada, já permite algumas conclusões:

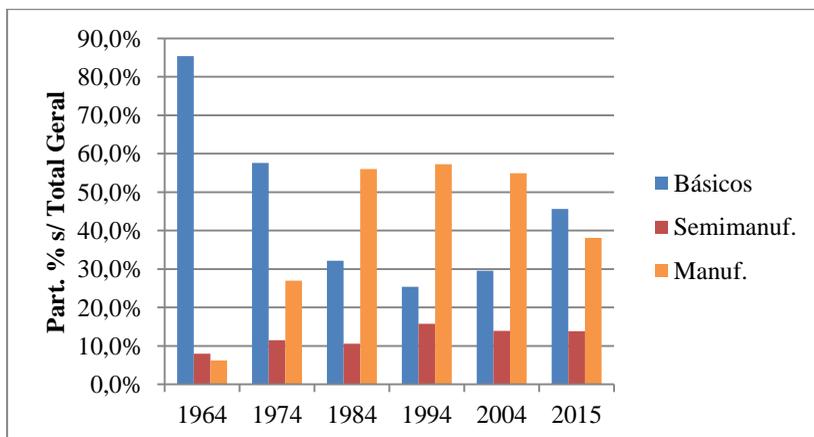
- a) O Brasil seguiu a tendência mundial de aumento dos fluxos de trocas comerciais entre empresas, Estados e nações;
- b) O fenômeno da reprimarização da pauta de exportação brasileira mostra-se como verdadeiro, e empiricamente comprovado;
- c) A dinâmica da economia política internacional, principalmente a ascensão da China, se mostra como uma variável independente inegável para o comportamento do comércio exterior nacional, principalmente a ascensão da China, e;
- d) Aspectos domésticos brasileiros também se apresentam como variáveis explicativas, a exemplo de períodos com preferências político-econômicas com determinados países/regiões;

Tomando uma perspectiva de maior duração, como feito no início desse capítulo, e cruzando os dados tabulados nas tabelas sobre exportações até aqui apresentadas, temos o seguinte resultado⁵⁹:

Gráfico 15: Exportação brasileira por fator agregado: 1964 a 2015

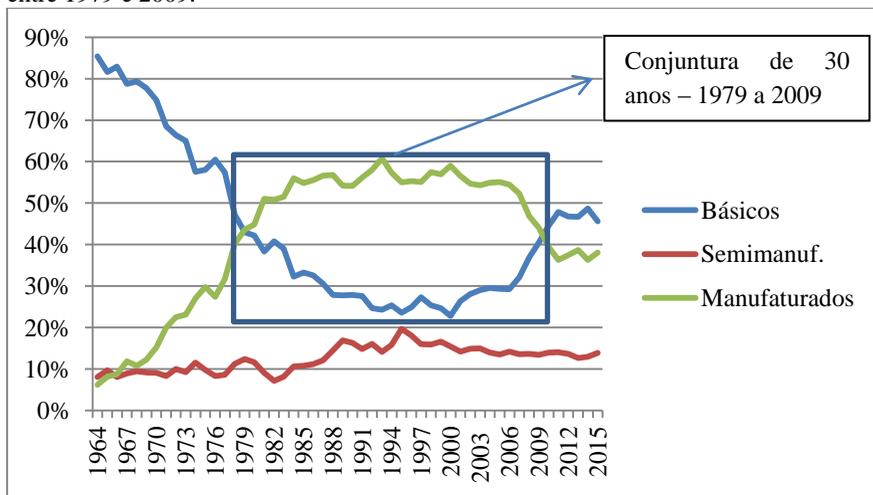
⁵⁸ Lapso temporal tradicionalmente adotado pela vasta maioria dos analistas sobre a temática.

⁵⁹ Nos dados consultados da SECEX, temos a classificação dos bens em básicos, semimanufaturados e manufaturados. Tal segmentação não se distancia da utilizada pela UN COMTRADE, com a diferença de básicos se referirem aos produtos primários e commodities, semimanufaturados aos bens industrializados baseados em recursos naturais, e os manufaturados aglutinarem todas as categorias de bens industrializados excluindo os baseados em recursos naturais (ou seja, de baixa, média e alta tecnologia). Sob tal classificação, foi possível encontrar dados a partir de 1964.



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) – MDIC. Elaboração do autor.

Gráfico 16: Exportação brasileira por fator agregado (em %), 1964 a 2015; visualização em gráfico de linhas, com destaque para o período de diferenciação entre 1979 e 2009.



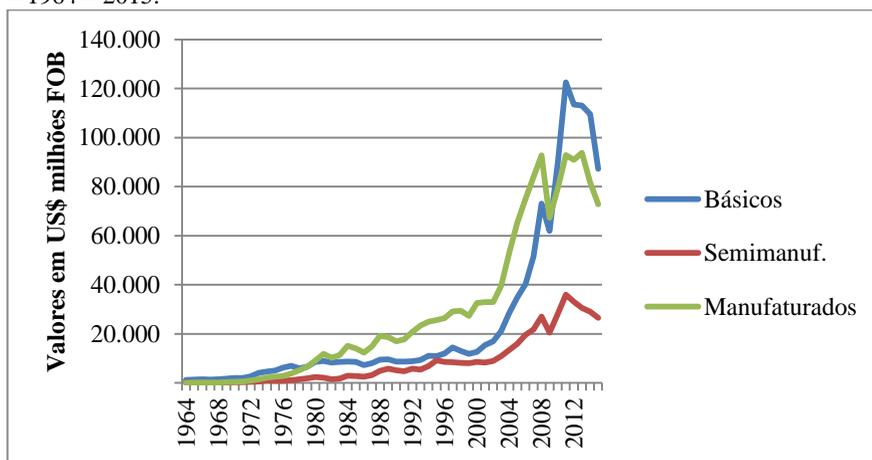
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) – MDIC.

Sumarizando, temos da década de 1970 para de 1980 uma inversão da composição da pauta de exportação brasileira, com os bens manufaturados na posição de relevância, deslocando os básicos, situação que perdura por três décadas, e que começa a ser revertida a partir de

1995⁶⁰, até que em 2009 os bens básicos voltam a serem os principais produtos exportados, resultando com que em 2015 o padrão de exportações do Brasil fosse semelhante ao encontrado em 1978.

Ainda que haja efetivamente a reprimarização das exportações, entendendo essa como a presença maior de produtos primários e commodities em detrimento de bens manufaturados, se faz necessária uma ressalva: trata-se de um fenômeno de números relativos, e não absolutos. O gráfico 12 a seguir retrata essa afirmação.

Gráfico 17: Evolução das exportações brasileiras em valores, por fator agregado – 1964 – 2015.



Fonte: SECEX – MDIC. Elaboração do autor.

Como se vê, todas as exportações brasileiras aumentaram nas últimas décadas, independente da classificação adotada, com duas ressalvas: o de 2009 por conta da crise financeiro-econômica mundial eclodida nos EUA em 2008 e que impactou todo o sistema internacional; e a recente conjuntura de queda a partir de 2011, também por conta do arrefecimento da economia mundial⁶¹ e brasileira, que seguem sofrendo os efeitos da já mencionada crise norte-americana, iniciada com a crise no sistema de créditos imobiliários, os denominados

⁶⁰ De fato ocorreu um aumento do percentual de 1995 a 1997, porém diminuindo de 1997 a 1999, retornando a apresentar aumento contínuo até 2011.

⁶¹ Em especial as economias dos países europeus, que sofrem desde 2011 com elevadas taxas de desemprego, estagnação econômica e desmantelamentos dos “Estados de bem-estar social”.

subprime (créditos de risco), e também com a diminuição do crescimento chinês.

De todos os modos, o gráfico 12 evidencia o que foi dito no parágrafo imediatamente anterior: tratam-se de números relativos. Tanto os produtos básicos como os manufaturados experimentaram aumentos nas exportações, tanto em volume como em valores. Porém, as exportações de produtos básicos cresceram de maneira substancialmente maior, principalmente a partir de 2000/2001, de modo que, ainda que as saídas de bens industrializados também tenham crescido, estas passaram a ocupar parcela percentual menor em relação ao total de exportações, em comparação àquelas. A relação a seguir mostra claramente o aumento dos valores das exportações em todas as segmentações, relativizando o fenômeno da reprimarização⁶².

Tabela 10: Evolução das exportações por fator agregado, em bilhões de dólares F.O.B. – 1990 - 2015

1990	2000	2015	Classificação
USD 9	USD 13	USD 90	Primários
USD 22	USD 41	USD 95	Industrializados
USD 8	USD 13	USD 36	Baseados em Recursos Naturais
USD 5	USD 7	USD 12	Baixa Tecnologia
USD 8	USD 14	USD 38	Média Tecnologia
USD 1	USD 7	USD 9	Alta Tecnologia
USD 0,5	USD 1	USD 6	Outros

Fonte: UN COMTRADE; Elaboração do autor.

Comprovado empiricamente o processo de reprimarização vivenciado pelo país, iniciado em 1995 e concretizado efetivamente em

⁶² Há de se notar que as segmentações abarcam uma grande variedade de produtos. Dessa forma, não traduzem eventuais mudanças (como aumento ou diminuição) de produtos específicos dentro das classificações. Por exemplo, dentro de produtos de alta tecnologia, houve aumento de 6,8 para 9,4 bilhões de dólares, mas sabe-se que um importante produto dessa classificação, como aviões, chegou a diminuir também em números absolutos (de 5 bilhões de dólares em valores exportados em 2008 para 4 bilhões, em 2014). Logo, apenas com uma análise minuciosa da infinidade de produtos comercializados em separado que se poderia a chegar a conclusões definitivas para produtos específicos.

2009 (o “*turning point*” entre primários e manufaturados), o próximo capítulo se propõe a contribuir para o debate da reprimarização das exportações brasileiras trazendo como inovação o instrumental analítico da *longa duração*, ou seja, da análise que privilegia longas faixas temporais (unidade de tempo de décadas a séculos). Na medida do possível, buscou-se ampliar-se o espaço-tempo, abrangendo também a América Latina, sobretudo a América do Sul, para a compreensão holística desse processo que ocorre nas relações de comércio exterior brasileiro, destacando a geopolítica, as relações político-econômicas de poder e a DIT como elementos fundamentais para se compreender as causas da especialização primária do Brasil.

4. CAPÍTULO 3: A REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-MUNDIAL DE LONGA DURAÇÃO

A partir da revisão bibliográfica e da tabulação e análise de dados sobre comércio exterior brasileiro, buscou-se até aqui identificar as causas da reprimarização das exportações brasileira, comprovada empiricamente e interpretada de diversas maneiras.

Com o intuito de contribuir com esses esforços, no presente capítulo vamos analisar o histórico da pauta de exportação brasileira tomando como base a longa duração de Braudel, ou seja, longos períodos de tempo, também denominado de “tempo estrutural” (100 a 150 anos de duração). É possível que, ao ser enquadrada num marco temporal mais longo, a “reprimarização” não pareça como tal.

Para tanto, será realizada uma análise dos dados oficiais disponíveis no MDIC para o período de 1808 a 2015, ou seja, do “marco zero” do comércio exterior brasileiro para até a atualidade.

Além da tabulação dos dados em gráficos, será aplicado o Coeficiente de Gini-Hirschman, de modo a mensurar o grau de concentração de produtos presentes na cesta de exportações brasileiras, demonstrando assim o nível de especialização das exportações, com intuito de se avaliar a histórica alta presença de commodities nas exportações do Brasil.

O argumento central é que a especialização primária do Brasil em seu comércio exterior não é um fenômeno recente, mas sim um processo que perdura há mais de três séculos, sendo a recente conjuntura de “reprimarização” nada mais do que o regresso ao padrão “normal” de comércio brasileiro. E a hipótese a ser testada é de que a causa para tal padrão seria a inserção brasileira na DIT, que desde seu princípio se deu através da exportação de produtos primários pouco elaborados, o que ao se reproduzir por um longo período, determinou o perfil produtivo e comercial do país para a atualidade.

Além dessa introdução, esse capítulo possui 3 seções. Na primeira, é realizada uma breve apresentação da Economia Política dos Sistemas-Mundo e da perspectiva de longa duração de Braudel como instrumentais de análise para a interpretação das causas da reprimarização das exportações brasileiras.

Na segunda seção, são analisados os dados de comércio internacional brasileiro de 1808 até 2015, aos quais será aplicado o teste econométrico supracitado. Ao longo de toda a análise, apresentaremos elementos que deem embasamento à hipótese apresentada, sustentados

nos dados e na bibliografia disponível. Aqui, o conceito de cadeia mercantil será utilizado para ilustrar como o Brasil se posiciona na economia-mundo capitalista, de maneira a participar marginalmente nos nódulos mais rentáveis de produção e comercialização, até mesmo para as commodities.

Por fim, a terceira e última seção realiza o balanço geral, apresentando novas perguntas de pesquisas, apontando as principais implicações do histórico perfil primário-exportador brasileiro, realizando comparações com outros países e sugerindo novas pesquisas voltadas ao tema.

4.1 A EPSM como instrumental analítico possível para a interpretação do processo de reprimarização e a longa duração de Braudel

Nessa primeira seção do capítulo 3, apresentamos a EPSM com seus principais autores e conceitos chaves, e também revisitamos as categorias de tempo de Fernand Braudel, notadamente a concepção de *longa duração* ou tempo estrutural, para então aplicarmos tais conceitos analíticos em nossa própria interpretação do processo de especialização primária das exportações brasileiras.

Originada a partir das obras de Immanuel Wallerstein, a EPSM é um movimento intelectual que surge a partir da crítica de Wallerstein às ciências sociais da atualidade que insistem em replicar instrumentais teóricos do século XIX para explicarem e compreenderem processos e problemas da contemporaneidade. À medida que o sistema capitalista começa a apresentar sinais de estar entrando em uma crise sistêmica ao longo da década de 1970, Wallerstein, utilizando-se de categorias da teoria da dependência, de Max Weber, Fernand Braudel, Karl Marx, Karl Polanyi, Joseph Schumpeter e Sigmund Freud, formula sua própria linha de raciocínio para explicar a crise no sistema capitalista, realizando um contraponto ao *mainstream* das ciências humanas e fundando a corrente da EPSM (WALLERSTEIN, 2002).

Assim, temos quatro elementos fundamentais elencados pela EPSM (VIEIRA, 2012) que são pertinentes a qualquer estudo histórico sobre a vida humana:

- a) A questão da unidade de análise: No geral, todos analistas tendem a ter como unidade de análise o Estado Nacional ou a

economia nacional. Caem no “nacionalismo metodológico”⁶³ (VIEIRA, 2015). Wallerstein propõe exatamente o oposto, de não se tomar uma invenção política que é o Estado como única unidade de análise possível, mas destrinchando desde a esfera micro (as famílias), passando por instituições como o próprio Estado, corporações privadas, etc, e chegando à dimensão sistêmica (o sistema-mundo);

- b) Ter como pressuposto o fato de que o “sistema capitalista mundial e o sistema interestatal são duas entidades que nasceram juntas e interligadas” (VIEIRA, 2012, p. 208);
- c) Analisar a realidade de maneira holística e “unidisciplinar”, ou seja, através da ótica das várias disciplinas (economia, ciência política, Relações Internacionais, etc.) em conjunto, e nunca separadamente;
- d) Ter como abordagem de análise as concepções de tempo de Braudel, e “ver a história como dialética das durações [...], resultado da mútua interação dos tempos curto (acontecimento), médio (conjuntura) e longo (estrutura)”⁶⁴ (VIEIRA, 2012, p. 208).

Além disso, a EPSM possui também como pressuposto a indissolubilidade do espaço e do tempo, ou seja, espaços geográficos e tempos históricos como partes correlacionadas intrínsecas a qualquer fenômeno social.

Com isso, Wallerstein define sistema-mundo como um sistema histórico social que possui em si mesmo todos os elementos necessários para sua própria sobrevivência. Ou seja, trata-se de um sistema social por ser um conjunto de agentes que se relacionam dialeticamente e conflituosamente entre si, e que o fazem em um determinado espaço-tempo histórico. Note-se que um sistema-mundo não necessariamente precisa ocupar todo o globo terrestre (de fato, apenas o sistema-mundo atual teve a necessidade de fazê-lo).

Nas palavras do autor:

A world-system is a social system, one that has boundaries, structures, member groups, rules of

⁶³ Que, em uma perspectiva crítica, pode-se argumentar ter surgido como um instrumento de legitimação do Estado nacional.

⁶⁴ “Sendo este último [o tempo longo], o tempo mais adequado para estudar as mudanças sociais relevantes” (VIEIRA, 2012, p. 208).

legitimation, and coherence. Its life is made up of the conflicting forces which hold it together by tension, and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to its advantage. It has the characteristics of an organism, in that it has a life-span over which its characteristics change in some respects and remain stable in others. One can define its structures as being at different times strong or weak in terms of the internal logic of its functioning (WALLERSTEIN, 2011, p. 347)⁶⁵.

Logo, haveria duas variedades de sistemas-mundo: império-mundo, no qual há um único sistema político sobre a maior parte da área, atenuado, entretanto, o grau de seu controle efetivo⁶⁶; e economia-mundo, na qual coexistem múltiplas unidades políticas⁶⁷.

Há aproximadamente 5 séculos, conforme argumenta Wallerstein⁶⁸, teve início na Europa a formação do moderno sistema-mundo, inicialmente um sistema-mundo Europeu:

It was not an empire yet it was as spacious as a grand empire and shared some features with it. But it was different, and new. It was a kind of social system the world has not really known before and which is the distinctive feature of the modern world-system. It is an economic but not a political entity, unlike empires, city-states and

⁶⁵ “Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantêm unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodela-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros (WALLERSTEIN, 1974, p. 337).”

⁶⁶ “...“in which there is a single political system over most of the area, however attenuated the degree of its effective control” (WALLERSTEIN, 2011, p. 348).

⁶⁷ “...and those systems in which such a single political system does not exist over all, or virtually all, of the space. For convenience and for want of a better term, we are using the term “world-economy” to describe the latter”. (WALLERSTEIN, 2011, p. 348)

⁶⁸ Para uma compreensão completa da análise dos sistemas-mundo, recomenda-se a leitura das obras de Immanuel Wallerstein, notadamente o primeiro volume de *The Modern World-System* (WALLERSTEIN, 2011) e *World-Systems analysis: na introduction* (WALLERSTEIN, 2004).

nation-states. In fact, it precisely encompasses within its bounds (it is hard to speak of boundaries) empires, city-states, and the emerging 'nation-states'. It is a 'world' system, not because it encompasses the whole world, but because it is larger than any juridically-defined political unit. And it is a 'world-economy' because the basic linkage between the parts of the system is economic, although this was reinforced to some extent by cultural links and eventually, as we shall see, by political arrangements and even confederal structures (WALLERSTEIN, 2011, p. 15).

À medida que o sistema-mundo europeu se expandiu para todo o globo terrestre, formando o que atualmente denominamos de economia-mundo capitalista, as atuais estruturas sociais que moldam o nosso mundo foram se consolidando, culminando em uma hierarquia internacional de riqueza e poder entre as nações, submetidas à lógica dominante de acumulação incessante de capital. Desta forma, a economia-mundo capitalista é constituída por dois componentes principais, sendo que a interação entre ambos é a principal força motriz para a mudança social: o subsistema interestatal, formado pelos Estados nacionais; e o subsistema econômico, constituído pelas cadeias mercantis mundiais que perpassam os territórios dos Estados. A relação entre Estado e Capital (a força da arma e a força do dinheiro) é o elemento-chave para a expansão desse sistema-mundo por todo o globo. De fato, desde seu início, no século XVI, os Estados europeus, em constante disputa pelo capital circulante, se lançaram em uma corrida colonialista mundial. Temos, então, um sistema-mundo que é uma economia-mundo, espalhado por grandes espaços geográficos (o globo), dividido politicamente (nos diferentes territórios denominados como Estados) e unificado economicamente (através do mercado mundial).

Na perspectiva da EPSM, o mundo atual é dividido em três regiões: o Centro, contendo as nações mais ricas e poderosas do sistema; a Periferia, com o extremo oposto de nações mais pobres e politicamente débeis; e a Semiperiferia, com nações que mesclam elementos de Centro e Periferia. Essa divisão trimodal está diretamente relacionada com outra estrutura basilar da economia-mundo capitalista: a Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

A DIT nada mais seria do que o estabelecimento de papéis econômicos e produtivos específicos para determinadas zonas geográficas, visando a atenderem demandas e pressões dos agentes mais

poderosos do sistema capitalista. Isso não apenas determina qual será o perfil produtivo e exportador de um país, como também qual será o seu poder de controle sobre os nódulos mais rentáveis das cadeias mercantis que passam seu território, e seu poder de influência externa.

A atual estrutura do sistema-mundo é, como já mencionada, em sua essência capitalista – quer dizer, é regida pela acumulação incessante de capital. É também um sistema em que as relações comerciais entre os Estados são, necessariamente, marcadas por trocas desiguais de produtos e bens comercializáveis – grosso modo: com o Centro vendendo bens com alto valor agregado e mais caros, e a Periferia fornecendo bens primários com baixo valor agregado e mais baratos, o que no longo prazo acarreta em déficits comerciais para esses últimos e dependência da tecnologia, ou seja, dos bens manufaturados produzidos pelos primeiros (WALLERSTEIN, 1979); a Semiperiferia se apresenta como um espaço com uma combinação mais ou menos igual de atividades periféricas e atividades centrais⁶⁹ (ARRIGHI E DRANGEL, 1997).

Wallerstein enfatiza a ideia de necessidade de “trocas desiguais”, pois, por se tratar de um sistema capitalista de mercado (com o objetivo de lucro): (i) busca-se sempre a expansão global do mercado (com mais fornecedores e consumidores), o que não seria lucrativo sem essa desigualdade; (ii) expande-se também o tamanho da divisão do trabalho, pois sem essa expansão não seria lucrativo manter uma economia-mundo capitalista. Temos, portanto, uma estratificação em escala global do trabalho, da produção, e da renda das pessoas nos Estados componentes do sistema (WALLERSTEIN, 1979).

Avançando e dando rigor empírico para as categorias de Wallerstein, Arrighi (1996) identifica que a “evolução” do moderno sistema-mundo se deu através de sucessivos ciclos de hegemonias internacionais e de padrões de acumulação, que ele denominou Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Resumidamente, Arrighi considera que um ciclo sistêmico de acumulação tem duas fases: uma fase inicial de expansão material ($D - M - D'$)⁷⁰ na qual o capital investido é investido majoritariamente na produção e comercialização de mercadorias; segue-se uma fase de expansão financeira, ou de uma “financeirização” da economia ($D - D'$), na qual, buscando taxas de lucro mais altas, o capital é investido no mercado financeiro. Sob tal arcabouço conceitual,

⁶⁹ A categorização da semiperiferia será refinada mais adiante, após a análise dos dados de comércio exterior brasileira na longa duração.

⁷⁰ Dinheiro transformado em Mercadoria e metamorfoseado em mais Dinheiro.

Arrighi aponta a existência de quatro ciclos vivenciados desde o início da formação da economia-mundo capitalista, também denominados de quatro hegemonias⁷¹: 1º) o ciclo das cidades-estados de Gênova e Florença; 2º) o ciclo holandês; 3º) o ciclo britânico e; 4º) o atual ciclo estadunidense, que, como o mesmo aponta, está em uma crise terminal desde a década de 1970, estando num momento atual de bifurcação, com a supremacia militar e financeira ainda nos EUA, mas com as supremacias industriais e comerciais já espalhadas em outros polos de poder, notavelmente localizados no Leste Asiático.

Tal conceituação postulada por Arrighi nos é importante devido ao fato de serem os Estados Hegemônicos os responsáveis por ditarem “os novos trilhos do desenvolvimento capitalista” (ARRIGHI, 1996, 2008). Assim, a DIT, as relações Centro – Semiperiferia – Periferia e as cadeias mercantis mundiais estão diretamente relacionadas com o período histórico do padrão de acumulação e da hegemonia vigente. Logo, compreender o perfil de exportações brasileiras no século XIX passa, necessariamente, pela compreensão do padrão de acumulação e da hegemonia britânica, pois um e outro exerceram pressão e moldaram o comportamento de todos os agentes do sistema-mundo. O mesmo ocorre para a análise do século XX e XXI, sob a hegemonia norte-americana.

Além disso, a concepção de Globalização formulada pela EPSM e que adotamos, também se apresenta como um contraponto à categorização tradicionalmente utilizada pelo *mainstream* científico e popular. Citando o trabalho de Chase-Dunn & Grimes (1995; p. 387 e 388), Arrighi (2003) aponta que os

...sociólogos [do sistema-mundo] não apenas fizeram perceber a natureza global das redes econômicas vinte anos antes que tais redes adentrassem o discurso popular, mas também notaram que muitas dessas redes estão presentes nos últimos 500 anos da história. Ao longo desse

⁷¹ Importante destacar que os períodos históricos para cada ciclo sistêmico sobrepõem-se uns sobre os outros, não sendo resultado de rupturas bruscas (apesar das mesmas existirem, como em momentos de guerras e crises mundiais agudas), mas sim de longos processos de transformação, que se distinguem do tempo cronológico. Arrighi define assim os períodos para cada ciclo: séculos XIV – XVI (Genovês); séculos XVI – XVIII (Holandês); séculos XVIII – XX (Britânico); séculos XX – XXI (EUA). Para um aprofundamento ao tema, ver Arrighi (1996).

tempo, os povos do globo tornaram-se interligados numa unidade integrada: o ‘sistema mundial’ moderno (p. 15).

De fato, para a macrossociologia histórica, seja na variante da EPSM ou da Sociologia Histórica ou Comparativa, a “globalização não é um fenômeno sem precedentes como vários observadores pensam”. Além disso, para uma compreensão holística de seu significado, causas e consequências, é necessário um “horizonte temporal que abranja séculos e não apenas décadas” (ARRIGHI, 2003, p. 17).

Arrighi também sublinha a definição de globalização de Charles Tilly:

...um aumento na abrangência geográfica das interações sociais localmente relevantes, especialmente quando esse aumento estende uma proporção significativa de todas as interações entre as fronteiras internacionais e intercontinentais. (TILLY, 1995, p. 1 e 2, apud ARRIGHI, 2003, p. 16).

Arrighi (2003) acrescenta:

Ele [Tilly] sugere que, ao longo do último milênio, pelo menos três ondas de globalização política e econômica ocorreram dessa maneira. Primeiro, no século XIII, quando a formação do Império Mongol criou as condições para a emergência do sistema de comércio mundial afro-euroasiático [...]. Segundo, no século XVI, ‘quando a expansão comercial e militar europeia ligou o Oceano Índico ao Caribe por meio de uma densa rede de trocas e de dominação’. E, terceiro, no século XIX, ‘quando um impulso imperialista colocou 4/5 dos territórios mundiais sob o domínio dos povos europeus’ (TILLY, 1995, p. 1 e 2, apud ARRIGHI, 2003) (p. 16).

Arrighi (2003) prossegue argumentando, em concordância com Tilly, que estamos em uma quarta onda de globalização, que tem como consequência indireta o enfraquecimento dos Estados Nacionais:

...a expansão em andamento do número e da variedade das corporações multinacionais

constitui uma novidade nas relações Estado-capital. Se as corporações multinacionais “necessitam” ou não dos estados como as suas predecessoras (em muitos aspectos elas indubitavelmente necessitam), o resultado não intencional de sua proliferação é o enfraquecimento dos estados do Ocidente, em nítido contraste com o seu fortalecimento antes e durante a onda de globalização do século XIX (p. 19).

Arrighi também argumenta que tais ondas de globalização são tipicamente marcadas por períodos de expansão financeira do Estado Hegemônico no sistema internacional, como está acontecendo com os EUA desde a década de 1970, e são seguidas de períodos de caos, instabilidade e transição de hegemonias. Entretanto, o atual período é marcado por singularidades históricas:

Ao invés de testemunharmos a costumeira fusão de uma ordem superior de poder militar e financeiro que tem caracterizado todas as substituições de uma liderança por outra nos altos comandos do capitalismo mundial, nós estamos assistindo a uma cisão que deixa o poder militar altamente concentrado nas mãos de um país ocidental hegemônico decadente e que concentra o poder financeiro global nas mãos dos países do Leste Asiático (ARRIGHI, 2003, p. 22).

Arrighi (2003) indica a tendência, para a atual etapa de globalização, de “um retorno a um balanço relativo dos centros múltiplos exibidos no sistema mundial do século XIII”. (ADU-LUGHOD, 1989, p. 371, apud ARRIGHI, 2003, p. 22). E que “tal retorno inevitavelmente deverá requerer ‘uma mudança para diferentes regras do jogo, ou ao menos um fim das regras que a Europa introduziu no século XVI’” (idem). Finaliza sua linha de argumentação apontando para o “recentramento da economia global no Leste Asiático” (p. 22), consoante com as interpretações atuais da EPSM para as tendências da economia-mundo capitalista.

Deve ser destacado que, apesar de concordarem quanto à necessidade de ser levada em conta a análise de longa duração, nas variantes da macrossociologia existem divergências em relação ao tema da globalização, principalmente no que tange ao papel do Estado na

atualidade e à emergência de novos atores sociais relevantes, como corporações multinacionais privadas e organizações internacionais. No presente trabalho, adotamos a perspectiva de que o acirramento da competição interestatal pelo capital circulante no final do século XX possibilitou a expansão das empresas multinacionais, que por sua vez alteraram as relações internacionais da atualidade. Além disso, organizações internacionais como as Nações Unidas ou a OMC, ainda que por vezes apresentando o papel dúbio de extensão do poder dos países centrais como os EUA, pautam agendas de compromissos internacionais que acabam por moldar o comportamento de Estados, corporações e indivíduos, sendo igualmente um fenômeno distinto na história das relações internacionais e nas ondas de globalização.

Sublinhamos, ainda, que a atual fase de Expansão Financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-Americano, ou a quarta onda de globalização, possui esses elementos novos de transformação, mas que isso não se constitui em uma ruptura histórica. Em realidade, toda fase de transição é composta por um aumento de poder político e econômico do novo centro dinâmico do capitalismo mundial que sucede o antigo centro, e também por um aumento de poder das corporações ligadas a tal novo centro, bem como por novas configurações de atores sociais, a exemplo das empresas multinacionais contemporâneas.

Completando esta breve revisão dos elementos principais da EPSM, apresentamos as categorias de “tempo” desenvolvidas por Braudel e que serão utilizadas para a compreensão de nosso objeto de estudo. Fernand Braudel propõe que o tempo seja entendido como a duração dos acontecimentos e processos (políticos, econômicos, sociais, culturais e mesmo naturais), o que é muito diferente do tempo do calendário. Ele sugere considerar três tempos históricos, cuja interação mútua ele denomina a dialética das durações:

- a) A longa duração – história estrutural;
- b) O tempo conjuntural – história conjuntural;
- c) O tempo curto – história dos acontecimentos.

O tempo curto é o tempo dos acontecimentos, tipicamente utilizado por jornalistas e biógrafos. Guerras, catástrofes, crises econômicas mundiais como a de 2008, são alguns exemplos que podemos citar como acontecimentos históricos. O tempo conjuntural já nos remete a ciclos de maior duração, como algumas décadas (apesar de não haver uma matemática exata na duração, podemos classificar como períodos de 40 a 65 anos), a exemplo de ciclos de crescimento

econômico generalizado (década de ouro de 1960), ciclos de altas de preços e ciclos de booms de exportações de commodities específicas. Por sua vez, o tempo estrutural, a *longue dureé*, é o tempo de análise de séculos, de longas estruturas político-econômico-sociais, tempo da “história inconsciente” (BRAUDEL, 1998, 2009).

A proposta de Braudel não é para que se ignorem os eventos ou as conjunturas e interciclos que nos afetam diariamente, mas sim para que sejam levadas em conta as “estruturas” formadas através dos séculos, estruturas essas entendidas como relações que vão se repetindo ao longo do tempo, e pelo fato de repetirem, se consolidam e cristalizam determinados padrões de comportamento, fazendo com que os agentes sociais submetidos á essa estrutura, cada vez mais adiram a esses padrões.

Importante destacar que a perspectiva aqui adotada não ignora possibilidades de agência e transformação⁷², mesmo na curta duração. Entretanto, as mudanças mais relevantes na história são as estruturais, que são as mais lentas, mas que modificam tendências históricas de longuíssima duração, e criam condições para que novas estruturas sejam criadas. Acompanhamos a definição de estrutura indicada por Vieira e Ferreira (2013):

A lenta e complexa mudança social só pode ser compreendida mediante o entendimento de que as relações sociais, ao se repetirem constantemente, se institucionalizam e condicionam a vida de muitas gerações. Este condicionamento acontece porque pessoas e organizações (governos, empresas, etc.), mesmo com distintos interesses, articulam-se dentro do sistema social que compartilham, para dar à vida social uma certa estabilidade, sem a qual aquela seria impossível. Não deve ser esquecido que as relações sociais se objetivam em instalações (fábricas, edifícios) e infraestrutura (estradas, usinas, portos, etc.) que representam condicionamentos materiais à vida de gerações. Em suma, as relações sociais, as instituições e a infraestrutura material, ao funcionarem como condicionantes da vida de gerações, vêm a constituir o que chamamos de estruturas (p. 249).

⁷² Ainda mais se levarmos em conta o elevado grau de progresso científico-tecnológico alcançado por diversas nações e empresas, que fazem com que o tempo histórico de mudança da economia mundial seja encurtado.

Assim, a presente seção apresentou a ideia de economia-mundo capitalista como pano de fundo para as relações humanas existentes desde meados do século XV, seja entre famílias, corporações ou Estados. Tal economia-mundo é estratificada hierarquicamente em Centro, Semiperiferia e Periferia, e organiza-se pela DIT, com “papéis” específicos “designados” (por pressões políticas, de mercado, ou até mesmo por inovações) entre os Estados, que se especializam em cadeias produtivas globais de acordo com a geopolítica da época. Além disso, historicamente a expansão do atual sistema-mundo se deu através de hegemonias históricas sob a liderança de diferentes Estados e grupos de capitalistas, que em grande medida determinaram os padrões das relações internacionais, consolidando estruturas históricas que perduram até hoje.

Na próxima seção, pretendemos utilizar os elementos conceituais até aqui elencados para interpretar a reprimarização das exportações brasileiras, tendo em conta que a mesma ocorreu dentro de um sistema hierárquico, com o Brasil na posição de nação periférica na maior parte do período analisado, respondendo ao papel de fornecedor mundial de commodities ao longo de mais de dois séculos, enraizando padrões de produção e comércio e perpassando dois ciclos sistêmicos de acumulação: o Britânico e o Norte-americano.

4.2 - A interpretação da reprimarização recente das exportações brasileiras à luz da EPSM e da Longa Duração: uma análise a partir dos dados para o período 1808 – 2015.

A presente seção é dedicada à contribuição ao debate sobre as causas da reprimarização das exportações brasileiras, utilizando-se como instrumental teórico-analítico a EPSM e a categoria de tempo estrutural de Braudel (1998, 2009). Para tanto, serão estudadas as exportações desde 1808⁷³, que consideramos o marco zero do comércio exterior brasileiro, até 2015. A comprovação empírica de que o atual padrão brasileiro de comércio exterior possui o mesmo perfil tecnológico

⁷³ Talvez cause estranheza considerar 1808 como início das exportações brasileiras porque o Brasil só passou a existir como Estado Soberano em 1822. Contudo, desde 1808, o Brasil também não é mais colônia porque aqui se estabeleceu, de fato, a sede do Império Português. Como se sabe, em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarve. Diante disso, pode-se tomar 1808 como marco inicial das exportações brasileiras.

encontrado nos séculos XIX e XX se dará através da tabulação e análise de dados oficiais, e também com a aplicação do coeficiente de Gini-Hirschman ilustrando o nível de concentração das exportações.

A vasta base de dados disponíveis no MDIC permitiu dar viabilidade à construção do presente capítulo, principalmente a partir da plataforma online⁷⁴ formulada em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), em comemoração aos 200 anos de comércio exterior brasileiro. Entretanto, alguns problemas metodológicos foram encontrados.

O principal problema de se trabalhar com uma base tão extensa de dados é a classificação. Todos os sistemas de classificação de produtos apresentados até então foram criados a partir da década de 1950. O Sistema Harmonizado, por exemplo, foi criado em 1983. A classificação da UN COMTRADE surgiu na década de 1980. E o sistema de classificação mais antigo utilizado nos capítulos anteriores foi o do próprio MDIC, que classifica os produtos em manufaturados, semimanufaturados e primários a partir de 1950. Devido à ausência de alternativas melhores, esta última metodologia foi escolhida, tendo sido produtos exportados desde o início do século XIX nessas três categorias (primários, manufaturados e semimanufaturados).

O segundo problema encontrado, interligado ao primeiro, se refere aos períodos históricos distintos vivenciados pelo Brasil e pelo sistema internacional como um todo. Sob a hegemonia britânica, os constrangimentos sofridos pelos agentes nas relações internacionais eram de uma ordem e se transformaram com a ascensão dos EUA. Além disso, uma atividade primária na atualidade se distingue radicalmente das observadas em séculos passados: a produção de café de hoje, por exemplo, é tecnologicamente muito mais avançada do que no ciclo do café no início do século XX. Assim, comparar atividades produtivas de distintos períodos históricos também se apresenta como um exercício delicado.

⁷⁴ A mesma pode ser acessada a partir do link: <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/200anos/html/>. Acessado em 09 de setembro de 2017. Há de se destacar que o MDIC fez uso de múltiplas fontes de dados, tais como, entre outras: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); Ministério da Fazenda, Serviço e Estatística Econômica e Financeira; Banco do Brasil; Banco Central; Alice Web. Além disso, nessa mesma plataforma há a descrição dos fatos históricos em detalhes para o período 1808 – 2008, com sistemática revisão bibliográfica de diversos autores nacionais e estrangeiros.

Porém, nesses dois séculos, especializar-se na produção e comercialização de commodities primárias tem se mostrado um aspecto da periferia, envolvendo menos capital, menos desenvolvimento tecnológico e, no geral, menos poder na hierarquia internacional de riqueza. E, por mais que tenha se transformado a atividade agrícola ou extrativa, contendo atualmente elos industriais e incorporando tecnologia, tais setores continuam a ser a principal atividade econômica de países periféricos, compondo a posição majoritária da pauta de exportação. É possível de se supor que a maior parte da tecnologia incorporada na produção de commodities é originada nos países de Centro, ou seja, os elos mais lucrativos e tecnologicamente avançados são também de monopólio dos países desenvolvidos⁷⁵.

Buscou-se mitigar esse segundo problema metodológico utilizando-se a análise de cadeias de commodities produzidas no Brasil, comprovando-se na medida do possível, que os nódulos mais rentáveis pertencem a monopólios estrangeiros. Logo, por mais que a atividade de exploração de commodities seja na atualidade uma atividade também industrial, ainda ficam relegadas ao Brasil as atividades menos lucrativas, apesar de suas vastas vantagens comparativas naturais.

Um terceiro problema refere-se aos valores dos produtos comercializados, pois o Brasil passou por diversos regimes monetários e moedas distintas e o próprio comércio internacional também experimentou diversificados padrões de lastros: padrão ouro, dólar-ouro e dólar flexível. Diante disso, deu-se preferência para a tabulação dos dados em valores percentuais, e, quando expressos em valores absolutos, os produtos comercializados no período de 1808 a 1938 são classificados em contos de réis, e de 1940 em diante, em dólares FOB.

A hipótese levantada de se estabelecer uma relação causal entre a inserção periférica brasileira no sistema internacional desde o século XV e o perfil de exportação, acaba por dar ênfase nos aspectos macrosociológicos internacionais, que condicionam qualquer tentativa nacional de desenvolvimento econômico alternativo ao modelo primário-exportador. O argumento, assim, é de que para além dos aspectos micro ou macroeconômicos nacionais e circunstâncias políticas, o sistema internacional teve o peso definitivo para, no caso brasileiro, determinar o perfil da cesta de exportações.

⁷⁵ Tal afirmação se mostra como verdadeira para o caso da soja, um dos principais produtos exportados pelo Brasil desde os anos 2000 (Medina, Guimarães Ribeiro e Madureira Brasil, 2015). O caso dessa commodity será brevemente exposto ao final desse capítulo.

Assim fazendo, acompanhamos o procedimento de Arrighi, Hamashita e Selden (2004, grifos nossos):

...we put the systemic interaction among the region's countries and between the region and the world at large at the center of our analysis [...]. By extending the discussion of contemporary developmental issues to a long-term historical perspective, and by exploring a broad spatial conception of the East Asian region, we can offer a new understanding of the region's dynamic across time and space (p. 2).

Aplicamos então a temporalidade da longa duração, entendendo essa perspectiva como uma nova forma de entendimento da dinâmica de comércio exterior brasileiro. E, na medida do possível, buscou-se abranger a região da América Latina por se entender a especialização primária como um fenômeno sistêmico e não apenas local. Entretanto, por questões de espaço e tempo, a ênfase recai sobre o Brasil.

4.2.1 Histórico das exportações brasileiras: 1822 a 2015

O que hoje denominamos Brasil enquanto país independente tem origem no ano de 1822. No caso das relações comerciais internacionais, podemos tomar 1808 como data inicial, pois a partir daí o Brasil passou a fazer comércio com o mundo, embora naquele momento, devido ao conflito entre França e Inglaterra, esse comércio estivesse restrito às nações amigas. Conforme material produzido pelo MDIC, 1808 é o “ano zero do comércio exterior do Brasil”, mais precisamente na data de 28 de janeiro, com a assinatura da Carta de Abertura dos Portos às nações amigas por parte de D. João, na cidade de Salvador, Bahia. Tal episódio “quebra o monopólio comercial, rompe o pacto colonial e inaugura a autonomia econômica e comercial brasileira” (APRENDENDO A EXPORTAR).

Claro que desde as primeiras décadas do século XVI já havia relações comerciais de natureza internacional envolvendo o Brasil colônia, sua metrópole, e outros países, bastando lembrar as exportações de pau-brasil. Fazendo jus ao seu papel de grande espaço de expropriação e exploração, o território brasileiro serviu aos interesses estrangeiros por um longo período: ao menos formalmente, de 1500 a 1822 enquanto colônia de Portugal. Tal fato não deve ser tomado como um mero detalhe, pois, nas palavras de Celso Furtado (1991, p.93), o

“passivo colonial” herdado deixou um legado histórico com reflexos políticos, econômicos e sociais presentes até hoje na atualidade brasileira⁷⁶. Em todo caso, para nossos propósitos, 1808 parece ser a data apropriada.

De início, já nos chama a atenção como se dá o processo de “ganho” de autonomia pelo Brasil, como anteriormente mencionado. “Ocupado o reino português pelas tropas francesas, desapareceu o entreposto que representava Lisboa para o comércio da colônia, tornando-se indispensável o contato direto desta com mercados ainda acessíveis” (FURTADO, 1991, p. 93).

Ou seja, por conta de um fenômeno sistêmico - a disputa franco-britânica pela hegemonia do sistema-mundo capitalista, a Coroa Portuguesa se viu ameaçada e para preservar sua continuidade aceitou a sugestão e a proteção britânica para se transferir para o Brasil. Com isso, o “descobrimento” e processo de independência do Brasil seu deu intimamente ligado aos fatos históricos que ocorriam na economia-mundo capitalista, como aponta Vieira (2015):

...a ocupação portuguesa através da implantação de algumas etapas ou nódulos da cadeia mercantil do açúcar inseriu a terra de Santa Cruz no processo de formação da Economia-Mundo capitalista, a qual, portanto, se tornou a força motriz dos processos econômicos, políticos e sociais aqui desenvolvidos durante os três séculos de colonização. Ora, estes processos se desenvolviam em conexão/interdependência com aqueles que ocorriam em outras partes da Economia-Mundo, o que foi cristalizando a colônia portuguesa da América na posição de periferia da Economia-Mundo capitalista, tanto pela ausência de Estado, quanto porque esta região se especializou nos nódulos de produção primária e menos rentáveis das cadeias mercantis mundiais. Em torno a estes nódulos, durante o período colonial, foram se constituindo instituições, ideias, práticas, tecnologias, atividades econômicas (primário-exportadora), classes sociais (e as relações entre elas). Ao se reproduzirem por gerações e gerações estas ideias,

⁷⁶ Como classes sociais dominantes, desigualdades sociais e até mesmo exclusão étnica.

práticas, instituições, classes e a própria condição de periferia do sistema mundial se tornaram estruturas que condicionaram o processo de formação do Estado, iniciado em 1808 e acelerado com a independência formal em relação a Portugal em 1822 (p. 90).

Logo, pode-se afirmar que o Estado brasileiro “não é uma entidade ou instituição que se formou sem influências externas” (idem, p. 90), principalmente pelo fato das classes dominantes das cadeias mercantis que perpassavam o território brasileiro estarem situadas fora do país (sobretudo, inicialmente, na Inglaterra). Tais influências externas existiram durante o período colonial e também ao longo do século XIX, início da nossa análise temporal.

Como veremos, a “cristalização” de uma economia primário-exportadora, do ponto de vista das exportações, pode ser comprovada estatisticamente a partir de 1808, corroborando com a hipótese central desenvolvida nesse capítulo.

Assim, traçar um histórico das exportações brasileiras para o vasto período de 1808 a 2015 foi possível pela base de dados do MDIC. Por questões de espaço, optou-se por concentrar as exportações por média de décadas, ou seja, a média para o período entre 1808 e 1820, 1821 e 1830, 1831 e 1840, e assim sucessivamente. Primeiramente, analisaremos o período 1808 – 1950, período de amadurecimento, financeirização e declínio da hegemonia Britânica no sistema internacional.

A tabela 11 a seguir ilustra o comportamento das exportações brasileiras para o período de 1821 a 1950⁷⁷. Como ao longo de todo o século XIX as exportações brasileiras foram dominadas integralmente por commodities primárias, optou-se por calcular os percentuais por produto exportado. Sublinha-se como a cesta de exportações se concentraram em apenas 5 produtos (dos quais dois ainda permanecem na lista de principais produtos exportados): café, açúcar, algodão, peles e couros e borracha, exportados em sua forma mais bruta, ou seja, sem processamento ou agregação de valor.

⁷⁷ Ainda que a média dos anos de 1808 a 1820 não esteja presente na tabela (não foram encontrados percentuais para tal período), o MDIC aponta que os principais produtos exportados foram as mesmas commodities presentes por todo século XIX. Optou-se também pelo período 1821 -1950 por ser a maneira que o MDIC organizou os dados disponibilizados.

Tabela 11: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % – 1821 a 1950

	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Borracha	TOTAL
1821/30	18,63%	32,21%	19,96%	13,77%	0,06%	84,63%
1831/40	43,78%	24,02%	10,98%	7,92%	0,35%	87,05%
1841/50	41,29%	26,74%	7,47%	8,62%	0,39%	84,51%
1851/60	48,78%	21,18%	6,21%	7,24%	2,24%	85,65%
1861/70	45,25%	12,04%	18,37%	6,01%	3,18%	84,85%
1871/80	56,44%	11,87%	9,51%	5,52%	5,49%	88,83%
1881/90	61,70%	9,96%	4,24%	3,19%	7,69%	86,78%
1891/00	63,84%	5,66%	2,48%	2,48%	15,83%	90,29%
1901/10	51,46%	1,24%	2,12%	4,36%	27,94%	87,12%
1911/20	52,40%	3,19%	1,98%	6,41%	11,44%	75,42%
1921/30	69,56%	1,44%	2,41%	4,62%	2,50%	80,53%
1931/40	50,03%	0,49%	14,28%	4,39%	1,08%	70,27%
1941/50	46,11%	0,78%	11,35%	3,26%	0,97%	62,47%

Fonte e elaboração: MDIC e APEX.

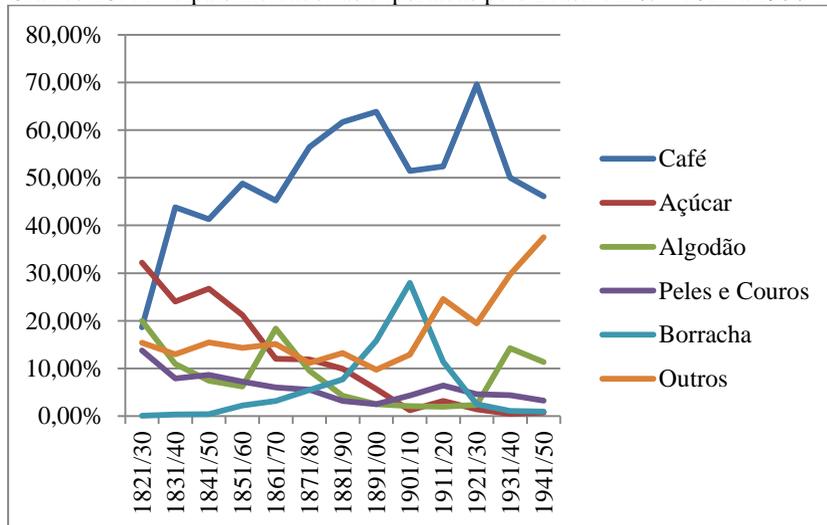
Como se vê, durante todo o século XIX, os produtos primários representaram mais de 85% (com exceção de 3 décadas) das exportações, chegando a 90% na última década do século. Para tal período, sobretudo até o final da década de 1890, o percentual restante para se completar 100% é dividido em metais preciosos, tabaco, fumo, arroz, mate, cacau e outras commodities agrícolas e minerais.

Diante destes números não parece apropriado classificar os produtos por nível de tecnologia, isso por dois motivos: 1) basicamente todos os produtos pertencerem à mesma categoria (produtos primários e, no máximo, processados baseados em recursos naturais); 2) no período abordado ainda não existiam as classificações de manufaturados de

média e alta tecnologia semelhantes às de hoje, por serem inovações de produção introduzidas a partir do século XX.

No gráfico 18, temos uma visualização mais clara em formato de linhas, com a inclusão da categoria “outros”.

Gráfico 18: Principais mercadorias exportadas pelo Brasil em % - 1821 a 1950.



Fonte: MDIC e APEX; Elaboração do autor.

No gráfico acima é possível notar que, com exceção do café, que se manteve acima dos 40% (e correspondia a mais da metade da produção mundial) ao longo de todo o período, ocorreram picos de rápida expansão e declínio de outras commodities. É o caso do açúcar na primeira década analisada, do algodão em 1861/70 e 1931/40 e da borracha em 1901/10. Na historiografia brasileira, tais picos são conhecidos como ciclos econômicos do Brasil.

Na primeira década, temos o arrefecimento das exportações do açúcar e do algodão. Enquanto o primeiro continuava seu longo declínio iniciado nas primeiras décadas do século XVIII, o segundo passou por uma rápida expansão nas décadas finais do século XVIII e iniciais do XIX devido à interrupção do fornecimento do algodão estadunidense, mas perdeu espaço quando esse fornecimento se normalizou. Por um motivo semelhante, o dismantelamento da produção haitiana, o café começou a ser exportado. Além de capacidade empresarial, o Brasil dispunha de abundantes recursos naturais e humanos, estes últimos

fornecidos pelo comércio de escravos, embora este começasse a ser ameaçado pela Inglaterra já na década de 1830.

Em seguida, em 1861/70 e 1931/40, temos a expansão do algodão, fato esse diretamente relacionado à demanda internacional por essa matéria-prima, principalmente por conta dos países europeus que experimentavam elevado crescimento populacional e expansão da indústria manufatureira têxtil no século XIX, e turbulências políticas e econômicas no início do século XX (Segunda Guerra Mundial).

Na sequência, é destacado o ciclo da borracha do início do século XX, igualmente atrelado às pressões de demanda internacional por tal commodity, principalmente pelo impulso advindo da Revolução Industrial Inglesa, sedenta por mais matéria prima para a fabricação de produtos.

Por último, passa a ganhar proeminência os produtos da categoria “outros”, sobretudo a partir da década de 1930, quando o Brasil passa pelos primeiros projetos embrionários de industrialização e diversificação das exportações. Logo, a partir da década de 1940, com tal categoria já ocupando aproximadamente 40% da pauta de exportação, faz-se necessária a análise em detalhes dessa nova gama de produtos presentes no comércio exterior brasileiro, análise que será realizada na sequência.

Com efeito, é necessário chamar a atenção para o fato de tais picos de exportação terem sido provocados por processos sistêmicos ocorridos na economia-mundo capitalista. Pressões advindas do sistema mundial, sobretudo das nações Centrais, reforçaram o perfil primário-exportador apresentado pelo Brasil, bem como na configuração da cesta de produtos exportados e quais seriam os prioritários.

Destacando os interesses em torno do setor cafeeiro, o principal produto exportado pelo país no século XIX, Vieira (2015) mostra a atuação da economia-mundo no Brasil:

A partir de 1830, o Estado, as atividades econômicas, as classes (e as relações entre elas) foram mudando em função dos interesses cafeeiros, que estavam espalhados por três continentes: Europa, EUA e o Brasil, onde se localizam alguns nódulos da cadeia mercantil mundial do café. Em outras palavras, os interesses dos consumidores (EUA), dos financiadores e comerciantes (Inglaterra), fornecedores de equipamentos (EUA/Inglaterra) e também dos cafeicultores (Brasil) se entrelaçavam para: 1) no

Brasil, consolidar a economia agroexportadora, moldar as classes sociais, o Estado e suas políticas, e ainda a própria adaptação da sociedade brasileira aos padrões emanados do centro da Economia-Mundo, mais especificamente da potência hegemônica, a Inglaterra; 2) nos outros Estados, criar hábitos de consumo e contribuir para desenvolver a indústria (máquinas e equipamentos para o processamento de café, locomotivas e ferrovias, etc.) e as instituições financeiras (p. 91).

Internamente, estes processos foram respondidos por uma elite latifundiária também de origem europeia, que se utilizou, em grande parte do período, da exploração de outros seres humanos advindos de regiões periféricas do sistema-mundo. Ou seja, a estratificação internacional das nações e a DIT se refletiam nas relações sociais encontradas no interior do Brasil, com homens brancos europeus dominando homens negros da África. E tal processo se deu por um extenso período de tempo, antecedendo em muito – precisamente em três séculos - o marco zero do comércio exterior aqui adotado. Sob a ótica de Braudel, tal configuração de exploração do trabalho e da terra que perdurou por séculos (tempo estrutural), é a base da estrutura econômica brasileira⁷⁸, que, como argumentamos, apresenta sinais de continuidade contemporaneamente.

Dentre os fatos sistêmicos ocorridos, destacamos a mencionada expansão populacional urbana na Europa (principalmente devido a maior oferta de alimentos com a introdução da agricultura mecanizada, inovações na medicina e a revolução industrial), e a disputa pela hegemonia mundial caracterizada pelas duas guerras mundiais do século XX, que acabou por deslocar a órbita das relações internacionais para os EUA, que substituiu a Inglaterra como principal parceiro econômico, conforme Garcia (2002):

O dinamismo econômico experimentado pelos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial foi, também, particularmente visível na recém-adquirida projeção comercial norte-americana em direção à América do Sul, incluindo

⁷⁸ Além, claro, das estruturas sociais e políticas, que se expressam nas realidades brasileiras de violência, racismo, pobreza, entre outros aspectos.

o Brasil. Em 1916, os Estados Unidos haviam ocupado, pela primeira vez, o lugar de maior fornecedor das importações brasileiras, uma posição historicamente ocupada pela Grã-Bretanha. Exceto por dois anos no pós-guerra, em 1922 e 1923, quando a Grã-Bretanha voltaria a ocupar por pequena margem de diferença o posto de maior fornecedor de importações para o país, os Estados Unidos tornam-se o maior parceiro comercial do Brasil desde então (p. 50)⁷⁹.

Logo, o local esteve intimamente ligado ao sistêmico.

Na sequência, trazendo a análise para a segunda metade do século XX em diante, a tabela 12 mostra os dados dos principais produtos exportados pelo Brasil no período de 1950 a 2010 em percentuais.

Tabela 12: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % do Valor Total Exportado – 1951 a 2015

	1951/ 60	1961/ 70	1971/ 80	1981/ 90	1991/ 00	2001/ 10	2011/ 15
Café	60%	44%	16%	7,56%	4,27%	2,41%	2,86%
Açúcar e álcool	2%	4,6%	6,81%	2,12%	3,23%	4,86%	5,53%
Algodão	8,67%	7,44%	2,33%	1,3%	0,16%	0,11%	0,07%
Produtos Metalur.	0,05%	4,44%	4,28%	14%	13,7%	9,4%	6,4%
Químicos	0,28%	1,03%	2,3%	5,78%	7%	6,56%	6,4%
Papel e Celulose	0%	0,17%	1,45%	3,11%	4,34%	3,17%	3,1%
Mat.	0,10%	0,52%	5,83%	7,9%	10,1%	12,5%	10,8%
Transp. Máqs. e equip.	0,16%	1,67%	7,19%	9,3%	12%	9,74%	5,8%
Petróleo e comb.	0,53%	0,36%	1,75%	4,27%	1,1%	8,61%	10,9%
Carnes	0,69%	1,72%	1,48%	1,95%	2,5%	6,3%	6,75%

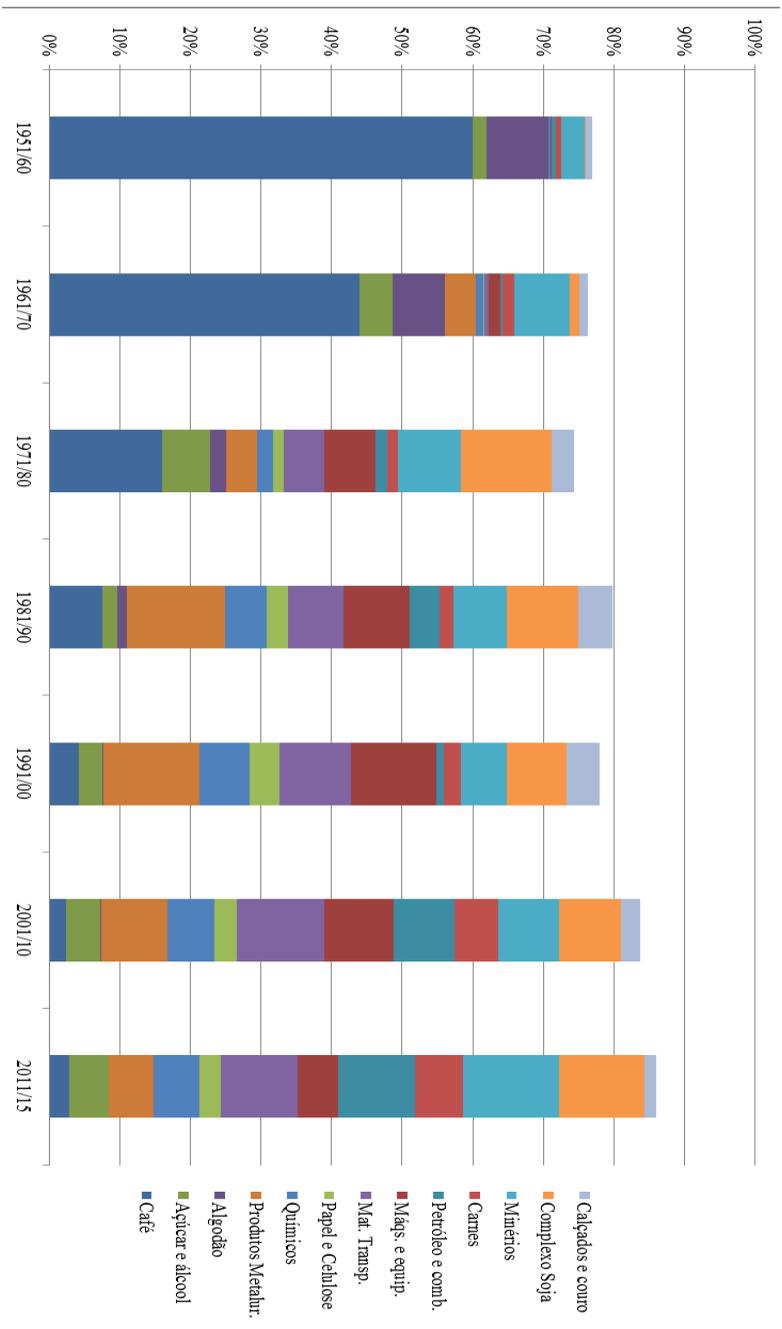
⁷⁹ Quadro transformado em 2009, com a China ocupando o posto de principal parceiro comercial desde então.

Minérios	3,34%	7,86%	8,87%	7,48%	6,4%	8,6%	13,6%
Complexo Soja	0,18%	1,30%	12,9%	10,24%	8,5%	8,8%	12,1%
Calçados e couro	0,92%	1,29%	3,13%	4,86%	4,7%	2,7%	1,62%
Soma dos Principais	77%	76,5%	73,6%	80%	78%	83%	86%
Outros	23%	23,5%	26,4%	20%	22%	17%	14%
TOTAL	100%						

Fonte: MDIC e APEX; Elaboração do autor.

Para a elaboração da tabela 12, foram somados os valores de todas as exportações por década, e para se estabelecer o percentual, foram somados os valores das exportações de cada produto por década, realizando em seguida a relação de porcentagem. Assim, se, por exemplo, no período 1951/60 o total das exportações é igual a 100 milhões de dólares, e o de café é igual a 60 milhões de dólares, o valor para as saídas de café no período é de 60%. Essa tabela é sintetizada no gráfico 19 a seguir, com uma visualização mais clara da movimentação de produtos exportados.

Gráfico 19: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % do Valor Total Exportado – 1951 a 2015



Fonte: MDIC e APEX. Elaboração do autor.

Ainda predominando como principal produto exportado pelo Brasil até a década de 1970, é notável a queda histórica observada nos percentuais do café a partir de 1960, embora os volumes absolutos tenham continuado a crescer. Na década 1950, ainda que timidamente, o espectro de produtos exportados começa a apresentar diversidade, com novos grupos de produtos entrando na cesta de comércio exterior brasileiro. Porém, café, algodão e açúcar compõem majoritariamente as saídas observadas para essa década inicial, com 70% do total.

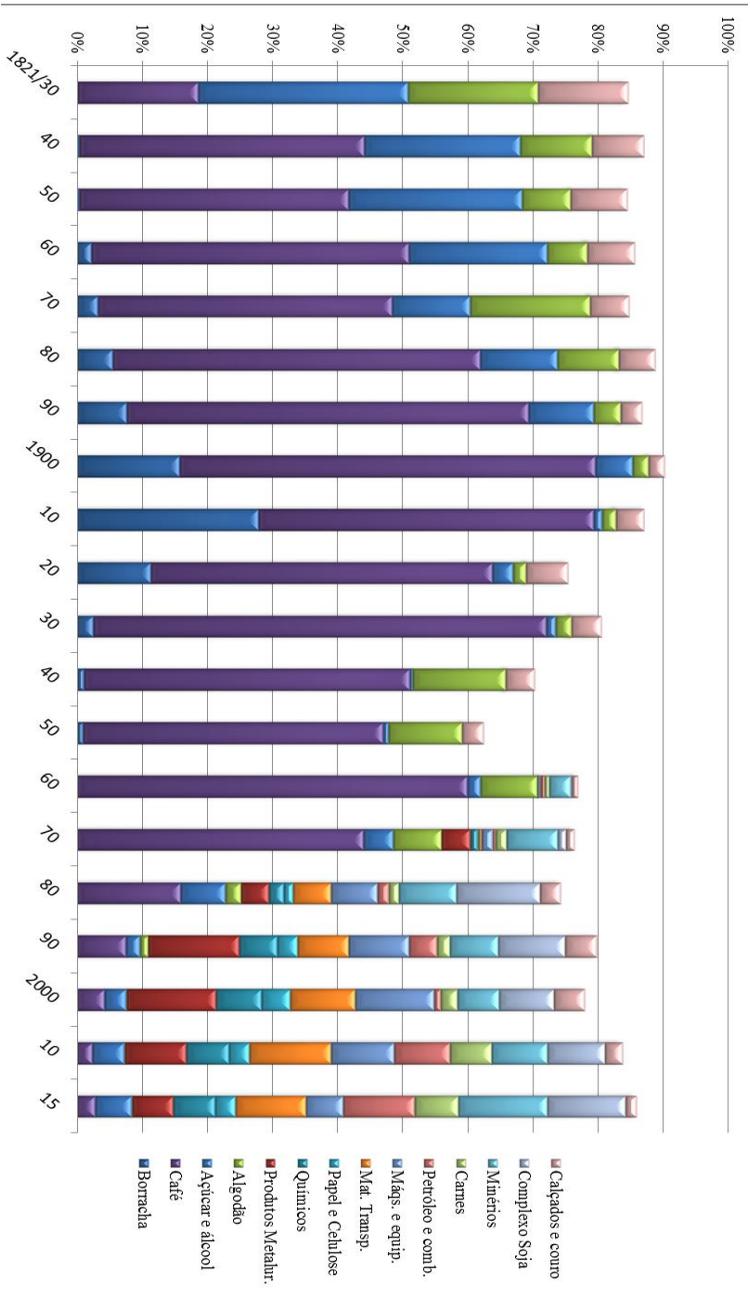
A partir da década de 1960, esse cenário começa a se transformar, com a inclusão de uma série de categorias de produtos que antes não eram observadas na pauta de exportação do país, com destaque para os produtos metalúrgicos, químicos, máquinas e equipamentos, carnes, o complexo da soja e calçados e couros, os quais apresentaram, pela primeira vez na história, percentuais acima de 1%. O destaque ainda permanece com o café, compondo 44% do total exportado.

A década de 1970 também é marcada pela inclusão de novos clusters de produtos que ultrapassam a faixa percentual de 1%, a saber: papel e celulose, materiais de transporte, e complexo do petróleo e combinados. Além disso, houve crescimento percentual de todas as categorias, com a exceção do algodão, carnes e café, este último caindo abruptamente para 16%, mas ainda assim, continuando a principal commodity exportada. O destaque fica para a performance do setor de materiais de transporte - com crescimento de 11 vezes em relação à década anterior - máquinas e equipamentos (crescimento de 4 vezes) e do complexo da soja, que além de crescer aproximadamente 1000%, se consolida como uma commodity agrícola de relevância permanente.

Avançando para as décadas de 1980 e 1990, chega-se ao momento da inversão histórica, com o setor manufaturado tornando-se o principal fornecedor das exportações brasileiras. Com 14% do total, os produtos metalúrgicos foram os responsáveis pela maior parcela das saídas brasileiras. Em seguida vem o complexo da soja (10%), e máquinas e equipamentos (9%). Pela primeira vez desde a década de 1830, o café deixa de ser o principal produto, caindo para 7,5%, o que é menos da metade da década anterior.

As décadas de 1990 e 2000 também são marcadas pelo predomínio dos setores de manufaturados, com Produtos Metalúrgicos, Máquinas e equipamentos e Materiais de Transporte apresentando os três maiores percentuais. Entretanto, esse quadro se transforma já na década seguinte, pois entre 2011 e 2015 minérios, o complexo da soja e o setor petrolífero passam a serem os três principais clusters de produtos vendidos pelo Brasil. Apresenta-se a seguir o período de 1821 a 2015.

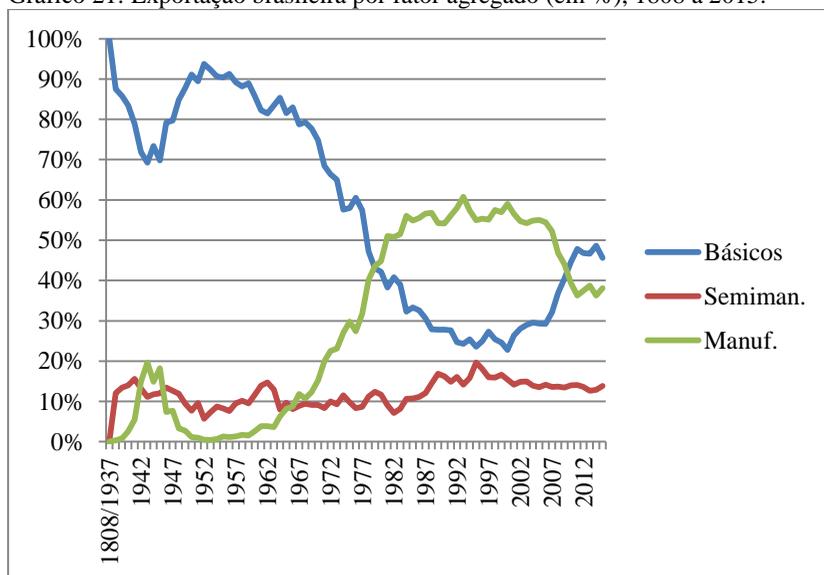
Gráfico 20: Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % – 1821 a 2015



Fonte: MDIC e APEX. Elaboração do autor.

Observa-se que do século XX em diante, mais precisamente a partir da década de 1930, torna-se possível utilizar a classificação de produtos por intensidade tecnológica. Como foi adiantado, optamos pela divisão entre bens manufaturados, semimanufaturados e primários, tendo em vista que ao longo do século XX novos paradigmas de produção e tecnologia foram introduzidos na economia internacional, fazendo com que um produto classificado como “alta tecnologia” na década de 1940, na atualidade não se enquadrasse mais em tal categoria. Com efeito, o gráfico 21⁸⁰ apresenta a síntese do comércio exterior brasileiro do ponto de vista das exportações para todo o período de 1808 a 2015, sendo uma extensão do gráfico 11 apresentado no capítulo 2, ao qual foram adicionados os dados anteriores ao ano de 1964.

Gráfico 21: Exportação brasileira por fator agregado (em %), 1808 a 2015.



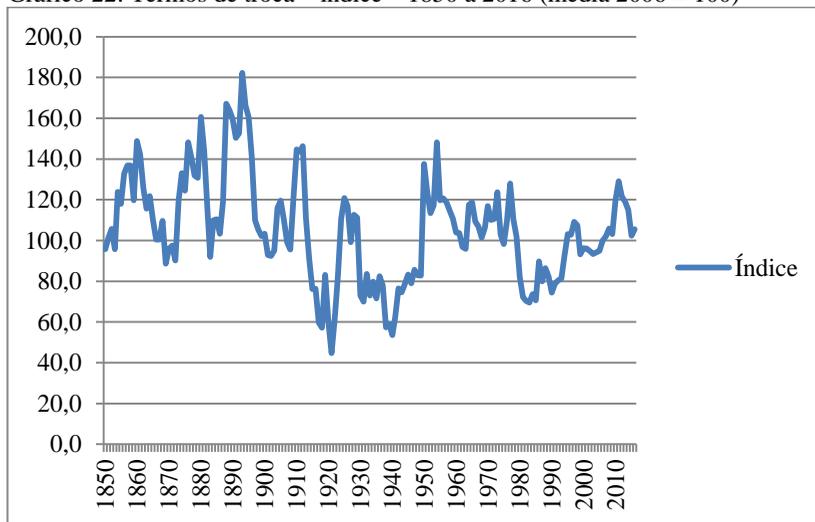
Fonte: MDIC e SECEX. Elaboração do autor.

A análise de dados de longa duração nos permite uma nova compreensão da reprimarização. Compilando o índice dos termos de troca do comércio exterior brasileiro para o período de 1850 a 2016,

⁸⁰ O primeiro marco temporal do gráfico se refere a todo o período de 1808 a 1937, por conta das exportações terem sido praticamente 100% compostas por produtos básicos.

temos o gráfico 22, que demonstra como a variação de preços e picos de altas e valorização dos termos são recorrentes na história brasileira, estando a mais valorização intimamente ligada com a reprimarização das exportações⁸¹.

Gráfico 22: Termos de troca – índice – 1850 a 2016 (média 2006 = 100)



Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Analisando-se o gráfico 21, temos que a composição das exportações brasileiras manteve-se estática ao longo de mais de um século (composta exclusivamente de produtos básicos), e experimentaram acentuada transformação do ponto de vista da intensidade tecnológica a partir da segunda metade do século XX, de modo que é possível observar um intervalo de 31 anos (1979 – 2009) com produtos manufaturados ocupando a parcela majoritária da cesta de exportações. Entretanto, de 2009 em diante, a composição retorna ao padrão histórico de produtos básicos compondo a maior parte dos produtos comercializados pelo Brasil ao exterior.

⁸¹ A variável preço se apresenta como uma determinante importante para o acirramento do processo de reprimarização das exportações brasileiras. Com isso, aponta-se para a necessidade de estudos que analisem o comportamento dos preços das principais commodities exportadas pelo Brasil, a fim de identificar se o aumento do preço teve maior peso do que o aumento da demanda internacional.

Portanto, dos 208 anos de comércio exterior, 177 anos foram de exportações majoritariamente primárias e por 31 anos as exportações classificadas como manufaturadas apresentaram os maiores percentuais. Na perspectiva braudeliana, tem-se uma história estrutural de predominância de exportações primárias e uma história conjuntural de predomínio dos manufaturados. Essa diferença temporal deve ser levada em conta porque em 177 anos foram criados interesses, classes sociais, instituições e inclusive, conhecimentos, técnicas e mentalidades, que se difundiram por toda a sociedade, sendo, portanto, mais capazes de continuar se desenvolvendo, o que também tem sido facilitado pelas vantagens comparativas naturais. Já os 31 anos podem não ser suficientes para que o mesmo acontecesse com os manufaturados.

Com o intuito de fundamentar mais objetivamente esta continuidade, vamos calcular o coeficiente de Gini-Hirschman para as exportações brasileiras.

O coeficiente de Gini-Hirschman para se medir o grau de concentração das exportações é expresso pela seguinte equação (LOVE, 1979, apud SILVA E MONTALVÁN, 2008, p. 553 e 554):

$$ICP = \sqrt{\sum_i \left[\frac{X_{ij}}{X_j} \right]^2}$$

Onde:

ICP = Índice de Concentração por Produtos

X_{ij} = Exportações do bem i pelo país j

X_j = Exportações totais do país j

Silva e Montalván (2008) destacam que “o valor desse índice está definido no intervalo entre 0 e 1. Quando um país apresenta índice ICP elevado significa que este tem as suas exportações concentradas em poucos produtos”. Em contrapartida, “um índice ICP baixo reflete maior diversificação de produtos na pauta das exportações. Nesse caso, argumenta-se que o país terá uma maior estabilidade nas receitas cambiais” (p. 554). Love (1979) também aponta que “uma pauta de exportações mais diversificadas pode significar também indício de trocas mais estáveis”⁸² (SILVA E MONTALVÁN, 2008, p. 554).

⁸² No mesmo estudo, Silva e Montalván utilizam o coeficiente de Gini-Hirschman para avaliar o Índice de Concentração por países de Destino (ICD) potiguar, e apontam: “Um índice de ICD alto significa que um número pequeno de países tem uma importância muito grande na pauta das exportações desse

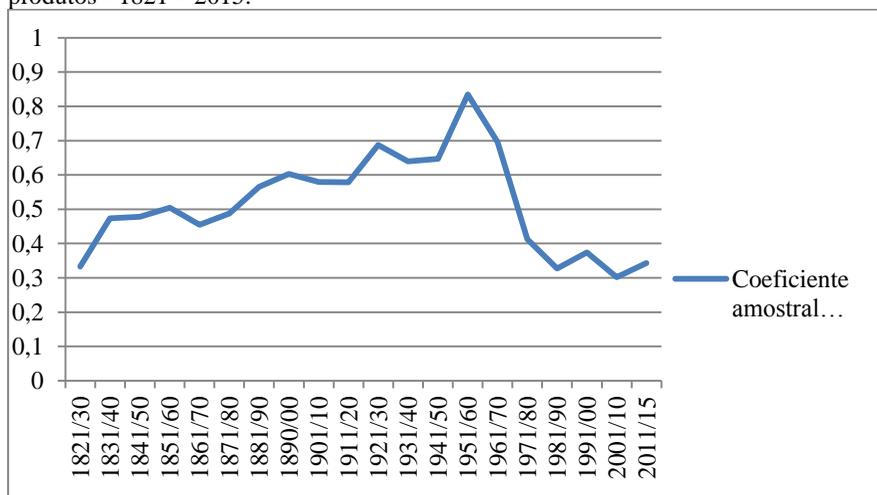
Conforme indicado por Benetti (2006), que calculou o grau de concentração das exportações brasileiras no período 1989 – 2005, o Brasil possui um elevado grau de concentração. “Calculando o Coeficiente de Gini para a pauta de exportações do País em anos selecionados (1989, 1994, 1999, 2004 e 2005)”, este autor identifica uma “estabilidade desse indicador, que se posiciona em níveis muito altos, em valores próximos a 0,9” (p. 84). Os dados apontam que “em 1989, o Coeficiente de Gini era de 0,9163, passando para 0,9102 em 1994, 0,9079 em 1999, o valor mais baixo do período, e chegando a 0,9150 em 2005” (p. 84).

Em 2005, 5% dos produtos exportados pelo Brasil (362 itens de uma lista de 7.243) detinham 85,15% do valor total exportado, e os demais 95% participavam com apenas 14,85% desse agregado. Se, em lugar dos 5% de produtos mais importantes no valor da pauta nesse ano, se considerarem apenas os que formam 1%, a concentração é ainda mais impressionante. Tem-se, então, que 37 itens do total mencionado de 7.243 representaram cerca de metade do valor total das exportações brasileiras. E, mais importante ainda, dos 37 produtos que alavancaram mais de 50% do valor das exportações, cerca de metade — 20 produtos — constituíam commodities associadas a algumas poucas cadeias agrícolas e minerais. E tais commodities representavam 33% do valor total das exportações em 2005. Quer dizer, 20 commodities formavam praticamente um terço das exportações brasileiras. Abrindo a lista dessas 20 mercadorias, constata-se estarem elas relacionadas a nove cadeias: sete mostram-se vinculadas a produtos agropecuários e minerais (soja, minério de ferro, café, açúcar e álcool, carnes, fumo e suco de laranja), e as outras duas, ao petróleo e ao alumínio (BENETTI, 2006, p. 84).

país. [...] um ICD baixo reflete uma participação mais equilibrada nos diversos mercados. Em tal circunstância, o país estará menos sujeito às flutuações na receita de suas exportações. [...], pode-se afirmar que uma concentração alta significa, para uma determinada economia ou região, uma vulnerabilidade maior a choques de demanda. Assim, um baixo nível de concentração dos destinos de suas exportações parece ser desejável para uma determinada economia ou região” (p. 554).

Aplicando-se o coeficiente de Gini-Hirschman para os dados anteriormente tabulados, ou seja, para as médias de exportações por década, temos o seguinte resultado⁸³:

Gráfico 23: Coeficiente de Gini para as exportações brasileiras por grupo de produtos - 1821 – 2015.



Fonte: MDIC e APEX. Elaboração do autor.

Por terem sido levadas em conta apenas as porcentagens dos principais produtos e/ou grupos de produtos, o gráfico acima acaba distorcendo a realidade da concentração das exportações brasileiras, passando a falsa impressão de terem sido historicamente distribuídas de maneira equilibrada entre todas as commodities exportadas. De fato, utilizando-se a classificação proposta por Câmara (1949, apud SOARES ET AL, 2014)⁸⁴, teríamos que, ao longo de todo o período analisado, o

⁸³ Os dados foram calculados pelo software livre Greatl. De 1821 a 1950, a quantidade de amostras foi de 5; para a década 1951/60, de 12; e para o período restante, de 1961 a 2015, foi de 13 amostras. Ou seja, foram contabilizadas apenas as commodities efetivamente exportadas, e que possuíram maior relevância na cesta de exportações, não abrangendo o universo total de exportações.

⁸⁴ Câmara (1949; APUD SOARES et al, 2014) propôs a seguinte classificação para interpretação do coeficiente de Gini: 0,101 a 0,250 desigualdade nula a

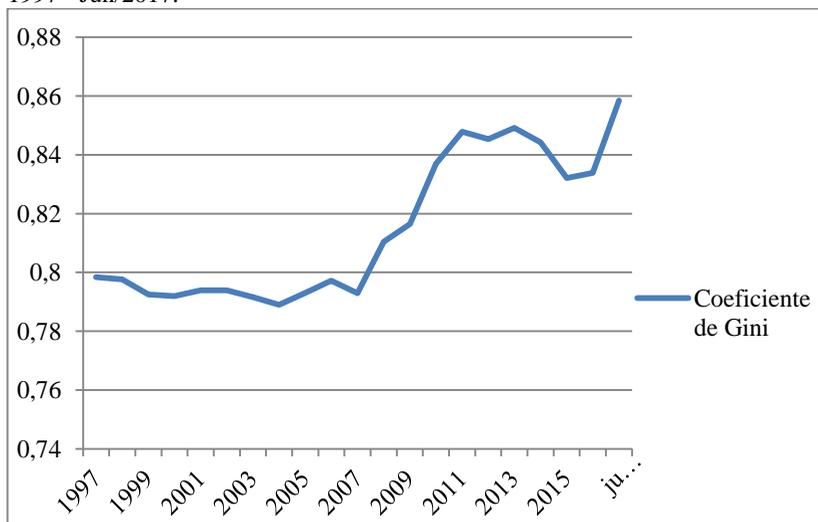
Brasil apresentou uma desigualdade fraca a média nas exportações (ou seja, uma concentração das exportações em poucas commodities) em 10 décadas, média a forte em 9 décadas e apenas uma ocorrência de concentração forte a muito forte (década de 1950).

Essa distorção se dá pela ausência de dados mais precisos para um período extenso de tempo, que percorre mais de dois séculos. Para que tivéssemos a precisão desejada, seria necessário conhecer todas as mercadorias já exportadas pelo Brasil, e não apenas os grandes clusters de produtos.

Considerando o fato de que o universo total de amostras não se restringe a apenas cinco ou 13 grupos de produtos, não é exagerado afirmar que era elevado grau de desigualdade nas exportações brasileiras.

A precisão de dados foi conseguida para o período de 1997 a junho de 2017, quando, numa amostragem total de 415 commodities exportadas pelo Brasil, obtivemos um grau de concentração forte a muito forte por todo o período, com aumento nos anos mais recentes, conforme apontado no gráfico 24.

Gráfico 24: Coeficiente de Gini para as exportações brasileiras por produtos - 1997 - Jun/2017.



Fonte: MDIC e Secex. Elaboração do autor.

fraca; 0,251 a 0,500 fraca a média; 0,501 a 0,700 média a forte; 0,701 a 0,900 forte a muito forte; 0,901 a 1,000 muito forte a absoluta.

Com dados mais precisos, o grau de fidelidade à realidade é muito superior, onde é possível se destacar a crônica desigualdade na pauta de exportação brasileira (desigualdade forte a muito forte)⁸⁵, semelhante aos valores antes referenciados por Benetti (2006). Com isso, temos a formação de uma estrutura história de longa duração de desigualdade nas exportações brasileiras, fato esse intimamente conectado ao papel historicamente ocupado pelo Brasil na DIT.

Deve ser observado que outros analistas argumentam que, ao contrário, o Brasil e a América Latina como um todo vêm experimentando uma tendência secular de diversificação e transformação estrutural das exportações. Piñeres e Ferrantino (1997), ao escreverem na década de 1990, no contexto do otimismo generalizado provocado pelo desempenho acima da média mundial das exportações dos países latino-americanos no início da década de 1990 (semelhante, portanto, ao desempenho recente do boom das commodities), indicam a existência de tal tendência para o período de 1963 a 1993. Na época, como os próprios autores sublinharam, tal otimismo contrastava com a clássica ideia de “armadilha dos produtos primários”, amplamente difundida por autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado. Dizem eles:

“This renewal of export optimism contrasts sharply with an earlier, widely held view that immersion in international trade could hinder Latin American development by inducing a “primary product trap.” Countries exporting such products as coffee, copper, beef, or bananas were bound to fare poorly in international markets either because of a secular decline in the prices of primary products (e.g., PREBISCH, 1950), because of “unequal exchange” between primary products and manufactures (e.g., AMIN, 1977), or because lack of diversification would expose “single-export” countries to excessive volatility in the terms of trade, with associated negative effects on investment confidence (HELLEINER, 1986). Consequently, schemes of import-substituting

⁸⁵ Fosse a base de dados histórica do MDIC fidedignas assim como os dados mais recentes, todos os indícios apontam para elevada concentração das exportações brasileiras por toda a história do comércio exterior brasileiro.

industrialization were advocated.” (PIÑERES E FERRANTINO, 1997, p. 466)

Desde o início dos processos de independência no início do século XIX até o final deste mesmo século, os países Latino-americanos foram de economias abertas e liberais. O elevado grau de abertura, fez com que tais economias fossem extremamente afetadas com movimentações ocorridas na economia internacional, sobretudo a crise mundial de 1929, originada nos EUA.

Assim, após o trauma sofrido na primeira metade do século XX, tais países, acompanhando o *keynesianismo* da hegemonia norte-americana, passaram a experimentar políticas protecionistas e a fomentarem políticas de substituição de importações como estratégia principal de industrialização e desenvolvimento. Em alguns casos, como no Brasil, o sucesso obtido nessa estratégia permitiu diversificar as exportações que passaram a incluir produtos manufaturados.

Os choques econômicos sofridos no final da década de 1970 e início de 1980, principalmente oriundos dos choques de petróleo, fizeram com que tais países revissem suas estratégias protecionistas, e passassem a retornar a um padrão de comércio liberalizado, o que não interrompeu o esforço de diversificação das exportações⁸⁶.

Adaptando o índice Herfindahl-Hirschmann de concentração industrial para analisar a concentração das exportações da amostragem de países selecionados⁸⁷ no período 1963 - 1993, Piñeres e Ferrantino (1997, p. 469) chegaram à conclusão de que Chile, Brasil e Colômbia apresentaram tendências seculares de diversificação das exportações, e que na América Latina esta tendência “ é, de fato, um fenômeno de longa duração”⁸⁸.

Além de calcularem o grau de especialização das exportações, Piñeres e Ferrantino (1997) também analisam o grau de transformação estrutural das exportações da amostra de países selecionados, e destacam:

⁸⁶ “While overall policy has shifted from one of liberalism in pre WWI years to a more inward looking policy and, more recently, to trade liberalization, long-run trends have tended toward export diversification regardless of the policy stance” (PIÑERES E FERRANTINO, 1997, p. 468).

⁸⁷ No estudo são analisados: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela.

⁸⁸ Tradução livre do trecho: “...the trend toward export diversification in Latin America is indeed a long-run phenomenon”. (PIÑERES E FERRANTINO, 1997, p. 469).

Inspection of the results, country-by-country, reveal some acceleration in medium-run structural transformation for each of the six countries over the relevant period, with some variations in timing. This suggests that the overall acceleration in structural transformation of exports was indeed related to the debt crisis (p. 473).

Ou seja, as tendências de diversificação não foram locais, e sim sistêmicas, sendo experimentadas por todos os países da região. Trata-se de um processo estrutural do ponto de vista da abrangência do espaço-tempo. Da mesma maneira, podemos apontar para a tendência sistêmica atual dos países latino-americanos no sentido da reprimarização.

Os dois autores concluem a argumentação identificando a consolidação de uma pauta de exportações diversificadas na maior parte dos países analisados (com exceção da Venezuela), cada qual com suas especificidades, independente das mudanças de orientação das políticas comerciais adotadas.

Investors often make much of political risk in the Latin American context. Our principal finding is that a principal source of economic risk for these economies, namely excessive export specialization, has tended to steadily decline even though political regimes and economic policies have frequently shifted. Increasing export diversification enhances the prospects of exchange rate stability and reduces the likelihood of a sudden renewal of region wide debt crises triggered by movements in commodity markets. This source of risk reduction appears to be a long-run feature of economic development in the region and is fairly widespread across countries. Our results suggest that country risk analysis should place relatively greater weight on economic fundamentals and relatively less weight on political shifts in the region (Idem, p. 476).

Ou seja, apontam que as “mudanças políticas” na região não são o principal fator a ser levado em conta nas análises de riscos de investidores, mas sim os “fundamentos econômicos”. Na perspectiva das Análises dos Sistemas-Mundo, isso indica em realidade o grau de fragilidade dessas nações periféricas, isto é, por mais que ocorram

transformações nas políticas públicas adotadas, sejam essas deliberadamente protecionistas ou liberais, o resultado final não dependerá das ações tomadas por esses Estados, mas sim dos movimentos advindos da economia-mundo capitalista⁸⁹.

Isso acaba por reforçar o argumento de que o padrão de inserção internacional do Brasil (e América Latina como um todo) no comércio internacional está diretamente relacionado com a DIT, que, na atual fase de globalização, tem como centro financeiro os EUA e centro dinâmico de produção o Leste Asiático. Claro que há mudança na DIT, como bem destacaram Piñeres e Ferrantino (1997) em relação às exportações de países Latino-Americanos. Entretanto, questiona-se a medida dessa mudança. Ou seja, há uma diversificação das exportações com a inclusão de manufaturados, mas qual o grau de sofisticação tecnológica desses manufaturados? Comparada com a pauta de exportações anterior da América Latina pode haver avanço, mas com o resto mundo, o avanço continuará?

Do ponto de vista sistêmico, concordamos com a conclusão de Piñeres e Ferrantino (1997) ao se analisar os movimentos de comércio exterior dos países latino-americanos como um processo global, e não apenas local ou restrito a um caso isolado. Entretanto, o que tais autores consideram como “longa duração” (período de 30 anos), em realidade se enquadraria em uma curta conjuntura dentro da tradição braudeliana de análise da história.

Parece-nos que a questão a ser levantada diz respeito ao controle do excedente gerado nas cadeias de mercadorias⁹⁰, independente da classe da mercadoria (manufaturados ou primários⁹¹), uma vez que não existe uma relação causal obrigatória entre exportação de bens manufaturados e desenvolvimento econômico (ARRIGHI, 1997). Como sublinha Arrighi (1997), “nenhuma atividade específica (quer definida em termos de sua produção ou da técnica usada) é inerentemente típica

⁸⁹ Nesse caso, para Piñeres e Ferrantino (1997), uma tendência de “longo prazo” de diversificação das exportações.

⁹⁰ “Tome-se um item de consumo final e remonte-se à origem do conjunto de insumos que culminou no item – as transformações anteriores, as matérias-primas, os mecanismos de transporte, o insumo de mão-de-obra em cada um dos processos materiais, os insumos de alimentação na mão-de-obra. A esse conjunto interligado de processos chamamos de uma cadeia de mercadorias” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 128, apud Arrighi, 1997, p. 145).

⁹¹ Isso é reforçado pelo fato de atualmente a exploração de commodities primárias hoje também envolver atividades de ciência, tecnologia e inovação e uso intensivo de capital.

do núcleo orgânico ou típica da periferia” (p. 147). Além disso, “uma atividade pode se tornar, em um dado momento no tempo, típica do núcleo orgânico ou típica da periferia, mas cada uma tem aquela característica por um período limitado” (idem, p. 147). É o caso observado na indústria têxtil, por exemplo, que historicamente já foi uma atividade típica do centro (núcleo orgânico) capitalista, como na Inglaterra. Em suma, pertencer ou não ao núcleo orgânico não é determinado pela mercadoria ou mesmo pela fase de sua produção em si, mas sim pela rentabilidade dessa mercadoria ou da etapa de sua produção que esteja sendo considerada:

As atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente (ARRIGHI, 1997, p. 140).

No caso brasileiro, vemos o típico caso de uma semiperiferia, ou seja, de “uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas”.

Exatamente devido a essa combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e atividades periféricas, desenvolvidas dentro de suas fronteiras, supõe-se que os Estados semiperiféricos têm o poder de resistir à periferização, embora não tenham o poder suficiente para superá-la completamente e passar a fazer parte do núcleo orgânico (idem, p. 140).

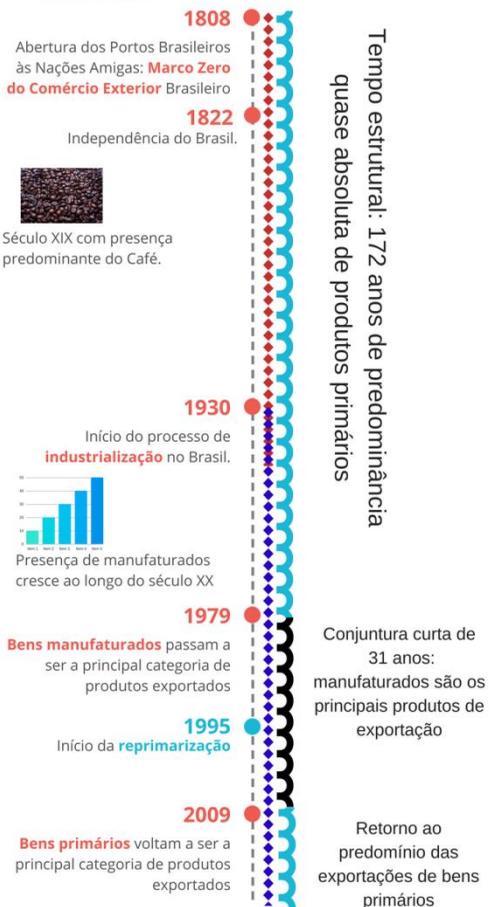
Trata-se exatamente da situação estrutural na qual se inserem a economia e o Estado brasileiros e que fazem com que as iniciativas políticas e econômicas deste último se mostrem incapazes de transformar a pauta de exportação e resistir aos constrangimentos externos da economia internacional, mas capazes de obter sucesso no fomento à exportação, sobretudo para países periféricos, ou seja, localizados mais abaixo na hierarquia mundial do poder e da riqueza.

Exemplo prático disso é sobre como o Brasil possui maior poder de barganha ao se relacionar com países sul-americanos e da África subsaariana, seja do ponto de vista político-diplomático, seja do ponto de vista econômico. Essa mesma vantagem ou superioridade não ocorre

nas relações com nações do centro da economia-mundo capitalista (EUA, Europa Ocidental e algumas nações do Leste Asiático como Japão e atualmente China).

Ilustrando o conteúdo desse capítulo, o infográfico a seguir sintetiza, dentro da longa duração de 208 anos de comércio exterior, os padrões encontrados nas exportações do Brasil.

INFOGRÁFICO 1: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1808 - 2015



Legenda:

-  Hegemonia Britânica
-  Hegemonia Estadunidense
-  Preponderância de Bens Primários
-  Preponderância de Bens Manufaturados

Fonte: MDIC. Formulação Própria

Do infográfico acima, é possível extrairmos algumas conclusões acerca do comércio exterior brasileiro. Do ponto de vista da constante permanência e importância dos produtos primários na cesta de exportações, pode-se afirmar que, na longa duração, agentes político-econômicos consolidaram-se atrelados às atividades de comércio internacional de commodities; ou seja, formaram-se grandes *players* e acumuladores de capitais essencialmente ligados à exploração e comercialização de commodities agrícolas e minerais. Isso não apenas moldou as relações de trocas comerciais entre o Brasil e o mundo, mas também a sociabilidade entre agentes públicos e privados nacionais, determinando questões como a empregabilidade, formas de trabalho, grau de urbanização (pessoas majoritariamente localizadas no campo ou na cidade), entre outros aspectos.

Com isso, o passado colonial brasileiro de quase 3 séculos (1530 – 1822) somado com mais décadas, como país independente (1822 – 1930), de uma economia exclusivamente ancorada em atividades relacionadas à exploração e exportação de commodities consolidou

[...] a economia primário-exportadora intensiva em recursos naturais e humanos que deu origem a: (1) um tipo de empresário capitalista avesso à inovação que podia aumentar lucros porque contava com o apoio do Estado (isenções fiscais, empréstimos, política econômica, repressão aos trabalhadores, etc.) e com baixos custos salariais devidos principalmente à grande oferta de mão-de-obra; (2) um Estado periférico, que para contar com os recursos fiscais gerados pela exportação, apoiava as demandas dos exportadores, as quais se reduziam à oferta de mão-de-obra, infraestrutura para exportação e mercados (externos). Este Estado, periférico, não nos esqueçamos, não tinha qualquer interesse em desenvolver capacidades tecnológicas que implicassem a) possíveis conflitos com os países importadores dos produtos primários e fornecedores de manufaturados, como poderia ocorrer se exigisse deles transferência de tecnologia, e/ou b) mudanças nas condições de vida do povo, como escola, serviços de saúde, etc. Note-se que um Estado deste tipo não considera ascender no subsistema interestatal, e por este lado, que dizer, pelo lado do conflito inter-estatal, também não haverá estímulo ao desenvolvimento

tecnológico (VIEIRA E FERREIRA, 2013, p. 264-5).

Outra reflexão possível é considerar que, ao contrário do que afirmaram Piñeres e Ferrantino (1997), a postura de política comercial e industrial adotada pelo Estado brasileiro teve papel crucial para a diversificação e transformação da pauta de exportações, uma vez que a mesma teve o início de sua transformação justamente a partir da estratégia deliberada de desenvolvimentismo adotada pela classe dirigente da época, que por sua vez foi abandonada explicitamente na década de 1990, momento em que as exportações retornaram a apresentar elevado grau de concentração e baixa diversificação.

Além disso, é possível se demonstrar como o processo de internacionalização de um produto manufaturado é, pelo prisma mercadológico, de longo prazo. Iniciada em 1930 de maneira incipiente, e com maior intensidade a partir de 1950, a indústria brasileira levou de 30 a 50 anos para se consolidar como principal provedora de bens exportados pelo país. Tal situação durou exatamente 31 anos, com o setor de commodities primárias retornando à posição de destaque. Entendendo conjunturas como “períodos particulares de mudança em uma estrutura ou como relações não existentes que são criadas e se reproduzem no mínimo pelo tempo de um Kondratieff” (VIEIRA E FERREIRA, 2013, p. 250), podendo ainda uma conjuntura se transformar em estrutura ou deixar de existir, o período de 31 anos com a pauta de exportações sendo em sua maioria de produtos manufaturados não chega nem ao tempo mínimo de uma conjuntura. À semelhança com o observado no século XIX em relação à industrialização na economia-mundo capitalista e no Brasil.

Nesta fase da industrialização brasileira – inaugurada com a expiração dos tratados de livre-comércio no início dos anos 1840, com a implementação da Tarifa Alves Branco (1844) e com a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz (1850) – o movimento industrialista, coordenado por alguns pioneiros de espírito audaz, dentre os quais se destaca Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, sucumbiu aos interesses agrários da aristocracia rural do país. Os esforços de Mauá não encontraram condições políticas, econômicas, sociais e culturais que conduzissem ao

desenvolvimento industrial do país (VIEIRA E FERREIRA, 2013, p. 250).

No caso das exportações de produtos manufaturados brasileiros, a despeito do esforço de industrialização e diversificação das exportações no século XX, as mesmas também não encontraram as condições políticas, econômicas, sociais e culturais que as fizessem permanecer como principal categoria de produtos exportados, não suportando o “peso” estrutural dos produtos primários.

4.3 Por uma nova pergunta de pesquisa

A reprimarização, assim, adquire sentido tanto na curta como na longa duração. Na curta duração, um conjunto de fatores fez o Brasil retornar ao secular padrão de comércio exterior: o deslocamento do centro dinâmico da economia-mundo capitalista dos EUA para o Leste Asiático, a ascensão chinesa e sua posição monopsonista⁹² na relação com o Brasil; falhas de mercado como a “doença holandesa” aliada às taxas de câmbio sobreapreciadas; a relação de poder entre o Estado e o Capital atrelado à exploração de commodities primárias. Na longa duração: a crônica permanência de uma pauta de exportações com grande peso das commodities agrícolas e minerais, aliada à inserção do país na DIT como um espaço destinado à expropriação e exploração voltada ao exterior, fez com que estruturas históricas fossem formadas, as quais sempre tendem para a permanência do equilíbrio, nesse caso o equilíbrio seria o padrão primário-exportador. O argumento de longa duração e sistêmico é reforçado ao constatarmos que a reprimarização teve início antes do *boom* das commodities e da ascensão chinesa, e que se tratou de um fenômeno experimentado por toda a região latino-

⁹² Toda relação compra-venda é também uma relação de poder, no sentido de que a capacidade de um dos polos (comprador-vendedor) impor ao outro os termos da transação (preço, qualidade, etc.) pode ser bem ou mal distribuído. Em economia isso pode ser visto nos tipos de mercado: concorrencial, oligopólio, monopólio. Quanto mais um agente se aproxima do monopólio, maior seu poder de determinar os termos da troca. Quando se trata do comprador, essa situação (de monopólio, de um comprador único de determinado produto ou serviço) chama-se monopsonio. Talvez a China, pelo volume da demanda, esteja assumindo uma relevância muito grande que lhe permite ditar os termos das trocas, principalmente se são muitos os produtores, e, portanto, a competição entre eles se acirra. Nessa situação, o que os produtores fazem (ou tentam) é diversificar mercados, produtos e inovar.

americana, ainda que em graus variados, de acordo com o nível de maturidade industrial de cada país.

Tendo as commodities permanecido por mais de um século como principal categoria de produto exportado pelo Brasil, e formando classes capitalistas altamente lucrativas vinculadas a ela, pela lógica de os ganhos superarem os custos, é esperado que exista resistência para que mudanças ocorram, principalmente se as mesmas forem de encontro à principal fonte de renda vigente. Justamente por isso a bibliografia aponta que, o início da industrialização brasileira teve como origem o capital ocioso do setor cafeeiro em crise, sobretudo durante a crise de 1929 (SUZIGAN, 2000).

Com isso em mente, e diante da percepção de que o perfil primário-exportador tem sido a regra e não a exceção, o que precisa ser explicado é o período de exceção - os 31 anos entre 1979 e 2009 - quando as exportações brasileiras apresentaram um comportamento fora do padrão histórico. A pergunta de pesquisa seria: Quais são as causas da “*manufaturação*” das exportações brasileiras no período 1979-2009?

Por fugir ao tema proposto dessa dissertação, não correremos o risco de responder tal pergunta de maneira superficial, sendo necessárias pesquisas futuras para a mesma⁹³.

Entretanto, cabe apontar que as mudanças na composição das exportações estão necessariamente vinculadas à industrialização brasileira, sendo necessário compreender quais foram os elementos locais e sistêmicos que permitiram a absorção e/ou desenvolvimento de capacidades materiais, intelectuais e tácitas para o nascimento da indústria brasileira no paradigma metal-mecânico-químico da primeira metade do século XX, e o porquê de não existirem as capacidades para a adequação ao atual paradigma de produção, o paradigma da ciência e tecnologia, do conhecimento, da biotecnologia e nanotecnologia. A questão se torna ainda mais complexa quando tomada em perspectiva comparada, ao se constatar que na década de 1970 a taxa de industrialização do Brasil era maior do que a da China e da Coreia do Sul.

⁹³ Sobre esse tema, recomenda-se a leitura de Suzigan (2000), que realiza uma síntese das principais interpretações sobre as origens da indústria brasileira, e Silva (2003), que discorre sobre a transição do Modelo de Substituições de Importações para o Modelo de Substituição de Exportações no Brasil, ambos (industrialização e promoção de exportações de manufaturados) estando como variáveis causais para a diferenciação do período de 1979 a 2009.

É necessário ressaltar que o desenvolvimento industrial do Brasil se deu dentro de um contexto global de industrialização da economia-mundo capitalista, e que esse processo ocorreu de maneira distinta no espaço-tempo, ou seja, com trajetórias de desenvolvimento econômico diferente para a América Latina e Leste Asiático. Além disso, o papel do Estado na intervenção da economia foi determinante para o desenvolvimento das economias periféricas e semiperiféricas⁹⁴. Ou seja, assim como a região Latino-americana experimenta atualmente a reprimarização das exportações (DE FREITAS BARBOSA, 2011), também sistemicamente experimentou a industrialização e, em alguns casos, a *manufaturação* das exportações (PIÑERES E FERRANTINO, 1997).

No caso brasileiro, Silva (2003) sublinha como o modelo de substituição de exportações⁹⁵, tido como uma das principais variáveis explicativas da transformação da pauta exportadora para produtos manufaturados, esteve intimamente relacionado com a economia-mundo capitalista, e que, ainda que existam as peculiaridades regionais, tratou-se de um processo global, como enfatizamos a seguir:

Essa nova estratégia baseou-se em alguns pressupostos importantes, tais como: na tese de Hans Singer e Raul Prebisch, que mostrou a deterioração histórica das relações de troca dos países produtores de matérias-primas, ressaltando a necessidade de diversificar a pauta de exportações dos países, com ênfase em produtos de maior valor agregado; na grande expansão do comércio internacional, iniciada em meados da década de 1940, com a reconstrução europeia, e

⁹⁴ Para uma análise comparativa entre diferentes padrões de construção de Estado e de intervenção estatal na economia, ver Kohli (2004).

⁹⁵ A partir da década de 1960, com o pálio industrial brasileiro se consolidando e expandindo, deu-se início a uma pressão para mercados externos, com a possibilidade real de uma política de flexibilização do comércio exterior, resultando na formulação da estratégia de substituição de exportações, complementar ao modelo de substituição de importações. Tal modelo de substituição de exportações “concedeu ao comércio exterior um novo papel no processo de desenvolvimento, qual seja, promover uma maior arrecadação das exportações por meio de uma política de promoção dos manufaturados brasileiros no exterior” (SILVA, 2003, p. 52), vinculando o comércio exterior como eixo do desenvolvimento econômico brasileiro pelo período de 1961 a 1989.

acelerada com o aparecimento de novos países industrializados no Terceiro Mundo e, posteriormente, com a distensão política internacional a partir de meados da década de 1960; no progresso da ciência e da tecnologia, que levou os países industrializados a se especializarem na produção de bens mais complexos, exportando para os países em desenvolvimento a manufatura de bens de tecnologia média; no apoio dado pelas empresas transnacionais que tiveram um papel central no crescimento das vendas de produtos manufaturados ao exterior (p. 53, grifo nossos).

Em concordância com Amsden (2001), Silva (2003) aponta que o Estado teve papel central na formulação e execução de políticas públicas fomentadoras à industrialização e exportação de manufaturados (como isenção fiscal, ação diplomática para divulgação, estabelecimento de novos acordos comerciais, financiamento facilitado, entre outros já apontados); entretanto, como já enfatizado pela perspectiva sistêmica, dentro de uma conjuntura ímpar na economia-mundo capitalista de crescimento generalizado da periferia em consonância com o centro, em grande parte como resultado da fase de Expansão Material do Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-Americano⁹⁶.

Assim, se tomarmos apenas a narrativa de “desenvolvimento nacional”, deixando de lado a perspectiva sistêmica e internacional, cairíamos na armadilha de considerar apenas variáveis endógenas como causas para o comportamento das exportações brasileiras. De fato, no mesmo momento em que o Brasil expandia sua indústria e diversificava suas exportações, a América Latina e a economia-mundo capitalista como um todo também o faziam. No período de 1950 ao final da década de 1970, denominado de “idade de ouro”, tanto países desenvolvidos como “em desenvolvimento” expandiram suas economias e melhoraram os indicadores econômicos tradicionais, como o PIB e as exportações. De fato, como destacado por French-Davis et al (2005), os “países

⁹⁶ Como afirma Arrighi (1996), as hegemonias internacionais são compostas por duas fases. A fase A de expansão material generalizada, geralmente como uma estratégia de consolidação e legitimação do grande hegemônio; e uma fase B de expansão financeira ou de *financeirização* da economia, destacadamente momento vivido atualmente pelos EUA e países centrais da Europa (Foster & McChesney, 2012).

menos desenvolvidos (PMD)”, entre eles o Brasil, cresceram mais do que as “economias de mercado desenvolvidas (EMD)”, tanto nas taxas de industrialização como nas exportações de manufaturados. Ou seja, a periferia e semiperiferia se tornaram mais industrializadas do que o centro da economia-mundo capitalista (ARRIGHI, 1997). O que explica isso?

Pela perspectiva sistêmica e de longa duração da Análise dos Sistemas-Mundo, não foi o Brasil (e América Latina) quem se desenvolveu e se industrializou, mas foi a combinação de uma conjuntura internacional favorável aliada à “periferização” da indústria quem permitiu tal processo ocorrer não apenas no Brasil, mas também em uma série de países (semi)periféricos, o qual posteriormente acarretou na diversificação das exportações desses países.

Em resumo, a industrialização da semiperiferia e da periferia foi, em última análise, um canal, não de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial. Essa descoberta ilustra o processo, enfatizado em nossa conceituação anterior, pelo qual a tentativa generalizada, por parte dos atores econômicos e políticos, de capturar o que, em qualquer momento dado, são atividades de núcleo orgânico, estimulando a competição que transforma essas atividades em atividades periféricas. Na década de 40, as atividades industriais (ou, pelo menos, muitas delas), eram de fato atividades de núcleo orgânico. Na década de 50, atraídos pelos “prêmios espetaculares” jogados para essas atividades, os atores políticos e econômicos da periferia e semiperiferia se atiraram à “industrialização”. No início, colheram alguns benefícios e com isso induziram outros a fazer o mesmo. Nas décadas de 60 e 70, entretanto, as atividades industriais se tornaram cada vez mais superlotadas de modo que não apenas os prêmios espetaculares desapareceram, mas até mesmo os benefícios menores colhidos pelos primeiros atrasados se transformaram progressivamente nas perdas generalizadas da década de 80 (ARRIGHI, 1997, p. 186 e 187).

Há de se destacar que a denominada periferia e semiperiferia chegaram a apresentar níveis de industrialização e produção manufatureira superior aos países de centro (Idem, 1997), e houve ainda o curioso fato de que “o Primeiro Mundo exportava mais bens agrícolas do que o Terceiro Mundo” nas décadas de 1970 e 80 (CAMERA & WEGNER, 2017, p. 27).

Além disso, o contexto geopolítico da época, na segunda metade do século XX e, principalmente na idade de ouro, favorecia a tomada de empréstimos internacionais a juros baixos e condições facilitadas de pagamento. Como parte da consolidação de sua hegemonia mundial, a expansão financeira dos EUA via Plano Marshall e acordos de Bretton Woods⁹⁷ no pós-Segunda Guerra Mundial fez com que a economia internacional experimentasse um período de grande liquidez internacional (ARRIGHI, 1996), acentuada com os gastos militares estadunidenses na guerra do Vietnã (uma guerra igualmente marcada pela disputa geopolítica da Guerra Fria, da bipolaridade entre EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) e com os petrodólares das economias petrolíferas.

Como constatado nos gráficos exibidos ao longo do capítulo, ocorreu um *gap* entre o início da industrialização e o avanço dos manufaturados nas exportações brasileiras, ainda mais se levarmos em conta que tal fato não ocorreu nos países asiáticos. Isso se deu pelo fato da industrialização brasileira ter sido voltada para o mercado consumidor interno, ao passo que países como a Coreia do Sul desde o princípio desenvolveram suas indústrias já voltadas para a exportação. Entretanto, o papel do Estado brasileiro não deixou de ser menos importante, atuando posteriormente no processo de substituição de importações com estratégias de substituição e diversificação de exportações, a exemplo do lançamento da Política Externa Independente (PEI) em 1961 contendo como um dos objetivos a promoção das manufaturas brasileiras no exterior (SILVA, 2003). Porém, o fato intrigante foi tal processo ter ocorrido não apenas no Brasil, mas em uma série de países periféricos e semiperiféricos, ainda que em diferentes graus, mas com estratégias mais ou menos semelhantes. Até que ponto tais atores políticos e econômicos atuaram de maneira passiva em relação à “permissividade” do contexto internacional ou de maneira proativa permanece pouco certo.

⁹⁷ Para uma discussão sobre a consolidação do ciclo hegemônico norte-americano (bem como demais ciclos passados), ver “O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo” de Arrighi (1996).

Assim, argumentamos que a movimentação que ocorria na economia-mundo capitalista de grande liquidez aliada à migração das indústrias para as periferias e semiperiferias do sistema internacional, principalmente por conta do imperativo de buscar alívio às pressões sofridas ao lucro nos países centrais com seus trabalhadores com salários cada vez maiores, foram o pano de fundo que permitiu que as estratégias de substituição de importações florescessem com sucesso, tendo o Estado tido o papel central de coordenador e direcionador do desenvolvimento econômico (KOHLI, 2004).

Entretanto, os choques do petróleo na década de 1970 e a ruptura por parte dos EUA com o sistema de Bretton Woods, como estratégia de fortalecimento de seu papel central na economia política internacional, resultaram no fim da liquidez internacional, com os juros dos bancos estrangeiros elevando-se e estrangulando economias menos desenvolvidas como o Brasil. Não obstante, após o período do denominado “milagre brasileiro” (1968-73), a década de 1980 foi batizada de década perdida. Tal processo internacional impactou diretamente as economias latino-americanas, que, em diferentes graus, aderiram aos receituários neoliberais e abandonaram os projetos desenvolvimentistas e industrializantes até então adotados. Isso, conseqüentemente, se transmitiu para as exportações de manufaturados, uma vez que é justamente na década de 1990 que o processo de reprimarização tem início (ao menos no caso brasileiro).

Deve ser sublinhado, ainda, o processo de clivagem das taxas de industrialização e exportação de bens manufaturados comparando-se a América Latina com o Leste Asiático. Conforme argumentamos, ocorreram trajetórias históricas distintas de desenvolvimento em ambas as regiões.

Em termos resumidos, pode-se dizer que a atual fase do moderno sistema-mundo capitalista aponta para mudanças na estrutura de distribuição de poder e riqueza do planeta (dividida em Centro – Semiperiferia – Periferia) com novos Estados movendo-se dentro da estrutura e ascendendo para o “*core*” do sistema⁹⁸, o que

⁹⁸ Algo pouco recorrente segundo Arrighi (1998), que afirma: “Os Estados na camada superior acham relativamente fácil lá permanecer; os Estados da camada inferior acham extremamente difícil mover-se para cima; os Estados na camada média geralmente tem capacidade de resistir à periferização, mas não a capacidade de se mover para a camada superior. A mobilidade para cima ou para baixo de Estado, individualmente, portanto, não está excluída, mas é considerada excepcional” (ARRIGHI, 1998, p.171).

inevitavelmente acaba por afetar todos os Estados interligados na economia-mundo. Como argumenta Arrighi (2008), essa reestruturação da DIT tem como lócus principal o Leste Asiático, que se torna o novo propulsor da economia capitalista, dado o grande deslocamento da produção industrial capitalista mundial para aquela região do globo.

Dentro da mencionada reconfiguração geográfica da indústria mundial (PALMA, 2005), o processo de integração do sudeste da Ásia às cadeias globais de commodities foi diferente do observado na América Latina. Nesse contexto histórico, a explicação principal para o sucesso econômico asiático reside em dois aspectos: primeiro, na ideia de “desenvolvimento a convite” (WALLERSTEIN, 1979), com os EUA exercendo papel fundamental para o crescimento econômico do Japão⁹⁹; e, em segundo lugar, como este (o Japão), teve um papel fundamental de líder para o desenvolvimento da região do Sudeste Asiático, diferentemente da liderança Norte-americana na região Latino-americana.

Ficam evidentes que os fatores sistêmicos, que constroem ou permitem um maior grau de desenvolvimento, afetam diretamente a posição de um país dentro da economia-mundo. E o grau de diferenciação entre as regiões está diretamente relacionado: (i) ao contexto geográfico favorável (Ásia, com abundante mão-de-obra barata e razoavelmente qualificada); (ii) às capacitações tecnológicas (onde um Estado tenha a capacidade de controlar as principais vias de produção das cadeias mercantis) e; (iii) à disponibilidade de recursos nos mercados financeiros internacionais para o endividamento público, a exemplo da abundante liquidez internacional até o início da década de 1970 (AREND, 2013).

Assim, ao abrir seu mercado para o Japão, os EUA acabaram por iniciar um movimento de expansão e rápida industrialização de todo Sudeste Asiático. O Japão, ao ver sua moeda valorizada na década de 1980, iniciou uma dinâmica de desenvolvimento industrial sequencial (ARRIGHI, 1996) que se caracterizava por um sistema “multiestratificado” de subcontratação em outros países, que já possuíam alguma indústria de base, porém com custos de trabalho menores aos do Japão com moeda cada vez mais valorizada. Assim, metaforizando o “voo de um ganso”, a industrialização da região asiática se deu a partir do “desenvolvimento a convite japonês” (AREND & VILAIN, 2013, p.13). Com isso,

⁹⁹ Ao abrir seu mercado para os produtos japoneses e fomentar o modelo de desenvolvimento capitalista norte-americano.

...abriram-se oportunidades para saltos industrializantes para outros países da região, como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura (NICs de 1ª Geração), em um processo de internacionalização descrito na literatura da Organização Industrial através da metáfora dos “gansos voadores”. Nesse sentido, a interpretação da industrialização asiática concebe o desenvolvimento de empresas em uma sequência ditada pelo transbordamento de linhas de produção que se deslocam dos países mais industrializados para outros que os seguem na mesma trajetória, motivadas pelo imperativo de reestruturação interna e por custos de mão-de-obra mais baixos. Nesse enfoque há um “ganso líder” (Japão), seguido por outros (NICs 1ª Geração, ASEAN-4 (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas), China, Índia e Vietnã), que organizam seu vôo em forma de “V” invertido. Quando o “ganso líder” avança para indústrias mais sofisticadas situadas na fronteira da mudança tecnológica internacional e se distancia do bando, outro ganso ocupa seu lugar na produção enquanto a retaguarda avança na fila também. Na medida em que os grupos industriais externalizam somente parte da atividade produtiva dos bens finais, segue-se uma internacionalização do processo produtivo baseado nas vantagens competitivas de cada país (Arend & Vilain, 2013, p. 17).

Com o esquema de visualização dos “gansos voadores” como representação do modelo de desenvolvimento econômico asiático, torna-se fácil de entender como se deu o crescimento da região como um todo. Inevitavelmente, a China¹⁰⁰ e o Leste Asiático acabaram por se beneficiarem com tal estrutura, aliando uma série de reformas internas no âmbito político e econômico e a conjunção dos fatores sistêmicos anteriormente mencionados.

Entre 1930 e 1980, a América Latina também experimentou um intenso processo de industrialização, principalmente o Brasil, responsável por 75% do crescimento geral da região (ARENDA &

¹⁰⁰ Também chamada de o novo “convidado” dos EUA (Cano, 2012).

VILAIN, 2013). Através da estratégia de substituição de importações, o Brasil e a América Latina (com destaque para México e Argentina, com estratégias semelhantes) ampliaram seus pátios industriais, dentro do paradigma então vigente de modelo de produção, o complexo industrial metal-mecânico-químico. Porém, principalmente devido à natureza dos IEDs, para a formação de Fusões e Aquisições, e com o fim da liquidez internacional propícia ao financiamento de grandes empréstimos, os projetos de cunho desenvolvimentista da região viram-se cada vez mais limitados diante da conjuntura internacional, que pouco a pouco começara a diminuir a sua capacidade de produção industrial, transformando-a, dentro da necessidade das emergentes Cadeias Globais de Valor (CGV), em um grande espaço de fornecimento de bens e matérias primas: produtores da agroindústria e do extrativismo mineral (AREND & VILAIN, 2013).

Argumentamos ainda que a região latino-americana não se adequou ao novo Paradigma de produção industrial surgido nas décadas de 1970 e 80, baseados na chamada “nova economia” (SARAIVA, 2007), ou seja, nas Tecnologias da Informação e Comunicação, na nanotecnologia e microeletrônica, o que também veio a reforçar o novo papel desempenhado pela região dentro da economia-mundo capitalista. Como constatado por Arend e Fonseca (2012), a estratégia adotada pelo Brasil no período 1955 – 1980 “acabou gerando uma dinâmica de baixo dinamismo de longo prazo”:

...o Brasil conseguiu promover seu *catching up* (1955-1980) a partir de uma estratégia de crescimento alicerçada no aporte de recursos externos. Entretanto, a partir da década de 1980 a irrupção da quinta revolução tecnológica [iniciada no Centro da economia-mundo capitalista] expôs a vulnerabilidade desta estratégia, a qual delegava ao capital estrangeiro os setores mais dinâmicos do processo de industrialização em marcha, responsabilizando-o crescentemente pelo financiamento do crescimento nacional (p. 35).

4.4 Conclusões do capítulo

Por fim, como mencionado, na Análise dos Sistemas-Mundo não há a associação de determinadas atividades econômicas como sendo necessariamente de núcleo e de periferia, ou seja, não há a dicotomia manufatura *versus* agricultura como o senso comum geralmente coloca.

Principalmente ao analisarmos em perspectiva comparada, e constatarmos que países como Austrália, Canadá, Noruega e Dinamarca são majoritariamente primário-exportadores, e que até mesmo na pauta de exportação dos EUA bens primários como a soja e o milho tem participação importante (UN COMTRADE).

Com isso,

A distinção relevante se dá entre atividades que envolvem tomadas de decisões estratégicas, controle e administração, pesquisa e desenvolvimento, por um lado, e atividades de pura execução, por outro. A zona do núcleo orgânico tende a se tornar o locus das atividades “cerebrais” do capital corporativo, e a zona periférica tende a se tornar o locus das atividades “de músculo e nervos”, enquanto que a zona semiperiférica tende a se caracterizar por uma combinação mais ou menos igual de atividades “cerebrais” e de “músculo e nervos” (ARRIGHI, 1985, p. 275 apud ARRIGHI, 1997, p. 187).

Com efeito, a questão central é que na prática de exploração de recursos agrícolas e minerais voltados à exportação, o Brasil e suas empresas capitalistas falham em participar em atividades de núcleo orgânico, ficando essas em sua maior parte localizadas em outros territórios nacionais ou, ainda que realizadas no país, a cargo de empresas estrangeiras que remetem todo o lucro líquido ao exterior, rompendo um possível ciclo virtuoso de desenvolvimento endógeno. Isso se dá devido ao fato dos

Estados conterem dentro de seu domínio jurisdicional uma combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que eles lutam para melhorar e que a real melhoria da combinação contida em qualquer um dos Estados (ou grupo de Estados) sempre implica um rebaixamento mais ou menos generalizado da combinação contida por outros Estados (ARRIGHI, 1997, p. 153).

Ou seja, a estratégia deliberada de realizar atividades de núcleo orgânico (e.g., o beneficiamento de commodities primárias antes de serem exportadas) significaria a perda de capital excedente controlado

por outras empresas e países, via acirramento da competição e controle de *Market Share*.

Além disso, o número de países periféricos e semiperiféricos é muito maior do que a quantidade de Estados de centro, o que faz com que o poder de barganha do primeiro grupo seja minada, devido à elevada competição intercapitalista. Soma-se a isso o fato de que

[...] no ambiente típico da zona do núcleo orgânico – caracterizado por mercados remuneradores, infraestruturas e serviços eficientes e um clima político favorável à empresa capitalista – os custos altos não são um obstáculo, mas sim um incentivo ao fluxo contínuo de inovações que é necessário para reproduzir o status de zona do núcleo orgânico. Em contraste, no ambiente típico da zona periférica – caracterizado por mercados fragmentados e descontínuos, infraestrutura e serviços ineficientes e um clima político frequentemente desfavorável à capacidade empresarial capitalista – os custos altos são incapazes de sustentar as inovações, enquanto que os custos baixos simplesmente oferecem um incentivo para organizar atividades periféricas (ARRIGHI, 1997, p. 156).

Um exemplo prático da condição semiperiférica brasileira é na cadeia mercantil da soja. Existe a produção e exportação de soja em larga escala e com elevada aplicação de capital e tecnologia, entretanto, a maior parte do fornecimento da semente de soja (principalmente a transgênica, com maior pesquisa e desenvolvimento embutidos) esta concentrada em poucas empresas multinacionais com país sede sem ser o Brasil, como Monsanto, Dow, Syngenta DuPont e Nidera, dominando a vasta totalidade do *Market Share* brasileiro (DE SOUSA E TONIN, 2013). Além disso, há baixa participação de capital brasileiro nos setores intensivos em tecnologia¹⁰¹ ao longo de toda a cadeia da soja produzida nacionalmente, como destacado no quadro a seguir:

¹⁰¹ “Considerando a participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia, 40% do negócio da soja no Brasil são, de fato, brasileiros (Tabela 6). Da participação brasileira, a maior parte está na terra e mão de obra, com 14,3% e 13,3% respectivamente. Já nos itens mais intensivos em tecnologia e capital (sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas e agroindústria), o conjunto da

Tabela 13: Participação proporcional do capital brasileiro ao longo da cadeia da soja produzida no Brasil

	<i>Market share</i> de grupos brasileiros por etapa da cadeia (%)	Participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia (%)
Sementes	16,5	2,4
Fertilizantes	33,5	4,8
Defensivos	4,3	0,6
Máquinas	1,9	0,3
Agroindústria	30,7	4,4
Custo da terra	93,4	13,3
Mão de obra	100,0	14,3
Total		40,0

Extraído de: Medina, Guimarães Ribeiro e Madureira Brasil (2015, p. 28).

Na tabela 13, temos que do total de *Market Share* do mercado de sementes, 16,5% é dominado por empresas e capital brasileiro, o que corresponde a 2,4% no total da cadeia mercantil da soja. E assim sucessivamente. Como é possível notar, a principal commodity exportada pelo país é dominada pelo capital estrangeiro, sendo que a participação mais expressiva é no fornecimento da mão de obra (“nervos e músculos”), ao passo que os insumos intensivos em tecnologia e conhecimento (“atividades cerebrais”) são fornecidos por países centrais. Além, claro, das atividades relacionadas ao escoamento da produção (predominantemente realizada por malhas rodoviárias, ou seja, por caminhões de empresas multinacionais), assessoria em comércio exterior, financiamento e serviços de seguro. Com a participação de tantas partes interessadas fora do país, a unidade de ação político-econômica fica comprometida, ainda mais se tratando de uma ação que possa atingir os interesses internacionais.

Estudos de caso para as principais commodities exportadas pelo Brasil revelariam, muito provavelmente, um quadro semelhante de elevado participação de capital estrangeiro em atividades típicas de núcleo e o inverso para atividades típicas de periferia¹⁰². Sendo assim,

participação brasileira chega a apenas 12,4%” (MEDINA, GUIMARÃES RIBEIRO E MADUREIRA BRASIL, 2015, p. 27).

¹⁰² Pedro Antônio Vieira (2012) e Rosângela de Lima Vieira (2012) analisam respectivamente a cadeia mercantil do açúcar no século XVI e do café no século XIX e início do século XX e chegam às mesmas constatações de identificarem o comando dos principais nódulos rentáveis pertencendo à agentes capitalistas

permanece para o Brasil a constante batalha de, independente da categoria de produtos (primários ou manufaturados), evitar a periferação e almejar alcançar os patamares de centro.

Cabe ainda destacar as armadilhas que uma pauta de exportações ancorada em produtos primários apresenta:

Esse modelo de inserção externa, fortemente apoiado em produtividade de recursos naturais (no comércio externo) e captura de renda fundiária (pelos proprietários de recursos naturais), contém sérios limites ao desenvolvimento. Produção e repartição do excedente econômico, em tais condições, provocam armadilhas produtivas (superexploração de recursos naturais) e distributivas (concentração da riqueza fundiária), de sorte a constringer o crescimento econômico à reprodução de padrões de subdesenvolvimento (DELGADO, 2010, p. 111).

Tal quadro não apresenta tendências de reversão, uma vez que projeções indicam que o Brasil permanecerá como um dos maiores produtores de soja (ultrapassando os EUA até o ano de 2020 como o principal exportador para China e maior produtor mundial), minério de ferro, bauxita, carne, madeira, além de apresentar a potencialidade de produzir petróleo e cobre para exportação em grande escala no curto prazo (RESOURCES FUTURES). Além disso, de 2011 a 2016, o Brasil vem apresentando queda nas exportações de todos os tipos de produtos, ou seja, uma retração no comércio exterior brasileiro, principalmente para aquelas de maior valor agregado (MDIC).

Conforme o Atlas da Complexidade Econômica (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY), o Brasil apresenta uma complexidade econômica¹⁰³ intermediária, o que é condizente com a

estrangeiros, reforçando com isso ser essa uma tendência e realidade de longa duração.

¹⁰³ O mesmo documento define, de maneira didática, o que é complexidade econômica, tomando como exemplo algum produto qualquer e se perguntando: "in how many other countries can this product be made? If the answer is many countries, then this country probably does not have a complex economy. On the other hand, if few other countries are able to make a product that this country cannot make, this would suggest that this is a complex economy". O mesmo relatório possui uma série de métricas possíveis de se averiguar a complexidade, diversidade e ubiquidade de países em comparação uns com os outros. Outros

condição semiperiférica, e assim tem permanecido nas últimas décadas a despeito da bonança das commodities dos anos 2000. Para abrigar em seu território mais atividades de centro e maior controle dos excedentes das cadeias mercantis que produz e exporta, necessita, para além de uma unidade nacional de ação política, um contexto propício na economia-mundo capitalista. Atualmente, a unidade nacional encontra-se mais longe de se alcançar do que o contexto internacional favorável, uma vez que o Brasil se encontra em uma crise político-econômica, assim como a economia-mundo capitalista. Neste último caso, momentos de “caos” são favoráveis às mudanças. Identificar como aproveitá-las torna-se o desafio.

relatórios realizados por instituições internacionais, como o "The Global Competitiveness Report" do Fórum Econômico Mundial (SCHWAB, 2010), classifica o Brasil na 86ª posição em uma lista de 138 países, de acordo com o grau de competitividade da economia, ou seja, em uma posição igualmente intermediária. A posição intermediária também é observável no ranking "Doing Business", do Banco Mundial (DOING BUSINESS, 2017), colocando o Brasil na posição 123 em um total de 190 países, no que tange à facilidade de novos negócios, regulamentação e ambiente de negócios.

5. CONCLUSÕES

Esta dissertação se propôs a estudar a reprimarização das exportações brasileiras a partir de uma perspectiva histórico-mundial que enquadrasse o fenômeno estudado em uma análise temporal mais longa do que aquela de sua própria existência.

Nossa primeira tarefa foi revisar a bibliografia, o que revelou uma gama de distintas interpretações, sobretudo no que se refere ao foco da explicação, que ora enfatizava os aspectos nacionais, ora os internacionais. Diante disso, decidiu-se agrupar em blocos de pensamento os autores que compartilhavam das mesmas perspectivas, ficando então a divisão em 3 blocos.

No primeiro bloco, dividimos os autores que enfatizam os aspectos domésticos relacionados à especialização regressiva da pauta de exportações brasileiras. Como demonstrado, os trabalhos revisados indicam uma relação direta entre a taxa de câmbio sobrevalorizada praticada ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 e o recente processo de desindustrialização¹⁰⁴ que o país vem experimentando. Além disso, a preocupação com os efeitos da chamada “doença holandesa” também é central em tais análises, cunhando o termo “doença brasileira” ao se constatar que no Brasil, a persistente elevada taxa de juros também compromete a competitividade da indústria e acaba por fomentar a reprimarização, uma vez que o capital financeiro internacional é atraído pelas altas remunerações, afugentando o investimento produtivo e elevando a taxa de câmbio.

No segundo bloco, reunimos os autores que destacam sobretudo o papel recente da China e de seu entorno asiático no redesenho da DIT, o que causou ou reforçou a especialização de exportações de produtos primários em toda América Latina, variando em grau de impacto de acordo com o nível de industrialização anterior do país. Nesse item, a revisão bibliográfica foi acompanhada da análise de dados, o que permitiu comprovar que, de fato, o Leste Asiático “puxou” as exportações e gerou o *boom* das commodities a partir dos anos 2000¹⁰⁵. Ademais, foi destacado que a ascensão da China causou impactos nas

¹⁰⁴ Importante frisar que a desindustrialização não é um fenômeno universalmente aceito entre os analistas, variando em grau de aceitação mesmo entre os autores desse primeiro bloco de interpretações.

¹⁰⁵ Porém, as commodities já vinham ganhando espaço e os produtos manufaturados diminuindo desde 1995.

exportações brasileiras de manufaturados, pois os produtos chineses ocuparam parcelas de mercados antes abastecidos pelo Brasil, principalmente na Europa Ocidental, América do Sul e EUA. Ou seja, o *Market Share* brasileiro nesses países diminuiu principalmente nos segmentos de produtos de maior intensidade tecnológica. Também foi mostrado que os IEDs realizados pela China no Brasil e demais produtores com potencial de exportação de commodities primárias, reforçam o perfil primário-exportador do país.

O terceiro bloco foi dedicado às interpretações distintas das demais, sendo subdividido em dois subgrupos. No primeiro subgrupo foi desenvolvido o argumento de existir uma relação de “pacto de poder” entre o agronegócio e o Estado brasileiro, com ambos se beneficiando mutuamente com ganhos políticos e econômicos diante de tal relacionamento. Com disso, um dos desdobramentos é o aumento do peso do agronegócio na economia, e consequente aumento das exportações de produtos primários.

O segundo subgrupo contém as análises que refutam um possível processo de desindustrialização no Brasil e que destacam como o setor de commodities é, ao contrário do que era observado no início do século XX, atualmente intensivo em capital e tecnologia. O viés aqui encontrado é ressaltado quando se aplica o Índice de Vantagem Comparativa Revelada e demonstra-se que o Brasil possui amplas vantagens no que se refere aos produtos primários, e desvantagens quando se trata de produtos com maior intensidade tecnológica.

Para além da revisão bibliográfica, realizou-se um esforço de dar embasamento empírico para o fenômeno estudado, tabulando-se dados de comércio exterior brasileiro em uma conjuntura de 65 anos, ou seja, de 1950 a 2015, com especial atenção para o período pós-1990, quando tem o início da reprimarização e também por ser o período de análise da vasta maioria das obras consultadas. Com isso, comprova-se que a reprimarização de fato ocorreu, com a ressalva de ter sido um fenômeno relativo, pois em números absolutos todas as exportações cresceram, inclusive as de média e alta tecnologia¹⁰⁶. A classificação dos produtos de acordo com o seu nível tecnológico ilustrou como o Brasil, a partir de 2000, foi transformando sua cesta de exportações até que em 2015 os produtos primários fossem responsáveis por mais de 50% do total de

¹⁰⁶ A exceção fica a partir de 2011, quando há início um arrefecimento das exportações de todas as categorias de produtos, excluindo algumas commodities agrícolas, como é o caso da soja, que possui valores de exportação maiores em 2015 do que em 2011.

saídas. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que a pauta de importação do país foi sendo cada vez mais composta por produtos de média e alta tecnologia, com novamente destaque para o peso da China.

Ao longo da pesquisa, foi constatado um ponto em comum entre toda a bibliografia revisada: a persistência da análise de curta duração, com a maior parte dos trabalhos tendo como faixa temporal uma ou duas décadas (alguns partindo da década de 1980 em diante). Esta constatação levantou algumas perguntas: Na perspectiva da EPSM, quais seriam as causas para a reprimarização das exportações brasileiras? Qual o padrão do comércio exterior brasileiro na longa duração? Qual a relação entre inserção do Brasil na economia-mundo capitalista e a sua pauta de exportação?

A escolha da Análise dos Sistemas-Mundos como instrumental analítico nos permitiu trabalhar em uma perspectiva de longa duração, dando uma interpretação crítica aos dados disponíveis pelo MDIC de comércio exterior brasileiro desde 1808 até 2015. Nesse sentido, a especialização primária das exportações brasileiras em uma perspectiva estrutural (208 anos) adquire uma nova interpretação, ressignificando o que usualmente é apontado como um fenômeno de causas de curta duração.

Sem descartar as interpretações expostas anteriormente, procurou-se desenvolver o argumento de que a inserção periférica do Brasil na economia-mundo capitalista determinou o seu perfil comercial-produtivo, e ao se estender ao longo de mais de um século, ou seja, ao tornar-se uma estrutura histórica, o perfil primário-exportador se consolidou como a regra, e não a exceção na história do comércio internacional brasileiro. De fato, os dados comprovaram que: a) de 1808 a 1978 as exportações do Brasil estiveram concentradas em poucas commodities agrícolas e minerais, especialmente no café; b) apenas no curto intervalo de 31 anos entre 1979 e 2009 as exportações de produtos manufaturados foram majoritárias; c) após 2009 voltou a vigorar o padrão percentual anterior de 1979, permanecendo assim até o presente momento de conclusão dessa pesquisa. Para reforçar a constatação estatística, aplicou-se o coeficiente de Gini-Hirschman para se comprovar o elevado grau de concentração das exportações.

Uma explicação mais geral para a persistência do padrão primário-exportador deve necessariamente buscar suas causas históricas. Desde o século XVI o território que em 1822 se tornou o Brasil independente desempenhou um papel específico na DIT, qual seja, o de fornecedor de produtos primários aos países centrais da economia-mundo capitalista. Ainda que tenha experimentado uma ascensão na

hierarquia mundial de riqueza e poder, atualmente o Brasil estaria classificado como um país semiperiférico, buscando manter uma combinação mais ou menos equilibrada de atividades centrais e periféricas. Entretanto, o tempo estrutural de permanência das commodities como principal categoria de produtos produzidos e exportados pelo país acabou por consolidar uma série de agentes públicos e privados ancorados em tal atividade, tanto nacionais como internacionais. Tais agentes, por dependerem diretamente da manutenção e equilíbrio do perfil primário-exportador para garantirem suas fontes de capital e poder, agem no sentido de perpetuá-lo e de combater eventuais transformações desse perfil. Em última instância, o Brasil continua cumprindo seu papel, enquanto país semiperiférico da economia-mundo capitalista, na DIT. Ao que tudo indica, as tendências futuras de curto e médio prazo apontam para a continuação e até mesmo aprofundamento da reprimarização das exportações do Brasil e principais economias Sul-americanas.

Com isso, surge uma nova pergunta de pesquisa: quais as causas para a diversificação e para a “manufaturação” das exportações brasileiras no período de 1979 a 2009? Ainda que não tenha sido respondida nesta dissertação, buscou-se realizar apontamentos que indicam que tal processo está igualmente relacionado à conjuntura da economia-mundo capitalista.

Das reflexões propostas na presente dissertação, novas agendas de pesquisa são propostas para o futuro. A primeira provocação possível de ser realizada recai sobre o lapso temporal usualmente utilizado pelas análises acadêmicas. A análise de curta duração pode se apresentar como uma armadilha, a exemplo do que foi a curtíssima bonança do *boom* das commodities que levou a muitos entusiastas classificarem o Brasil como um país “emergente”. Levando-se em conta a longa duração, observa-se que, em realidade, os períodos de picos nas exportações de commodities no Brasil são constantes na história econômica do país, inclusive com a valorização temporária dos termos de troca. Porém, tais momentos têm se mostrado como insuficientes para resolver os problemas sociais mais graves e permanentes do país, como a desigualdade social.

Outra questão levantada se refere à necessidade de estudos de caso. Como brevemente demonstrado, mesmo nas cadeias mercantis em que o Brasil apresenta elevada vantagem comparativa como a soja ou o minério de ferro, os nódulos mais lucrativos e tecnológicos não pertencem efetivamente a brasileiros, sendo necessárias importações da maior parte dos equipamentos e dos insumos de alto valor agregado.

Com estudos de caso, seria possível mapear exatamente quais os *gaps* em que o Brasil não consegue alcançar maior grau de controle, para assim ser possível traçar planos de ação concretos com vias a obter o maior grau de monopolização das cadeias mercantis por parte do país.

Análises comparativas entre países é igualmente um exercício muito profícuo para se compreender o fosso de desigualdade de poder e riqueza existente entre as nações e empresas. Como foi afirmado, o perfil primário-exportador é encontrado em uma série de países centrais da economia-mundo capitalista, a exemplo de Austrália, Canadá e Noruega. Compreender as razões sobre o porquê ocorreu uma clivagem entre tais economias é viável através da comparação histórica de longa duração.

Por fim, os estudos sobre a complexidade econômica também vêm se mostrando como alternativas de se instrumentalizar a perspectiva da EPSM, no sentido de dar a esta métricas concretas de como se mensurar e comparar economias.

Com efeito, as relações comerciais do Brasil com o mundo se apresentam como um campo rico para novas pesquisas. Essa dissertação buscou demonstrar como o padrão de comportamento das exportações brasileiras está diretamente relacionado com os eventos sistêmicos da economia-mundo capitalista e como, na longa duração, são possíveis novas interpretações sobre os fenômenos histórico-sociais.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, J.. **Before European Hegemony. The World System A.D. 1250-1350.** Oxford: Oxford University Press. 1989.

ALESSI, Gil. **Brasil, entre a diplomacia da paz e o destaque na exportação de armas.** El País, v. 1, 2015.

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 208p. 2012.

_____. **Brasil-China: Uma Parceria Predatória Ou Cooperativa?** Revista Tempo do Mundo, v. 2, p. 143-160, 2016.

AMSDEN, Alice Hoffenberg. **The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies.** Oxford University Press, USA, 2001.

AREND, Marcelo. **O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento.** In: Rosângela Vieira. (Org.). **Brasil, China e EUA na Economia Política do Sistema-Mundo Capitalista.** XX ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. xx, p. 1-2, 2013.

AREND, Marcelo; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind.** Revista de Economia Política, v. 32, n. 1, p. 33-54, 2012.

AREND, Marcelo; VILAIN, C. S.. **Reconfiguração geográfica da indústria mundial e processos diferenciados de integração às cadeias mercantis globais: a economia-mundo e o Brasil semiperiférico.** In: VII Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2013, Florianópolis. VII Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **Fascism to democratic socialism: Logic and limits of a transition.** In: **Semiperipheral Development: The politics of southern Europe in the twentieth century,** p. 243-79, 1985.

_____. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Editora Unesp, 1996.

_____. **Globalização e macrossociologia histórica.** Revista de Sociologia e Política, n. 20, 2003.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jéssica. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica. **A ilusão do desenvolvimento**, p. 137-206, 1998.

ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (Ed.). **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives.** Routledge, 2004.

BALASSA, B. **“Trade liberalization and “Revealed” comparative advantage.** Manchester School of Economic and Social Studies, Oxford, 33, 99-123. 1965.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; JENKINS, R. **Fear for Manufacturing? China and the Future of Industry in Brazil and Latin America.** China Quarterly (London. Print), v. 209, p. 59-81, 2012.

BENETTI, Maria Domingues. **Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro?.** Indicadores Econômicos FEE, v. 34, n. 1, p. 75-88, 2006.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C.. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia.** 1ed. Brasília: CGEE, 2013, v. 1, p. 137-210.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV – XVII: tempo do mundo.** São Paulo: Martins Fontes, v. 3. 1998.

_____. **Escritos sobre a história.** [tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota]. – São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. **Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização** (FGV Projetos). Cadernos FGV Projetos, v. 5, p. 68-73, 2010a.

_____. **Doença holandesa e indústria**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010b. v. 1. 342p .

_____. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira. (Org.). **Doença holandesa e indústria**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010c, v. 1, p. 117-154.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. . Existe doença holandesa no Brasil?. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira. (Org.). **Doença holandesa e indústria**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, v. 1, p. 207-230.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. A doença holandesa. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**, 2009.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. **A história da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BULL, Benedicte; KASAHARA, Yuri. **Brazil and China: partners or competitors**. NorLARNet analysis, p. 9-10, 2011.

CÂMARA, Lourival. **A concentração da propriedade agrária no Brasil**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

CAMERA, Sinara; WEGNER, Rubia. **Direito humano à alimentação,(in) segurança alimentar e desenvolvimento: os desafios à realização progressiva na América Latina**. Revista de Direito Internacional, v. 14, n. 1, 2017.

CASTELLS, Manuel; ESPANHA, Rita. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Paz e terra, 1999.

CANO, Wilson. **A Desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 831-851, 2012a.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Texto para Discussão IE/Unicamp, n. 200, 2012b.

CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, André Cutrim. **Desindustrialização e Reprimarização da Economia Brasileira Contemporânea num Contexto de Crise Financeira Global: Conceitos e Evidências**. Economia Ensaios (UFU. Impresso), v. 26, p. 47-85, 2011.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHASE-DUNN, C. & GRIMES, P.. **World-Systems Analysis**. Annual Review of Sociology, Baltimore, n. XXI, p. 387-417. 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã. 1996.

CUNHA, André Moreira; LELIS, Marcos Tadeu Caputi; FLIGENSPAN, Flavio Benevett. **Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil**. Rev. Econ. Polit., São Paulo , v. 33, n. 3, p. 463-485, Sept. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Apr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572013000300006>.

DE FREITAS BARBOSA, Alexandre. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. Rodrigo Pimentel Ferreira Leão, Eduardo Costa Pinto, Luciana Acioly (éd.), **A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos**, Brasília, IPEA, 2011.

DE FREITAS OLIVEIRA, Marcielle; SCHLINDWEIN, Madalena. **Índice de Vantagem Comparativa Revelada do Complexo Soja da Região Centro-Oeste Brasileira**. Revista de Estudos Sociais, v. 17, n. 33, p. 109-131, 2015.

DELGADO, Guilherme. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Desenvolvimento em debate, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), edição especial, p. 61-68, 2013.

DOMINIK, É. C.. **Mitos e verdades sobre o Risco Brasil e o Custo Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, 01 jul. 2005.

DORNELES, Tathiane Marques; DALAZOANA, FML; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. **Análise do Índice de Vantagem Comparativa Revelada para o complexo da soja sulmato-grossense**. Revista de Economia Agrícola. São Paulo, v. 60, n. 1, p. 5-15, 2013.

ESPOSITO, Mauricio. **Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 46, 2017.

FIGUEIREDO, Adelson Martins; SANTOS, Maurinho Luiz dos. **Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial de soja**. Revista de Política Agrícola, v. 14, n. 1, p. 9-16, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz; Philigret, Celeste M. B. ; Vaz, César ; OLIVEIRA, E. M. G. ; VIRGILIO, A. P. S. ; SILVA, L. G. A. C. C. E. ; LINS, V. F.. **O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa**. Revista Desenbahia, v. v9, p. 119-154, 2012.

FOCHEZATTO, Adelar.; KOSHIYAMA, Daniel ; ALENCASTRO, Denilson. **Testando Relações de Causalidade entre Comércio Externo e Crescimento Econômico em Países da América Latina: Evidências de Dados em Painel e Séries Temporais**. Economia (Brasília), v. 11, p. 597-629, 2010.

FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert WW. **The endless crisis: How monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China**. NYU Press, 2012.

FRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As economias Latino-Americanas – 1950 – 1990. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade Vol. 6.** EdUSP, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 24 ed. – São Paulo: Editora Nacional, 1991.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entre guerras.** Contexto int., Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 41-71, June 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 25 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292002000100001>.

HOPKINS, Terence K. & WALLERSTEIN, Immanuel. “**Patterns of Development of the Modern World-System**”, *Review*, I,2, Fall, 111-45, 1977.

IPEA. Comunicado do IPEA n° 85. **As relações bilaterais Brasil – China, a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil.** – Brasília: Ipea. 08 de Abril de 2011.

JENKINS, Rhys; DE FREITAS BARBOSA, Alexandre. **Fear for manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America.** *The China Quarterly*, v. 209, p. 59-81, 2012.

KOHLI, Atul. **State-directed development: political power and industrialization in the global periphery.** Cambridge University Press, 2004.

LOVE, James. **Trade concentration and export instability.** *The Journal of development studies*, v. 15, n. 3, p. 60-69, 1979.

MANCIO, Daniel; MOREIRA, R. C.. **A dependência latino-americana e a reprimarização do continente.** In: XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. Desenvolvimento e meio ambiente: a crítica da economia política, 2012. v.1. p. 1-25.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Amenazas y oportunidades del comercio brasileño con China**

Lecciones para Brasil. Revista Problemas del Desarrollo, 168 (43), enero-marzo 2012.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. C.. **Impacto da Ascensão Chinesa sobre os países latino-americanos.** Revista de Economia Política (Impresso), v. 35, p. 28-42, 2015.

MEDINA, Gabriel; GUIMARÃES RIBEIRO, Gessyane; MADUREIRA BRASIL, Edward. Participação **Do Capital Brasileiro Na Cadeia Produtiva Da Soja: Lições Para O Futuro Do Agronegócio Nacional.** Brazilian Review of Economics & Agribusiness/Revista de Economia e Agronegócio, v. 13, 2015.

MENDONÇA, SR de. **A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness.** Antítese-Marxismo e Cultura Socialista, n. 02, 2006.

NAKAHODO, Sidney N. e JANK, Marcos S.. **"A falácia da doença holandesa"**. Documento de Pesquisa. São Paulo: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais. Mimeo. 2006.

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?.** Rev. Econ. Polit., São Paulo , v. 28, n. 1, p. 72-96, Mar. 2008 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100004&lng=en&nrm=iso. access on 06 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572008000100004>.

OLIVEIRA, Celso Lucas Fernandes. **A Construção Histórica do Agronegócio e a Questão Agrária.** Revista de Direito Agrário e Agroambiental, v. 1, n. 2, p. 20-35, 2016.

OREIRO, J. L. C.; FEIJO, C. A.. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** Revista de Economia Política (Impresso), v. 30, p. 219-232, 2010.

OREIRO, J. L. C.; MARCONI, N.. **Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira.** Revista NETCAT, Florianópolis, p. 24 - 48, 01 set. 2014.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

PALMA, Gabriel et al. **Four sources of de-industrialisation and a new concept of the Dutch Disease**. Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability, p. 71-116, 2005.

PARAGUASSU, Fernanda. **O tamanho da ameaça**. Indústria Brasileira, v. 7, n. 74, p. 24-28, 2007.

PAULA, D. A.; PAULA, Elder Andrade de. **Agronegócio e ambientalismo: reconstruindo hegemonia**. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. Quito: FLACSO, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 51, n. 2, p. 136-156, Dec. 2008. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200009&lng=en&nrm=iso>.

access on 02 Apr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292008000200009>.

PETRI, Fernanda Calil; WEBER, Beatriz Teixeira. **Os efeitos da globalização nos processos de integração dos blocos econômicos**. Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana. UFSM, v. 2, n. 2, 2006.

PORTO. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Revista NERA (UNESP), v. 17, p. 24-46, 2014.

RICARDO, David. **Principles of political economy and taxation**. G. Bell and sons, 1891.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. **Growth, trade, and deindustrialization**. IMF Staff papers, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

SAMPAIO, D. P.. **A desindustrialização em marcha no Brasil.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 34, p. 33-55, 2013.

SAMPAIO, Daniel Pereira. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil.** - Campinas, SP: [S.N], 2015

SARAIVA. José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas.** José Flávio Sombra Saraiva (org). Editora Saraiva. São Paulo: 2007.

SCHWAB, Klaus. **"The global competitiveness report 2010-2011."** Geneva: World Economic Forum, 2010.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n. 1, p. 39-65, 2003.

SILVA, Jorge Luiz Mariano da; MONTALVÁN, Daniel Borja Valdez. **Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio intra-industrial.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 46, n. 2, p. 547-568, 2008.

SOARES, Philippe Ricardo Casemiro et al. **Concentração e desigualdade nas importações norte-americanas de celulose.** 2014.

SOUSA, Rafael H. M. de; TONIN, Julyerme M. **Análise da concentração na indústria de semente de soja brasileira no período de 1998 a 2013.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá. In: Agricultura e agronegócio paranaense, 2013.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento /** Wilson Suzigan. – Nova Edição. – São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

TILLY, C. **Globalization Threatens Labor's Rights.** Plus responses from Immanuel Wallerstein, Aristide Zolberg, Eric Hobsbawm, and Lourdes Beneria; followed by Tilly's Reply. International Labor and Working Class History, New York, n. XLVII, p. 01-55, Spring. 1995.

TRINDADE, J. R. B.; COONEY, P.; OLIVEIRA, W. P.. **Trajetória Industrial e desenvolvimento econômico: dilemas do processo de especialização primária da economia brasileira.** In: XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política. Rio de Janeiro: Editora do IE UFRJ, 2012.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Comportamento das exportações e importações, 2003-2006, suas relações com as políticas macroeconômicas e caminhos de saída.** In: VELLOSO, João Paulo dos; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Org.). Cadernos Fórum Nacional 7. 1ed., v. 1, p. 7-16. 2007.

VIEIRA, Pedro Antônio. A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo.** São Paulo: Cultura Acadêmica Ed, p. 207-264, 2012.

VIEIRA, Pedro Antônio. **O nacionalismo metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação.** Estudos do CEPE, n. 42, p. 78-94, 2015.

VIEIRA, P.A & FERREIRA, L.M.S. O Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia-mundo capitalista. In: Vieira, R.L. (org) **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, pg. 247-278

VIEIRA, R. de L. **A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929.** In: VIEIRA, P.A., FILOMENO, F.A., VIEIRA, R. de L. (Org). O Brasil e o Capitalismo Histórico-Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno.** Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos. 1974

_____. **The capitalist world-economy.** Cambridge University Press, 1979.

_____. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico.** Contraponto, 2004.

_____. **The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century, with a new prologue.** Univ. of California Press, 2011.

WEBSITES

APRENDENDO A EXPORTAR:
<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/200anos/html>

BANCO MUNDIAL – ÍNDICE DE ABERTURA COMERCIAL:
<https://data.worldbank.org/indicador/NE.TRD.GNFS.ZS>

CBERS: http://www.cbbers.inpe.br/sobre_satelite/introducao.php

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER:
<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>

COMEX VIS: PAÍSES PARCEIROS:
<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=chn>

DOING BUSINESS: <http://portugues.doingbusiness.org/>

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX): <http://www.funcex.org.br/>

GOOGLE ACADÊMICO:
<HTTPS://SCHOLAR.GOOGLE.COM.BR/>

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS (ICONE): <http://www.agroicone.com.br/>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC):

<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>

RESOURCES FUTURES: <http://resourcesfutures.org>

**THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY:
<http://atlas.cid.harvard.edu/>**

**UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS
DATABASE (UN COMTRADE): <https://comtrade.un.org/>**

WITS GLOSSARY: <http://wits.worldbank.org/glossary.html>

**WORLD CUSTOMS ORGANIZATIONS:
<http://www.wcoomd.org/en.aspx>**

***WITS*: http://wits.worldbank.org/about_wits.html**